

PROGRAMA PAÍSES SUSTENTÁVEIS

Guia GPS
Gestão Pública Sustentável

REALIZAÇÃO:



urbanização e o conseqüente crescimento da demanda por serviços básicos e infraestrutura, necessita além de ações rápidas da gestão pública em parceria com empresas e a sociedade civil de uma gestão transparente e apropriada; em meio de um processo global e descontrolado de concentração de riqueza como lidar com o aumento da desigualdade e da exclusão social

Se por um lado, existe um mal-estar socioeconômico e ambiental devido aos efeitos provocados por essa crise sistêmica, por outro lado, se abrem oportunidades criativas graças aos avanços das tecnologias, que permitem um volume de compartilhamentos de informações, conhecimentos e experiências práticas até então inimagináveis em tempo real. A disseminação dessas ferramentas virtuais, a exemplo das redes sociais, está levando à formação de grandes grupos organizados ao redor do mundo que discutem e buscam soluções práticas inovadoras e colaborativas como alternativas aos efeitos provocados por um processo disfuncional de globalização. Este guia GPS de gestão pública sustentável é um exemplo de isso, e representa uma nova versão para países do que foi desenvolvido pouco tempo atrás como um Guia para o Gestão Pública Sustentável de Cidades do Programa de Cidades Sustentáveis da Rede Nossa São Paulo.



O GPS - Guia para Gestão Pública Sustentável propõe então uma forma de contribuir na superação desses desafios, que consiste na promoção, a partir das secretarias de planejamento de cada país, de sinergias entre os setores científico-tecnológico, sociocultural e institucional, que harmonizem os processos e impactos do desenvolvimento ao nível local, tornando-o sustentável, procurando sempre estimular a participação dos cidadãos como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, e aproveitando de modo efetivo a troca de informações e experiências com outros países da região ibero-americana e suas redes de contatos.

Essa colaboração na tomada de decisões pode ser facilitada, nos dias de hoje, pela implantação de plataformas digitais abertas que permitem o acompanhamento das ações de melhorias nos países. Também foi com esse propósito que o Núcleo de Estudos do Futuro (NEF), com experiência em trabalhos relacionados a novos indicadores de riqueza, se ofereceu através da Cátedra Ignacy Sachs de Desenvolvimento Sustentável da PUC-SP para contribuir no RIBER do Projeto Milenio com sua visão estratégica de futuro e missão em favor do desenvolvimento sustentável como responsável por cátedra nesse tema na PUC-SP.

Dessa forma, o NEF elaborou e coloca à disposição um Guia para a Gestão Pública Sustentável, um "GPS", que possa servir como "mapa do caminho" para orientar as equipes das secretarias responsáveis pelas gestões locais a elaborarem um diagnóstico, um prognóstico e um plano diretor com suas Prioridades Estratégicas e um plano de metas centrado no desenvolvimento sustentável, para e a partir do contexto local, mais sem esquecer o regional. Este plano deve possibilitar a gestão de processos e projetos de forma eficiente e transparente, que ajude a conduzir o país do estágio em que se encontra até o estágio que almeje chegar, com o objetivo de contribuir no ecossociodesenvolvimento dos países Ibero-americanos, buscando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população em geral

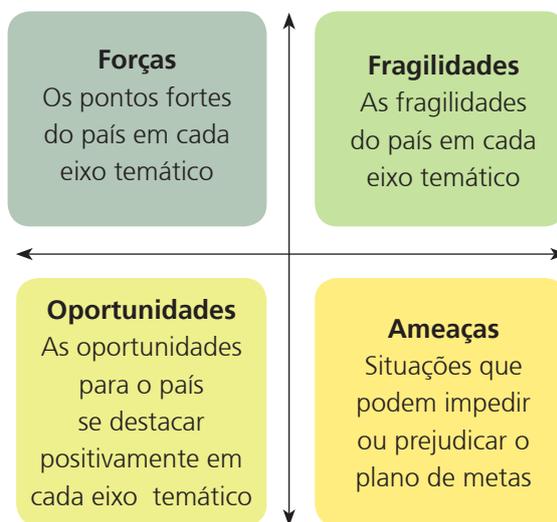
INFORMAÇÃO ORGANIZADA - COLETA, ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE OS INDICADORES E DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

O planejamento das metas necessita de dados referentes aos respectivos indicadores, os quais precisam ser coletados, organizados, e analisados previamente. Após a organização dos dados, o passo seguinte é a descrição de um diagnóstico do país.

MAPEAMENTO ESTRATÉGICO DO PAÍS

O diagnóstico deve exprimir as perspectivas interna e externa que se têm do país. No âmbito interno, entenda-se como a visão sobre o funcionamento do país isoladamente, considerando seus pontos fortes (quais os indicadores já atingiram as metas sugeridas ou estão próximos de atingir) e fracos (quais indicadores possuem valores distantes das metas sugeridas).

Externamente, deve-se visualizar o país inserido na sua região mais próxima ou lbero-americana, levando em conta as oportunidades oferecidas no âmbito dessas três esferas. Simultaneamente, é necessário projetar possíveis ônus que as dinâmicas nos contextos regionais possam trazer ao país.



O mapeamento deve ser feito para cada eixo do Programa Países Sustentáveis e deve considerar os indicadores propostos em relação a cada eixo.

EXEMPLO

Eixo Temático: Bens Naturais Comuns



PRIORIZAÇÃO DOS INDICADORES

Feita a análise (SWOT) das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, à luz de uma visão de futuro para o país, a equipe responsável terá condições de identificar quais temas e indicadores são mais críticos e necessitam de maior esforço da gestão pública, de forma a pautarem o planejamento municipal aproveitando inclusive os exemplos de melhores práticas de outros países..

Deverão ser privilegiados indicadores que traduzam o potencial do país, como, por exemplo: “Ensino superior concluído”. Ao trabalhar esse indicador, o país poderá torná-lo um diferencial e reforçar sua identidade, adotando marcas do tipo “País da região com maior número de pessoas com ensino superior”.

A VISÃO DE FUTURO DOS PAÍSES

Cada país precisa ter, como elemento agregador de toda a sociedade, uma visão do que pretende alcançar, segundo sua vocação, que pode ser turística, cultural, histórica, natural, científica, industrial ou com diversas outras combinações. É importante agregar os atores sociais do território nesse planejamento do futuro para que a escolha de rumos tenha unidade e seja bem-sucedida ao longo dos anos.

COMO CONCEBER UMA VISÃO DE FUTURO?

As diferentes concepções sobre os países e territórios do amanhã são cada vez mais importantes em todos os níveis. Atualmente, buscam-se modelos de gestão para a sustentabilidade com vieses mais humanizados, que equilibrem os fatores tecnológicos e ambientais.

Uma visão para o futuro do país deve ser resultado de uma construção da imaginação coletiva, descrita em termos claros, visando incentivar as

ações e mostrar a direção a médio e longo prazo do Plano de Metas. Tal exercício imaginativo pode ser realizado por meio de metodologias apropriadas, em reuniões de representantes da Sociedade Civil e representantes do Poder Público para o qual poderão contar inclusive com o apoio de especialistas do RIBER do Projeto Milênio.

As visões de futuro têm de ser otimistas, a fim de engajar a população e levantar sua moral em favor das políticas regionais.

Como exemplos dessas visões encontram-se:

- Ser um país reconhecido internacionalmente pela melhor política de Saúde, de Educação ou de Cuidado com o Meio Ambiente;
- Estar entre os países com mais altos em termos de Desenvolvimento Humano (IDHs) e simultaneamente entre os mais baixos em termos de desigualdade (GINI);
- Alavancar propostas para implementar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ser reconhecido mundialmente como exemplo de boas práticas nas ODS;
- Ser referência Ibero-americana em infraestrutura sustentável;
- Ser um polo internacional de bem-estar e de qualidade de vida.

Já se passaram mais de 500 anos do descobrimento e início de colonização do Novo Mundo pelo visionário Genovês Cristovam Columbus e seus seguidores em Santo Domingo. Está na hora de procurar Novos Rumos para esse Novo Mundo aproveitando o espírito de colaboração da Rede do Projeto Milênio para revitalizar a Ibero-america através da sua Alma Latina, promovendo sinergias e alianças estratégicas aproveitando o Capital Natural e Socio-Cultural da Região, para alavancar Estratégias em prol do Desenvolvimento Sustentável.



RECURSOS BÁSICOS: ÁGUA, ALIMENTO E ENERGIA

I. O QUE ENTENDEMOS POR RECURSOS BÁSICOS: ÁGUA, ALIMENTO E ENERGIA

É preciso ver este tema sob uma perspectiva sistêmica, reconhecendo a interdependência que existe entre esses três recursos básicos - água, alimento e energia - de acordo com o enfoque da FAO que direciona a questão da fome e da segurança alimentar sob a lógica dessa interdependência e em sintonia com a abordagem do ecossociodesenvolvimento de Ignacy Sachs.

Em 12 anos, o Planeta terá 8 bilhões de pessoas para serem alimentadas exigindo demandas sem precedentes na história da humanidade.



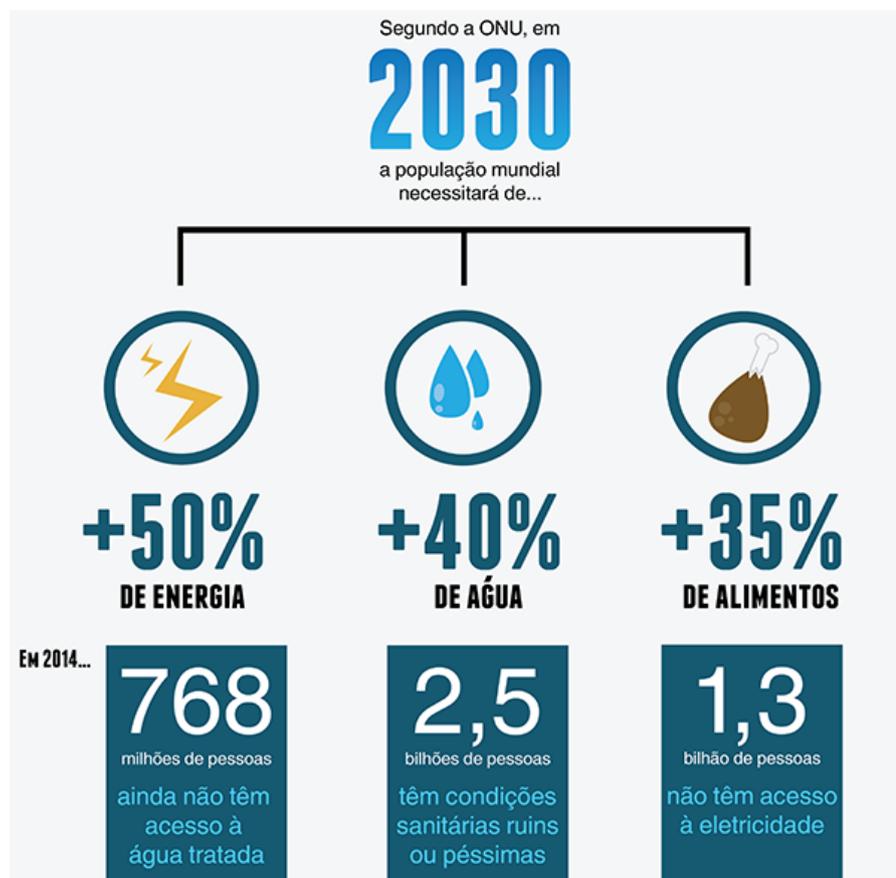
Segundo a ONU, em 2030 a população mundial necessitará de mais 50% de energia, mais 40% de água e mais 35% de alimentos. Diante dessa inflexão, a América Latina destaca-se como possível provedora dessa população, e impõe-se como futura potência econômica mundial por ser a região mais rica em recursos naturais, por sua enorme potencialidade agrícola detendo 12% das terras produtivas do mundo, por possuir a maior reserva de água limpa (33%) do Planeta e pela capacidade de produção e aplicação de energias renováveis.

No entanto, cerca de 47 milhões de pessoas na América Latina passam fome ou estão subnutridas. Apesar de uma evolução desde 2010 quanto esse número correspondia a 53 milhões, a América Latina deverá enfrentar

grandes desafios para poder exercer seu protagonismo no cenário mundial porque apesar dessa condição natural privilegiada, a região tem ampla população carente e tem aproveitado seus recursos muitas vezes de forma incompleta e predatória.

A proposta dessa pesquisa consonante com os propósitos do RIBER (Rede Ibero-americana de Estudos do Futuro) é oferecer aos líderes institucionais dos países ibero-americanos os seguintes recursos:

- Informações relevantes que os inspirem, inquietem e mobilizem para atender a esses desafios;
- Contribuir para promover uma Gestão mais Eficiente e Integrada dos Recursos Básicos;
- Facilitar a criação de uma comunidade de habilidades, conceitos, métodos e práticas prospectivas;
- Trazer caminhos que proponham inovações sustentáveis;
- Elencar indicadores para aplicação e monitoramento de novas práticas;
- Exemplos de casos bem sucedidos em todo o mundo.



II. CONDIÇÕES PARA GERIR OS RECURSOS BÁSICOS NOS PAÍSES IBERO-AMERICANOS



Alimentos, água e energia, por serem sistemas interdependentes, compõem um “nexo” (terminologia definida pela FAO) que requer ações integradas que respondam a essa interdependência e também tenham condições de identificar como e onde eles interagem. Cada um dos sistemas apresenta condições particulares em seus respectivos domínios de análise e respostas que não se apresentam isoladas dos outros sistemas.

A segurança alimentar tem sido adotada por agências de desenvolvimento como ponto de convergência dessa integração de ações através de programas de gestão da água e energia. Muitos programas de segurança alimentar enfatizam a gestão eficaz de água e energia. As

Nações Unidas instituíram o Dia 22 de março de 2014 como Mundial da Água 2014 para chamar a atenção para esta relação.

ALIMENTOS



Estima-se um investimento de US\$35 bilhões do setor privado na produção agrícola (OCDE). Esse investimento poderá triplicar nos próximos 3 a 5 anos, mas não será eficaz se não acolher o desenvolvimento local por sua natural condição de cultivo sustentável e pelos direitos sociais que essa prática envolve. Para atender as demandas do crescimento populacional a produção de alimentos em nível mundial deve aumentar cerca de 70% até 2050.

Nesse cenário, a América Latina destaca-se como fonte de alimentos para o mundo por deter 12% da terra arável além de 33% de reserva de água limpa. Tem potencial de suprir a fome mundial, mas tem antes que atender às 47 milhões de pessoas que passam fome e estão desnutridas.

Leis e programas de segurança alimentar promovem a produção local de alimentos para alimentar as populações locais de cada país, tornando isso como prioridade, antes das exportações. Exemplos dessa iniciativa são Brasil, Equador, Venezuela, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

Não cultivar e não importar produtos transgênicos também é condição para uma alimentação segura, a exemplo do que tem sido implementado há 10 anos pelo Peru. Fundamental também, pelo seu impacto na saúde, é o cuidado com o uso e abuso de Agrotóxicos que segundo a OMS representam hoje um problema mundial de saúde pública.

ÁGUA



A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o acesso à água potável e ao saneamento um direito humano. A água deve ser o foco central nas estratégias de desenvolvimento de um país. A relação com as mudanças climáticas deve ser evidenciada nos planejamentos, uma vez que o aumento do nível do mar poderá tornar 20% da água doce em água salgada.

Todos os esforços devem ser direcionados através de novas tecnologias para a produção de alimentos com menor quantidade de água. A América Latina tem 25% da água doce do planeta e de fato o Aquífero Alter do Chão da Amazônia é considerado a maior reserva estratégica de água doce do mundo, seguida pelo Aquífero Guarani. Apesar de apresentar

condição favorável frente ao resto do mundo, apresenta-se por outro lado bastante vulnerável mediante as ameaças do aquecimento global e consequente redução do volume de suas ainda fartas águas. Isso é o que se denomina “stress hídrico” tal qual acontece no Nordeste e Sudeste brasileiro, na região central e norte do México, no norte do Chile e em algumas partes da Bolívia e do Peru.

A infraestrutura que sustenta a vida saudável é precária na região: cerca de 125 milhões de pessoas não têm saneamento básico. Mais de 70% da água usada volta para os rios sem tratamento. Só no Brasil existe um desperdício de 40% da água tratada e o nível de qualidade da água consumida no México está 85% abaixo da qualidade aceitável. (OCDE e UNESCO)

Investimentos consideráveis devem ser aplicados com vista de longo prazo nos sistemas hídricos, tal qual aconteceu no México com a “Agenda da Água para 2030” para acesso universal à água tratada.

ENERGIA



A mudança de matriz energética deverá ser prioridade nos próximos anos. Fontes renováveis e sistemas combinados de fotovoltaica, termal solar, biomassa, eólica e perfurações geotermiais tem potencial de substituir em muito menor prazo do que se imagina, as energias fósseis, devido ao aumento observado nos investimentos.

Atualmente mais da metade da capacidade de geração de novas energias vem de fontes renováveis, mas o carvão ainda foi responsável na década passada por 47% da oferta. Projeções do IPCC indicam como melhor dos cenários as fontes renováveis cobrindo 77% da demanda global de energia em 2050, e a WWF acredita que essa oferta pode ser de 100%.

Para dirimir os danos ambientais pela aplicação de energias não renováveis, não somente os custos financeiros, mas também os sócio ambientais deveriam ser considerados, tais como: extração, transporte, vulnerabilidade social das regiões hídricas, armazenamento de dejetos, água para esfriamento, isto é toda a logística e inclusive o uso de smart grids.

A América Latina tem aumentado sua participação nos investimentos mundiais de energia limpa (de 5.7% em 2011 a 6% em 2012). O Brasil continua sendo o produtor com menor custo na produção de biocombustíveis, mas tem perdido competitividade por questões de câmbio comparativo ao dólar e ao alto preço do açúcar. A Argentina é o segundo produtor mundial de biodiesel. Sem dúvida, as energias renováveis (hidráulica, geotérmica, oceânica, eólica e solar) são recursos preciosos a serem explorados na região, além de avançar na direção da logística reversa aproveitando os resíduos para produzir energia (waste energy). Um exemplo de condição que estabelece a quantificação da riqueza energética é a iniciativa do Equador que se propôs não mais explorar petróleo na selva amazônica em troca do pagamento de U\$3.6 bilhões pelos países industrializados.

Segundo o IICA, a América Latina tem 43% do potencial mundial em crescimento agrícola. Esse potencial está aumentando ao mesmo tempo em que aumenta a devastação ambiental da região.

A produção alimentar e os sistemas de irrigação na produção agrícola requerem alto consumo de água, assim como também a produção de energia pode também requerer esse alto consumo. Programas de sustentabilidade nas empresas somados a marcos regulatórios que permitam a integração da gestão dos recursos hídricos e energéticos, irão favorecer a produção de alimentos para todos. Essa gestão impõe processos produtivos que preservem o meio



ambiente dentro de uma perspectiva sistêmica, que conceba a interdependência dos sistemas. A Estratégia para Água e Desenvolvimento da USAID diz: “Cada gota d’água que tem de ser bombeada, transportada ou tratada para atender às necessidades sanitárias e alimentares e isso requer o uso de energia.” No âmbito ibero-americano, a consequência dessa demanda pode transformar as florestas da região em depósitos de emissão de carbono. Isso já pode ser observado na floresta Amazônica, cuja devastação é esperada numa escala maior do que as estimativas, pois está secando mais rapidamente do que previam os modelos gerados pelo IPCC.



Novos sistemas de produção de alimento à base da água marinha, produção de carne sem a criação de gado, programas de educação em áreas urbanas, o estímulo ao vegetarianismo, campanhas para combater desperdício são algumas das medidas que podem ser tomadas para garantir à população os recursos básicos para mitigar a devastação ambiental, promover a inclusão social, gerar competitividade econômica e melhorar a condição de vida de todos.

III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO RECURSOS BÁSICOS: ÁGUA, ALIMENTO E ENERGIA

OBJETIVO GERAL PARA 2030

Objetivo Geral para 2030

Início: 2015 - Alcance do objetivo: 2030 (prazo estabelecido pela ONU por meio dos ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável)

Adotar um modelo sustentável integrado que seja referência na perspectiva da interdependência dos recursos básicos “água - energia - alimentos” para atender a demanda mundial por água limpa, alimentos saudáveis e energias renováveis.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer mudanças estruturais: desenvolver ou adotar políticas e programas que apoiem a agricultura familiar em sua fase de produção e inserção em mercados locais e internacionais;
- Favorecer a disponibilidade de alimentos saudáveis profundamente ligados à cultura local;
- Criar políticas para melhorar o mercado de

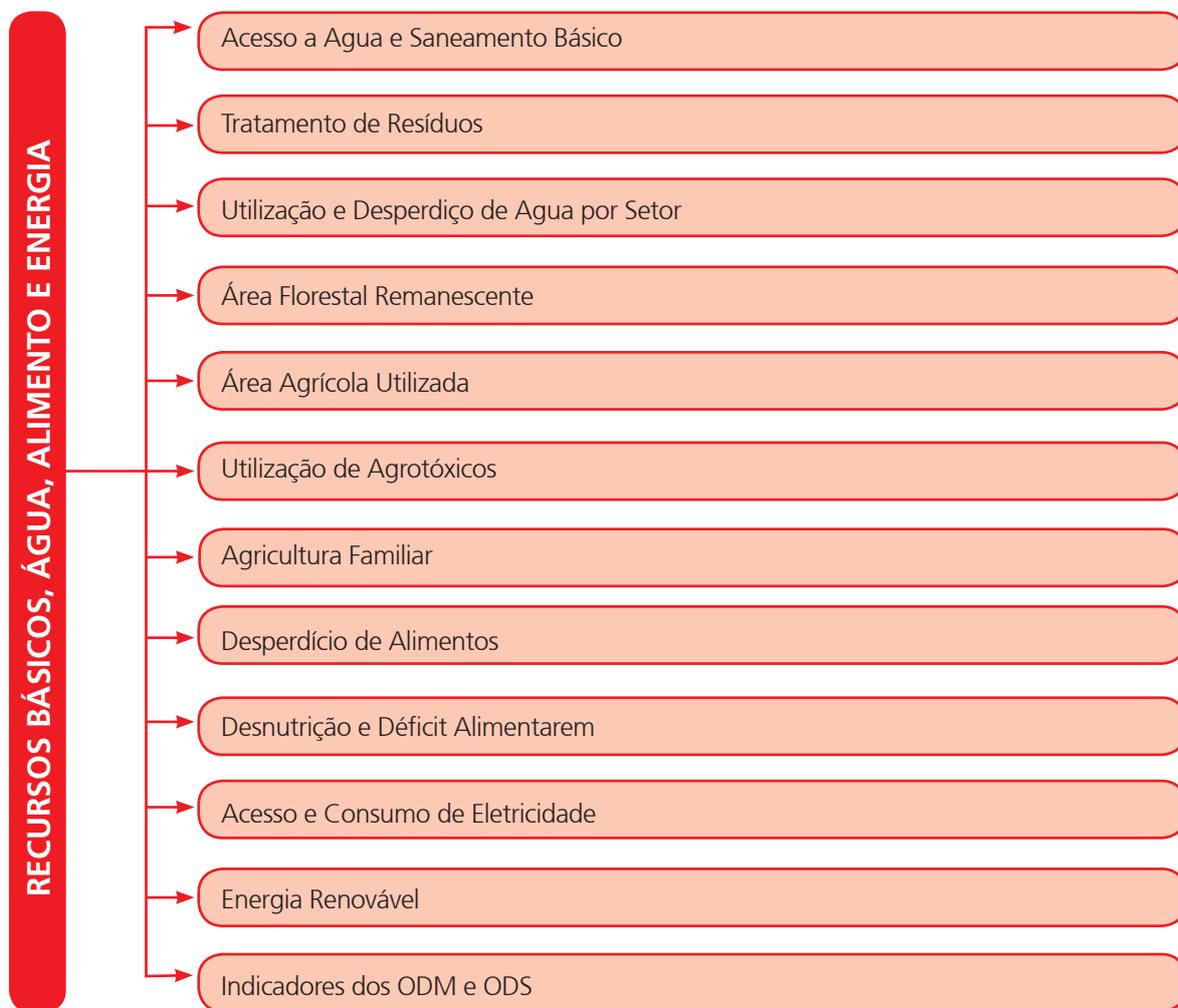
trabalho rural e a promoção do trabalho decente, eliminando o trabalho escravo;

- Reduzir pela metade a utilização de energias fósseis até 2030 e ampliar a utilização de energias renováveis;
- Ampliar o contingente populacional com acesso a água limpa e saneamento básico em 40% até 2030;
- Ampliar em 50% o investimento em ciência e tecnologia no desenvolvimento de energias limpas, produção de alimentos orgânicos e tratamento da água até 2030;
- Aplicar tarifas relacionadas a emissão de carbono na produção de alimentos e geração de energia.

Os indicadores a seguir visam acompanhar o desenvolvimento dos países, e verificar quais os fatores de transformação das últimas décadas. Através do entendimento e da aplicação dos indicadores é possível encontrar similaridades entre os países, identificar principais problemas e propor soluções condizentes com a realidade de cada país.



INDICADORES REFERENTES AO EIXO RECURSOS BÁSICOS, ÁGUA, ALIMENTO E ENERGIA



APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DA FAO PELO NEXO-ENERGIA-ALIMENTOS



Recomenda-se a aplicação das metodologias desenvolvidas pela FAO no contexto latino americano frente as necessidades locais sob a perspectiva da interdependência entre os três sistemas: água, energia e alimentos. <http://www.fao.org/energy/81320/es>

APLICAÇÃO DOS INDICADORES ODS - OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PNUD



Começam a partir de 2015 e têm prazo até 2030 para que sejam cumpridas pelos países. São 10 metas: acabar com a pobreza; promover o crescimento sustentável e empregos; educação para todos; proteção dos direitos humanos; saúde para todos; agricultura sustentável; cidades sustentáveis; energia sustentável e mudanças climáticas; biodiversidade sustentável; boa governança

DICAS DE GESTÃO

- Aplicar indicadores sistêmicos que transcendam o PIB e o IDH. Exemplos: Calvert-Henderson Indicators e diversos outros Indicadores de Bem Estar que o próprio projeto RIBER irá preparar e oferecer através do seu Observatório ORIBER;
- Integrar todos os setores da sociedade em torno de práticas sustentáveis através de programas educacionais presenciais e online;
- Capacitar gestores públicos e empresariais com a metodologia NEXO da FAO;
- Criar campanhas nacionais para estimular a alimentação vegetariana e reduzir o consumo da carne;
- Desenvolver sistema de inteligência coletiva entre gestores e lideranças Ibero-americanas na abordagem NEXO;
- Implantar em escala nacional alfabetização ecológica no ensino primário e ensino fundamental;
- Criar incentivos fiscais e um senso de responsabilidade pública para que as pessoas não só mudem seu comportamento;
- Criar o Prêmio NEXO Ibero-americano para premiar cidades e países da região que se destacarem na integração da gestão sustentável dos três sistemas: água, alimentos e energia.

IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre os recursos básicos: água, alimento e energia, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para países Ibero-americanos.

DESERTO DO SAARA

Sahara Forest Project

O Sahara Forest Project iniciou suas atividades em 2009, com o objetivo de criar uma área para cultivo de alimentos de forma sustentável, utilizando recursos abundantes que estão presentes em regiões desérticas, mas que não são normalmente utilizados. São eles: CO₂ e radiação solar. A água necessária é importada de mares próximos pela via de encanamentos (portanto, a água é salgada). (Ver: <http://envolverde.com.br/ambiente/projeto-gera-energia-e-alimentos-de-forma-sustentavel-em-desertos>).

ANTIGA E BARBUDA

Campanha de economia e energia

A campanha incentiva a população de Antiga e Barbuda, assolada pela seca, a conservar água e energia, dois dos recursos mais estimados neste país caribenho. (Ver: <http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/campanha-de-economia-de-energia-e-agua-em-antiga-e-barbuda/>).

EQUADOR

Permuta com os países industrializados

Em 2010 o Equador se comprometeu com a ONU a não mais explorar petróleo na selva amazônica em troca do pagamento de U\$3.6 bilhões pelos países industrializados. (Ver: <http://info.abril.com.br/noticias/tecnologias-verdes/equador-troca-petroleo-por-us3-6-bi-da-onu-04082010-15.shl>).

JORDÂNIA

Projeto de Ação Pública para Água, Energia e Meio Ambiente (PAP) da USAID/Jordânia.

A Jordânia está nas linhas de frente na conexão água-energia-alimento. (Ver: <http://iipdigital.ait.org.tw/st/portuguese/article/2014/03/20140324296805.html#axzz3LWcB4Hxz>).

PERU

Não aos produtos transgênicos

Não cultivar e não importar produtos transgênicos é condição para uma alimentação segura no Peru há 10 anos. (Ver: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI324153-18078,00-PERU+APROVA+LEI+QUE+PROIBE+OS+TRANSGENICOS.html>).

ILHAS MAURICIO

Aplicação dos indicadores da FAO

Foco nas mudanças do setor agrícola através da análise profunda dos sistemas energéticos, da água e dos fluxos monetários em relação às demandas da atividade humana, a capacidade e uso da terra considerando as implicações no setor de exportação e importação. (Ver: <http://www.fao.org/docrep/019/i3468e/i3468e.pdf>).

O ESTADO DE PUNJAB, ÍNDIA

Aplicação dos indicadores da FAO

Análise multi-escala da performance do padrão metabólico da população em relação aos diferentes critérios da sustentabilidade local. (Ver: <http://www.fao.org/docrep/019/i3468e/i3468e.pdf>).

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

BID - Sembrando para el futuro: Apoyos al sector agrícola, política agraria y seguridad alimentaria en la Región Andina, 2104.

<http://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6714/Sembrando-para-el-futuro.pdf?sequence=1>

CONAGUA- Agenda da Água 2030

http://www.conagua.gob.mx/english07/publications/2030_water_agenda.pdf

DEFERRA UK, - Energy from Waste , 2014

https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/284612/pb14130-energy-waste-201402.pdf

FAO

<http://www.fao.org/home/es/>

http://www.fao.org/resources/infographics/infographics-details/es/c/266126/?utm_source=faohomepage&utm_medium=web&utm_campaign=featurebar

FAO - Biodiversity for Food Security and Nutrition

http://www.fao.org/fileadmin/templates/nr/documents/CGRFA/CGFRA_factsheet_2013_E_online.pdf

http://www.fao.org/fileadmin/templates/biodiversity_paia/PAR-FAO-book_lr.pdf

FAO - An Innovative Accounting Framework for the Food-Energy-Water Nexus

<http://www.fao.org/docrep/019/i3468e/i3468e.pdf>

FAO - An Innovative Accounting Framework for the Food-Energy-Water Nexus - Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe 2014

<http://www.fao.org/3/a-i4018s.pdf>

FAO - El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el Mundo 2014

<http://www.fao.org/3/a-i4030s.pdf>

IPS Social Progress Imperative

http://www.socialprogressimperative.org/data/spi#data_table/countries/dim2/dim1,com3,idr10,dim2,dim3

OPAS - Desenvolvimento sustentável e saúde: tendências dos indicadores e desigualdades no Brasil.

http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4752:serie-desenvolvimento-sustentavel-e-saude&catid=1015:bra-01-planos-e-series&Itemid=517

PNUD - ODS

http://www.pnud.org.br/arquivos/relatorio_sintese_ods.pdf

PNUD - ODM

<http://www.pnud.org.br/odm.aspx>

Projeto Millennium

<http://www.millennium-project.org>

V. REFERÊNCIAS

PUCSP- Cátedra Ignacy Sachs de Desenvolvimento Sustentável

<http://ecossociodesenvolvimento.org>

WORLD BANK INDICATORS

<http://data.worldbank.org/indicator>

WWI - Study on the Development of the Renewable Energy Market in Latin America and the Caribbean, 2104.

http://www.worldwatch.org/system/files/Study-on-the-Development-of-the-Renewable-Energy-Market-in-Latin-America-and-the-Caribbean_IDB%202014.pdf

WWI - Governing for Sustainability. Island Press, 2014.

WWI – World Watch Institute

<http://www.worldwatch.org/>

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

SACHS, I. ET AL. **Renewable Energies in Brazil.** Editora Brasileira, 2012

TYRELL, T. **On Gaia.** Princeton University Press, 2013.

II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER MORADIA

Quando se fala em Moradia, e dada a acelerada urbanização, é relevante mencionar o Estatuto das Cidades, do Brasil (2001), que definiu as diretrizes gerais para a política urbana, incluindo entre outros a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Tudo isso implica na necessidade de planejamento em relação a infraestrutura.

! Ressalta-se que além das questões sociais e econômicas, também a questão ambiental deve ser levada em conta quando são tratados os problemas relacionados à moradia. Não adianta a construção, ou mesmo a permissão, em regiões que comprometam os recursos naturais como vegetação e água que terminam levando para crises hídricas e ambientais.

Um exemplo dessa situação pode ser encontrado nas invasões em áreas de mananciais no estado de São Paulo, Brasil. Essas áreas de mananciais são de fácil acesso aos movimentos sociais de sem teto, grupos organizados localmente, além de indivíduos que simplesmente encontram oportunidade de se apropriar de uma área para a construção de uma moradia.

Vale destacar que a exclusão de grande contingente populacional do mercado imobiliário formal, que tem condições adequadas de moradia, levou os indivíduos marginalizados neste quesito a ocuparem progressivamente áreas não incorporadas ao mercado imobiliário formal ou mesmo à áreas não deveriam ser destinadas à moradia. Essas novas áreas, são reconhecidas muitas vezes como invasões, e não possuem infraestrutura básica necessária.

Este processo irregular de ocupação se

torna precário ocasionando problemas aos seus ocupantes e as demais pessoas destas localidades. Esses problemas são, além dos ambientais, relacionados a falta de serviços públicos adequados como saneamento básico, água potável, acesso a rede elétrica, entre outros, o que faz que seja insalubre a permanência das pessoas nessas localidades.

! Como descrito pela ONU a favela é constituída por um assentamento informal, densamente povoada e caracterizada por moradias precárias circundadas pela miséria. Deve ser ressaltado que as favelas diferem em tamanho e outras características de país para país, sendo que a maioria carece de serviços de saneamento confiáveis, fornecimento de água potável, eletricidade confiável, entre outros serviços públicos e privados básicos. As moradias construídas nas favelas variam de casas de lata, madeiras e até alvenaria, mas fragilmente seguras à habitação adequada.

Em estudo publicado pelo organismo da ONU que trata da habitação, UNHABITAT (2014), Anna Heringer propõe que para o desafio de criar abrigo para todos devem-se tomar como principais tarefas:

- Procurar potenciais recursos existentes e cada localidade;
- Aumentar a confiança das comunidades nas suas próprias habilidades e recursos;
- Treinar as pessoas na utilização melhorada e construção com base nos materiais naturais localmente disponíveis;
- Construir com autoconfiança através dos esforços individuais e do trabalho coletivo;
- Criar oportunidades de trabalho
- Promover trabalho a diversidade cultural.

IV. COMO FAZER?

BRAZIL

MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

Uma iniciativa para solução dos problemas de moradia que pode ser destacado é o brasileiro. Em 2003 o governo brasileiro iniciou um projeto habitacional audacioso, este sendo feito pela Secretaria Nacional de Habitação, criada no âmbito do Ministério das Cidades (MCid), procurou dar sequência ao “Projeto Moradia”, concebido antes da campanha eleitoral. O Programa Minha Casa Minha Vida teve na sua primeira fase, que ocorreu entre 2009 e 2011, a produção de 1,3 milhões de unidades habitacionais. Já a segunda fase, que vai de 2011 a 2014, possui como meta construir mais 1,7 milhões de habitações.

Vale enfatizar que principalmente na segunda fase do programa, o seu lançamento está diretamente relacionado à tentativa de enfrentar a crise econômica mundial, dos anos 2008 e 2009. Assim, o Governo Federal pretendeu além de reduzir o déficit habitacional, fortalece o setor da construção civil.



O Ministério das Cidades (2014) do governo Federal brasileiro trata a questão de moradia como um trabalho social que busca promover aos indivíduos uma situação de cidadania. O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

Como pode ser verificado na questão da moradia, não é simplesmente um problema ligado a proteção quanto às intempéries, mas uma questão que trata acesso a uma condição de cidadania mais ampla que contempla a liberdade e acesso aos serviços públicos de saúde, saneamento, educação, além do acesso a situação de indivíduo economicamente ativo que pode utilizar seu endereço para ter acesso a contas em bancos, compra de produtos, entre outras.

<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/12/minha-casa-minha-vida-entregou-cerca-de-3-7-milhoes-de-casas-no-pais>

EQUADOR

BEV – Banco Equatoriano de Vivenda

<http://www.bev.fin.ec/index.php/quienes-somos/la-institucion>

O BEV tem como objetivo abordar a deficit na demanda habitacional no país e enfrenta o desafio de tornar-se um Banco de Desenvolvimento servindo a implementação de projetos de habitação de interesse social, de acordo com o Plano Nacional para o Bom Viver da Secretaria Nacional de Planificação y Desenvolvimento (SENPLADES) que tem como objetivo erradicar a pobreza, mudar a matriz produtiva -transformar a forma de produzir e consumir -, passar para uma Sociedade do conhecimento justa y solidaria, e transformar o Estado.

<http://www.presidencia.gob.ec/senplades-construye-el-plan-nacional-del-buen-vivir-2013-2017/>

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES:

INVI

www.invi.uchile.cl

IPS

http://www.socialprogressimperative.org/data/spi#data_table/countries/dim2/dim1,com3,idr10,dim2,dim3

TECHO

<http://www.techo.org/paises/brasil/>

WorldBank

<http://data.worldbank.org/indicator>

UNHABITAT - <http://unhabitat.org/>

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Carolina Caraíba Nazareth. **Direito à moradia**. Dissertação Mestrado- UFPR, 2010. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/24334>> Acesso em: 03.12.14.

BONDUKI, Nabil. **Projeto Minha Casa Minha Vida. Teoria e Debate** 82, maio/junho 2009. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/TD82-Nacional.pdf>> Acesso em: 03.12.2014.

FERREIRA, Regina Fátima C. F., BIASOTTO, Rosane Coreixas (org.) **Caderno didático: políticas públicas e direito à cidade: política habitacional e o direito à moradia digna**.

Programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

GREENSAVERS. **ONG vai usar madeira certificada para construir moradias de emergência no Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://greensavers.sapo.pt/2014/11/07/ong-vai-usar-madeira-certificada-para-construir-moradias-de-emergencia-no-brasil/>> Acesso em: 04.12.2014.

HAMILTON, **City of the. Understanding the homeless**, 2014. Disponível em: <<http://www.sprc.hamilton.on.ca/wp-content/uploads/2010/05/COLLAB-On-Any-Given-Night-Homelessness-Indicators-Report-May-2010.pdf>> Acesso em: 02.12.2014.

MARTINEZ, Gustavo Favaretto et al., 2012. **Habitação de interesse social: as tipologias habitacionais e o seu reflexo na produção da cidade através do programa minha casa minha vida**. Colloquium Humanarum, vol. 10, n. Especial, Jul-Dez, 2013, p. 316-323. DOI: 10.5747/ch.2013.v10.nesp.000465

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Portaria nº 21**, de 22 de Janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trabalho_social.pdf> Acesso em: 03.12.2014.

ONU HABITAT. **Oficina Regional**



SEGURANÇA E PAZ

I. O QUE ENTENDEMOS POR SEGURANÇA E PAZ



Durante a década de 1990 a ONU estendeu e aprofundou o conceito de segurança, incluindo as dimensões social, econômica e psicológica em suas missões visando a manutenção multidimensional da paz. A incorporação desses aspectos reflete a convicção de que a “construção da paz não pode começar só depois da contenção da violência, mas, sim, muito mais cedo do que isso”. É preciso criar uma cultura da paz.

A ONU define a cultura da paz como “um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e formas de viver que rejeitam a violência e a evitam ao se lidar com as causas que lhe estão na raiz para resolver os problemas através do diálogo e da negociação entre indivíduos, grupos e nações”.

A paz precisa ser entendida como um processo holístico, que compreenda:

- ausência de violência física e psicológica organizada;
- a satisfação das necessidades humanas básicas;
- estruturas institucionalizadas de proteção e promoção dos direitos humanos e de partilha de poder.

Em 1986 as Nações Unidas elaboraram o conceito de segurança, como sendo a condição “na qual

os Estados e os indivíduos consideram que estão expostos em pequena medida ao perigo de um ataque militar, às penúrias econômicas, à pressão política e à injustiça social. O conceito de segurança, no mundo pós-Guerra Fria, foi ampliado para além da ameaça à integridade territorial de um Estado, passando a englobar as dimensões da segurança econômica, ambiental, humana e da sociedade. Dessa forma, percebe-se a indissolubilidade do binômio “Segurança e Paz”, uma vez que a paz negativa implica a ausência de guerra e violência, enquanto a paz positiva é focada na segurança humana.



Dentre as maiores violências que precisamos combater encontra-se a prostituição infantil, o abandono de crianças e adolescentes, a insegurança alimentar, o descaso e a violência contra os idosos e, mais recentemente, as várias formas de crimes cibernéticos. Sem esquecer a violência contra a natureza e os animais. A paz e a segurança nos países latino-americanos têm sido ameaçadas pelo narcotráfico, o tráfico humano e o tráfico ilícito de armas, criminalidade, maus tratos a crianças, idosos e mulheres e por alguns conflitos sobre questões de fronteiras, marcadamente na América do Sul.

A Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho permanente da Organização dos Estados Americanos destaca em sua reunião

de 20 e 21 de março de 2000 que entre as premissas para reformulação do conceito de segurança do Hemisfério estão “a necessidade de reconhecer as vinculações estreitas entre segurança, desenvolvimento e consolidação da democracia, bem como a relação histórica entre paz e democracia”.



Dessa forma, a Segurança e a Paz na América Latina passam pela inclusão social, pelo efetivo combate ao narcotráfico e o tráfico humano, pela solução dos conflitos sobre fronteiras, pela democratização ampla e irrestrita e pela consequente consolidação das instituições nacionais e internacionais. Tudo isso requer uma Educação para a Sustentabilidade, focado no Ser Humano, no respeito ao Meio Ambiente e na Paz e Segurança, através de valores ensinados e praticados desde a infância. Tal educação deve ser empreendida de forma ampla, pragmática e persistente e seus resultados devem ser demonstráveis, medidos e continuamente melhorados.

Somente uma cultura para a paz, construída por esforços comuns entre os vários segmentos da sociedade, será capaz de moldar uma nova realidade na América Latina e no mundo. Iniciativas voltadas para a educação, com foco nas crianças, com a ajuda da arte e da ciência, poderão fazer toda a diferença e criar hoje um futuro de paz e segurança, baseado na fraternidade entre todos os povos.

De fato conclusões do recente informe do Global Peace Index(GPI) indicam que : A Paz está correlacionada com indicadores: como renda, escolaridade e nível de integração regional, Países mais pacíficos tem altos níveis de transparência do governo e baixo nível de corrupção e Blocos de países pequenos mais estáveis tem índices de paz mais elevados.

II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER SEGURANÇA E PAZ



Para que os países ibero-americanos tenham políticas voltadas para a promoção da Segurança e Paz é preciso adotar uma série de medidas em diferentes áreas. Entre elas, trabalharmos os conceitos de equidade e justiça social que se referem ao acesso da sociedade aos serviços públicos de saúde, educação, cultura, segurança, moradia entre outras demandas sociais.

Nossa leitura é de que um melhor entendimento, bem como atendimento de cada uma destes parâmetros socioeconômicos, aliado ao desenvolvimento sustentável refletirá diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Desta forma é

possível afirmar que sociedades mais igualitárias tendem a produzir resultados superiores na classificação do IDH, índice este importante quando falamos de Segurança e Paz.



De fato é fundamental considerar o fato que a América Latina se mantém como a região do mundo com maior desigualdade de renda, e o Brasil aparece em quarto, apesar das melhorias nesse setor na última década, informou nesta quarta-feira uma fonte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo dados do PNUD, Honduras, Bolívia, Colômbia, Brasil e Chile são os países mais desiguais por renda. Já as nações de menos desigualdade são Nicarágua, Argentina, Venezuela, Uruguai, Jamaica e Peru

Buscar meios de ampliar a discussão com entidades de classe, movimentos populares, ONGs, meio artístico, empresariado, entre outros segmentos da sociedade do eixo Ibero Americano, levando a estes atores da vida a mensagem de que só poderemos ter segurança e paz quando todos de nossa sociedade possam se sentir pertencentes à mesma e se vejam, verdadeiramente, como cidadãos. Para essa finalidade existem diversas propostas e caminhos:

EDUCAÇÃO PARA A PAZ

[unesdoc.unesco.org/
images/0013/001318/131816por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131816por.pdf)
[unesdoc.unesco.org/
images/0014/001467/146767por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001467/146767por.pdf)
direitoshumanos.gddc.pt

EDUCAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE

[www.pucpr.br/
arquivosupload/5388770071351013363.pdf](http://www.pucpr.br/arquivosupload/5388770071351013363.pdf)
educação para a prevenção do consumo de drogas
[www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/.../
tematico_drogas2010.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/.../tematico_drogas2010.pdf)
[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/
arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_
drogas2010.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/tematico_drogas2010.pdf)

SEGURANÇA E CIDADANIA

www.segurancaecidadania.org.br/
[http://www.crime-prevention-intl.org/fileadmin/
user_upload/Publications/Parcerias_Publico-
Privadas-FINAL.pdf](http://www.crime-prevention-intl.org/fileadmin/user_upload/Publications/Parcerias_Publico-Privadas-FINAL.pdf)

CELAC – COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO AMERICANOS E CARIBENHOS PARA O FORTALECIMENTO DE SUA COESÃO

[http://www.brasil.gov.br/governo/conteudos-
excedentes/celac/brasil-e-america-do-sul-1/celac](http://www.brasil.gov.br/governo/conteudos-excedentes/celac/brasil-e-america-do-sul-1/celac)

ESTUDOS NA ÁREA DE SAÚDE MENTAL E PROPOSTAS ACOLHIMENTO A AGENTES/ SERVIDORES DO SISTEMA PRISIONAL

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-
98932006000400005&script=sci_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932006000400005&script=sci_arttext)

MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO INFANTIL VOLTADA PARA A SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

[http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/
desenvolvimento/conteudo_250140.shtml](http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_250140.shtml)

MOVIMENTOS PARA ACABAR COM A PRÁTICA DE COOPTAÇÃO-RECRUTAMENTO DE MENINOS-SOLDADOS

[http://www.amnistia-internacional.pt/
index.php?option=com_content&view
=article&id=1643:2014-02-12-16-50-
54&catid=35:noticias&Itemid=23](http://www.amnistia-internacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1643:2014-02-12-16-50-54&catid=35:noticias&Itemid=23)

[http://www.uc.pt/en/cia/publica/AP_artigos/
AP22.23.06_Cabral.pdf](http://www.uc.pt/en/cia/publica/AP_artigos/AP22.23.06_Cabral.pdf)

CONFERÊNCIA JAIME WRIGHT DE PROMOTORES DA PAZ E DIREITOS HUMANOS

[http://f2j.edu.br/jaime/2013/downloads/
direitos_humanos.pdf](http://f2j.edu.br/jaime/2013/downloads/direitos_humanos.pdf)

VIOLÊNCIA SEXUAL - UNICEF

www.unicef.org/brazil/pt/Cap_03.pdf

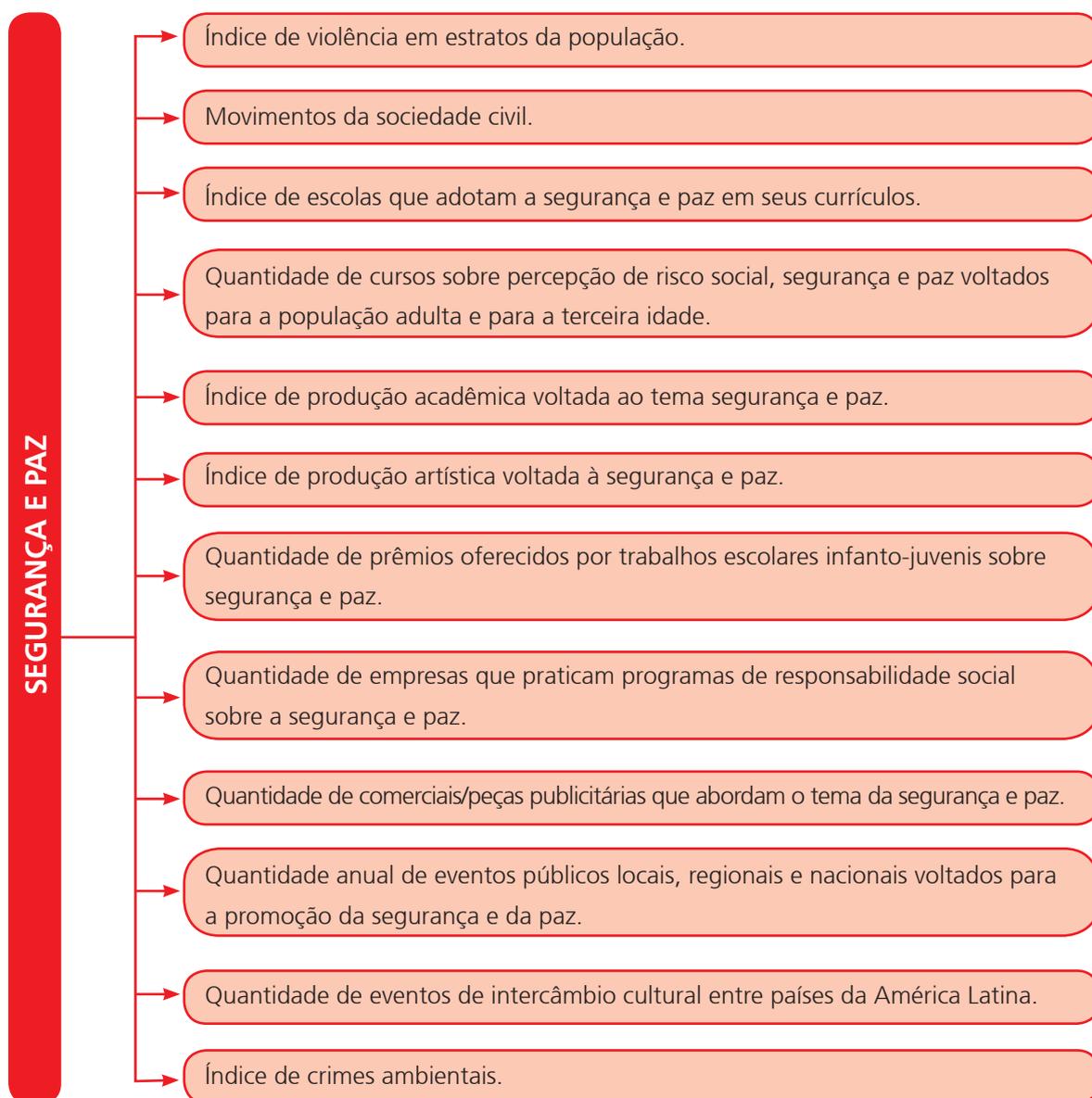
PLANO DE AÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA - CEPAL

[www.cepal.org/celade/noticias/
paginas/4/23004/JBarros_d.pdf](http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/4/23004/JBarros_d.pdf)

UNESCO - EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A CONVIVÊNCIA

[http://www.unesco.org/new/fileadmin/
MULTIMEDIA/FIELD/Santiago/pdf/Educacion-
Convivencia-Paz.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Santiago/pdf/Educacion-Convivencia-Paz.pdf)

INDICADORES REFERENTES AO EIXO SEGURANÇA E PAZ



IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Segurança e Paz, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o eixo Ibero-americano.

SÃO PAULO, BRASIL

São Paulo Contra o Crime

O projeto fruto de um convênio firmado sem repasse de recursos, tem o objetivo de construir o planejamento estratégico da Secretaria de Segurança Pública, definindo indicadores prioritários e metas de redução da criminalidade. As metas, compartilhadas entre as polícias militar, civil e técnico-científica, serão desdobradas para cada região do Estado e acompanhadas periodicamente.

Foi criado desta forma em São Paulo no ano de 2014 um programa contra o crime que consiste em um programa de metas e ações para reduzir o crime no estado de São Paulo, através do trabalho integrado e da atuação planejada das três instituições policiais (Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Científica), que compartilham responsabilidades.

O Programa São Paulo Contra o Crime é também o reconhecimento do mérito daqueles que buscam sempre as melhores práticas e resultados. Daí a razão de o programa prever o pagamento de bônus aos policiais que alcançarem as metas de redução dos índices de criminalidade. O objetivo específico do Programa é reduzir no curto, médio e longo prazo três Indicadores Criminais Estratégicos em todo o Estado, a saber : Roubo, Roubo e Furto de Veículos, Vítimas de Letalidade Violenta.

PARÁ, BRASIL

Programa Pro Paz

Programa Estratégico, criado 2004, para fomentar a integração, a articulação e o alinhamento das políticas públicas para a infância e a juventude. O objetivo é viabilizar a população do Estado do Pará em situação de vulnerabilidade social, ações de inclusão social visando a redução dos índices de violência e a propagação da cultura de paz e não violência.

A proteção social neste projeto é entendida como um conjunto de políticas que ajudem a proteger as pessoas em situação de vulnerabilidade, com vista a capacitá-los a conduzir suas próprias vidas de acordo com suas escolhas. A vulnerabilidade pode surgir devido à perda de renda, idade, deficiência, doença ou a infância.

MEDELLÍN, COLÔMBIA

Programa de Reconstrução

Há 20 anos, esta era a cidade de Pablo Escobar, com uma taxa anual de homicídios que chegou a 381 por 100 mil habitantes.

Mas a segunda maior cidade da Colômbia virou um centro médico e empresarial com 3,5 milhões de habitantes e um florescente setor turístico. Seu orgulho cívico foi inflado por novas praças e prédios públicos e por um sistema eficiente e surpreendentemente limpo de metrô e teleféricos. Unindo bairros ricos e pobres e promovendo o desenvolvimento privado, o metrô é para os moradores de Medellín um símbolo partilhado de renovação democrática.

A taxa de homicídios de Medellín, embora não seja baixa, é agora inferior a 60 por 100 mil habitantes.

A arquitetura, sozinha, obviamente não responde por essa queda. Aqui, a arquitetura funciona

como parte de uma ecologia social e econômica.

COALITION TO STOP THE USE OF CHILD-SOLDIERS (CSC)

Um movimento internacional encabeçado pela Coalition to Stop the Use of Child-Soldiers (CSC) tem vindo a trabalhar nas últimas duas décadas no sentido de travar a crescente militarização de menores, avançando como principal medida de proteção da criança no estabelecimento de um limite mínimo de 18 anos de idade para o envolvimento militar. A noção de 'criança-soldado' está associada à definição de 'criança' vigente na Convenção dos Direitos da Criança (1989) e na lei humanitária internacional – é 'criança' todo ser humano com idade inferior a 18 anos, salvo quando, em virtude da lei aplicável, seja alcançada a maioria mais cedo. Assim a CSC considera 'criança-soldado' todo o ser humano com menos de 18 anos de idade que se envolve direta ou indiretamente em ações militares, por forças governamentais ou não governamentais, de um modo mais ou menos forçado (Cohn e Goodwin-Gill, 1997).

Para além do ato de combate em si, a definição abrange a realização, para grupos armados, de tarefas agropecuárias e domésticas, o transporte de armamento ou carregamento dos produtos de saque militar, o ser-se utilizado/a como escravo/a sexual ou cônjuge de militares, o reconhecimento de terreno, o policiamento de zonas de conflito armado, a vigilância de prisioneiros de guerra e a espionagem. (Ver: http://www.uc.pt/en/cia/publica/AP_artigos/AP22.23.06_Cabral.pdf)

SOFRIMENTO NA VIGILÂNCIA PRISIONAL: O TRABALHO E A ATENÇÃO EM SAÚDE

É apresentada uma caracterização das condições de trabalho dos agentes de segurança penitenciária (ASPs) e uma intervenção que culminou com a constituição de um espaço para o acolhimento do sofrimento psíquico dos trabalhadores. Foram realizadas trinta entrevistas

semi-dirigidas individuais com ASPs de uma unidade prisional de regime fechado. O discurso dos ASPs apontou as seguintes situações ansiogênicas: risco constante de exposição à violência física no cotidiano prisional, temor em relação à segurança de seus familiares, exposição a doenças como tuberculose, hepatite C e HIV, percepção da degradação da saúde mental, trabalho monótono e sensação de enclausuramento em algumas funções, representação social pejorativa desse trabalho pela comunidade, baixa remuneração e restrição dos serviços de saúde oferecidos aos ASPs e seus dependentes. Após o reconhecimento dos determinantes de agravo à saúde ofereceu-se acolhida ao seu sofrimento, tendo sido organizado numa modalidade de atenção emergencial em saúde mental e em encontros individuais com os trabalhadores.

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO ECUMÊNICO NA PALESTINA E EM ISRAEL (PAEPI/EAPPI) - CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

A equipe do projeto de Relações Internacionais da JELB está divulgando um belíssimo programa para aqueles que queiram ter a oportunidade de realizar um trabalho voluntário em terras estrangeiras: é o Programa de Acompanhamento Ecumênico na Palestina e em Israel (PAEPI/EAPPI), uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e das igrejas de Jerusalém, que traz voluntários de todo o mundo para vivenciar a realidade da ocupação militar israelense nos territórios palestinos, por um período de três meses. Os Acompanhantes Ecumênicos (AEs), durante esse período, fornecem presença protetiva para comunidades vulneráveis, monitoram e reportam abusos aos Direitos Humanos e auxiliam palestinos e israelenses em seus esforços pela paz. Além disso, ao voltar para casa, os AEs iniciam campanhas visando à resolução justa e pacífica do conflito, com o fim da ocupação militar israelense e o respeito ao Direito Internacional. (Ver: <http://www.jelb.org.br/blog/blog.php?id=28176>)

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

Paz y Seguridad- ONU

<http://www.un.org/es/peace/>

<http://www.un.org/es/peacekeeping/>

GPI - Indicators to promote peaceful and inclusive societies for sustainable development

<http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2011/09/UN-Post-2015-Short-Paper-WEB.pdf>

2013 Brasil é 4º país mais desigual da América Latina

<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/brasil-e-4o-pais-mais-desigual-da-america-latina-aponta-onu>

2014 São Paulo contra o crime

http://www.soudapaz.org/upload/pdf/sp_contra_o_crime_jan2014_web.pdf

2012 PROPAZ

http://www.segupa.gov.br/sites/default/files/apresentacao_consep.pdf

2012 Com esperança Medellín se constrói

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/50778-com-esperanca-medellin-se-reconstrui.shtml>

Prevenção ao uso indevido de drogas - Educadores

www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/.../tematico_drogas2010.pdf

Normas Internacionais Sobre a Prevenção do uso de Drogas

www.unodc.org/.../UNODC_Normas_Internacionais_PREVENCAO_port..

Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.2.n.3, jan./jun.,2013

<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>

A segurança internacional e a institucionalização da manutenção da paz no âmbito da ONU: riscos e expectativas

<http://eces.revues.org/315>

El Proyecto y los indicadores de seguridad ciudadana

<http://www.seguridadregion.com/pt/sobre-o-projeto.html>

Organização dos Estados Americanos / Comissão de Segurança Hemisférica

<http://www.oas.org/csh/portuguese/novosdoc%20relat%20da%20presid.asp>

2014 Segurança Pública na América Latina – FTI Consulting

www.fticonsulting.com.br/.../2014-seguranca-publica-na-america-latina

Coalition to Stop the Use of Child-Soldiers (CSC)

http://www.uc.pt/en/cia/publica/AP_artigos/AP22.23.06_Cabral.pdf

Programa de Acompanhamento Ecumênico na Palestina e em Israel (PAEPI/EAPPI) - Conselho Mundial de Igrejas

<http://www.jelb.org.br/blog/blog.php?id=28176>



SAÚDE E MEIO AMBIENTE

I. O QUE ENTENDEMOS POR SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Segundo a OMS, temas ligados a saúde e meio-ambiente são de difícil especificação e definição, justamente pela variedade de interconexões e das prioridades e interesses dos atores envolvidos.



Fatores ambientais afetam significativamente a saúde humana, de forma direta e indireta - aproximadamente um quarto da carga global de doenças e de um quarto de todas as mortes resultam de fatores ambientais modificáveis. Outro fator preponderante é a infraestrutura de saúde pública disponível em cada país. A infraestrutura e a condição de acesso à saúde pública afeta tanto os efeitos imediatos para a saúde como a predisposições para a doença no longo prazo. Portanto, não é de estranhar que a Saúde Ambiental está correlacionada com o fator riqueza: os que têm os recursos para investir em uma forte infraestrutura de saúde pública lidam melhor com a exposição a pressões ambientais.

O atual estágio de desenvolvimento dos Países da América Latina a despeito de sua diversidade sociocultural e econômica, caracteriza-se por semelhanças que, cada vez mais, facilitam a construção de uma pauta comum de propostas para a superação de suas dificuldades. Essas semelhanças decorrem de uma história compartilhada e das transformações estruturais que se verificaram nas últimas décadas, as quais, em geral, não tem garantido que o desenvolvimento econômico possa

automaticamente se constituir em fator de equidade entre as nações, e mesmo no interior de cada nação.

O quadro que se observou em praticamente toda América Latina ocorreu em um contexto de redemocratização, em medidas e velocidades distintas. Essa redemocratização vem trazendo mudanças importantes nos direitos da cidadania, que estão ampliando-se progressivamente do âmbito estritamente político e civil para a esfera econômica e social, inclusive no que diz respeito à saúde e ambiente. Não se admitem mais, do ponto de vista ético, estilos e formas de desenvolvimento que alijem segmentos sociais ou áreas geográficas de seus benefícios, ou que exponham o patrimônio natural a formas de exploração que esgotem os recursos naturais e poluam os espaços naturais e construídos. Ao contrário, exige-se solidariedade com os excluídos e com as futuras gerações.

Todavia, impactos sistêmicos da mudança climática na saúde ambiental não foram ainda considerados na maioria das análises do tema devido a seu conteúdo político relaciona à restrição da atividade industrial responsável pelas emissões de poluentes e destruição do bioma terrestre e a consequentes restrições na compreensão do caráter sistêmico da mudança climática e do conjunto de relações que este

fenômeno estabelece com a saúde pública.



A OMS estabelece então um marco normativo para indicadores de saúde ambiental, indicando as diretrizes ou eixos essenciais para estes indicadores que são: a consideração ao contexto sócio-demográfico (população, densidade, taxa de crescimento demográfico, expectativa de vida e mortalidade infantil), o nível de poluição do ar (qualidade do ar interna e externa, mortalidade infantil devido a doenças respiratórias agudas e capacidade de monitoramento da qualidade do ar), saneamento básico em função do tratamento dos resíduos orgânicos e de doenças relacionadas à baixos padrões de higiene e qualidade da água, como a diarreia por exemplo, acesso à água potável, doenças transmitidas por insetos (por picada de mosquito), habitação em função do percentil de famílias vivendo em áreas invadidas ou não regulamentadas e áreas inseguras, acidentes domésticos e planejamento urbano.

Outras categorias relacionadas pela OMS envolvem diretamente a questão da preservação ambiental em função da saúde humana, como a gestão de resíduos sólidos, que é avaliada em termos da porcentagem da população atendida pela coleta municipal de resíduos sólidos, massa de “lixo” descartada pelos municípios e eficácia da gestão de resíduos perigosos e infecciosos.

As substâncias tóxicas e infecciosas são também avaliadas em termos do percentual de chumbo no sangue infantil, índice de mortalidade por envenenamento e pelo escopo e rigor da gestão de terras contaminadas. Uma pesquisa recente vinculou o uso prolongado de pesticidas a taxas mais altas de depressão e suicídio. As evidências também sugerem que o envenenamento por pesticidas – uma dose pesada em um espaço curto de tempo – duplica os riscos de depressão.

A depressão é a doença mental mais comum nos Estados Unidos. Cerca de 7% dos adultos americanos experimentam anualmente um período de duas semanas ou mais de depressão, de acordo com o Instituto Nacional de Saúde Mental do país. Não há dados nacionais sobre se trabalhadores do campo são mais propícios à depressão.



A Segurança Alimentar também é uma categoria-chave na análise da Saúde Ambiental, podendo ser avaliada em termos de doenças derivadas de desnutrição ou alimentação pobre em nutrientes, mortalidade infantil por diarreia e pelo monitoramento da quantidade de substâncias potencialmente danosas aos seres humanos nos alimentos.

Por fim, a OMS recomenda que sejam avaliados os níveis de exposição à radiação e raios UV e riscos de saúde ocupacionais (como exposição à condições inseguras de trabalho e mortalidade devido a riscos ocupacionais) e riscos de saúde não-ocupacionais, como acidentes de carro, acidentes com crianças menores de 5 anos e mortes por envenenamento em crianças de até 5 anos.

II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER SAÚDE AMBIENTAL

Os países latino Americanos e caribenhos sofrem de grande lacuna entre o conhecimento teórico acerca da saúde ambiental em relação a sua prática em termos de aplicação de políticas públicas e benefícios para a população. Esta realidade coaduna com o fato da região conter uma das mais ricas áreas de biodiversidade do planeta e ao mesmo tempo uma das mais ameaçadas.

Com sua população densamente concentrada em centros urbanos em precárias condições de vida, o modelo de desenvolvimento adotado por muitos países da América Latina, está historicamente vinculado à extração predatória de recursos naturais e ao esgotamento da terra devido as grandes monoculturas destinadas à exportação.



Conhecer os Impactos na saúde dos fatores de risco ambientais ao nível da população podem ser de muita utilidade em atividades da saúde pública que ajudem a priorizar ações para prevenir ou reduzir o impacto na saúde da população através de uma ação preventiva. A avaliação do impacto ambiental nas doenças também pode ser utilizadas para estimar indicadores de desempenho de ambientes saudáveis e identificar populações em ambientes de alto risco.



A Organização Mundial da Saúde OMS pública guias intitulados Environmental Burden of Disease Series, na quais são abordados desde a introdução e métodos para a avaliação do peso da doença ambiental a níveis nacionais e locais, até fatores de risco individual como o chumbo, a contaminação do ar (Indoor pollution), e riscos ocupacionais.

Um dos problemas mais sérios pelos quais a população tem passado nas últimas décadas é o problema da utilização massiva de agrotóxicos(

aditivos, antibióticos, pesticidas). De fato o Brasil o maior país da região e portanto o maior mercado de agrotóxicos do mundo e representa 16% da sua venda mundial. Ao longo da última década quase que quatro vezes mais que a média mundial, e as importações brasileiras desses produtos mais do que duplicaram. As 10 maiores empresas do setor de agrotóxicos do mundo concentram mais de 80% das vendas no país; continua utilizando produtos agrotóxicos, vários deles já proibidos há anos nos EUA, na União Européia, e em países como Argentina, Nigéria, Senegal, Mauritânia, entre outros, como o acefato e o endossulfam. Os motivos dessa proibição são evidentes, a contaminação de alimentos, de trabalhadores rurais, e do meio ambiente, causando, literalmente, o envenenamento dos consumidores, a morte de trabalhadores rurais e a destruição da vida animal e vegetal.

Em particular em relação ao Câncer, cerca de 80% dos casos de câncer está relacionada ao meio ambiente, onde encontramos um grande número de fatores de risco. Entende-se por ambiente o meio em geral (água, terra e ar), o ambiente ocupacional (indústrias químicas e outros locais de trabalho), o ambiente de consumo (alimentos, medicamentos) e o ambiente social e cultural (estilo e hábitos de vida). Eles podem ser a causa principal de diversos tipos de câncer como câncer de mama, cólon (intestino grosso), reto, próstata, esôfago e estômago.



Tudo isso implica que as instituições responsáveis pelo controle de riscos ambientais para a saúde deveriam controlar e desenvolver medidas preventivas e campanhas para evitar impactos e promover o bem-estar da população.

III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO SAÚDE E MEIO AMBIENTE

OBJETIVO GERAL

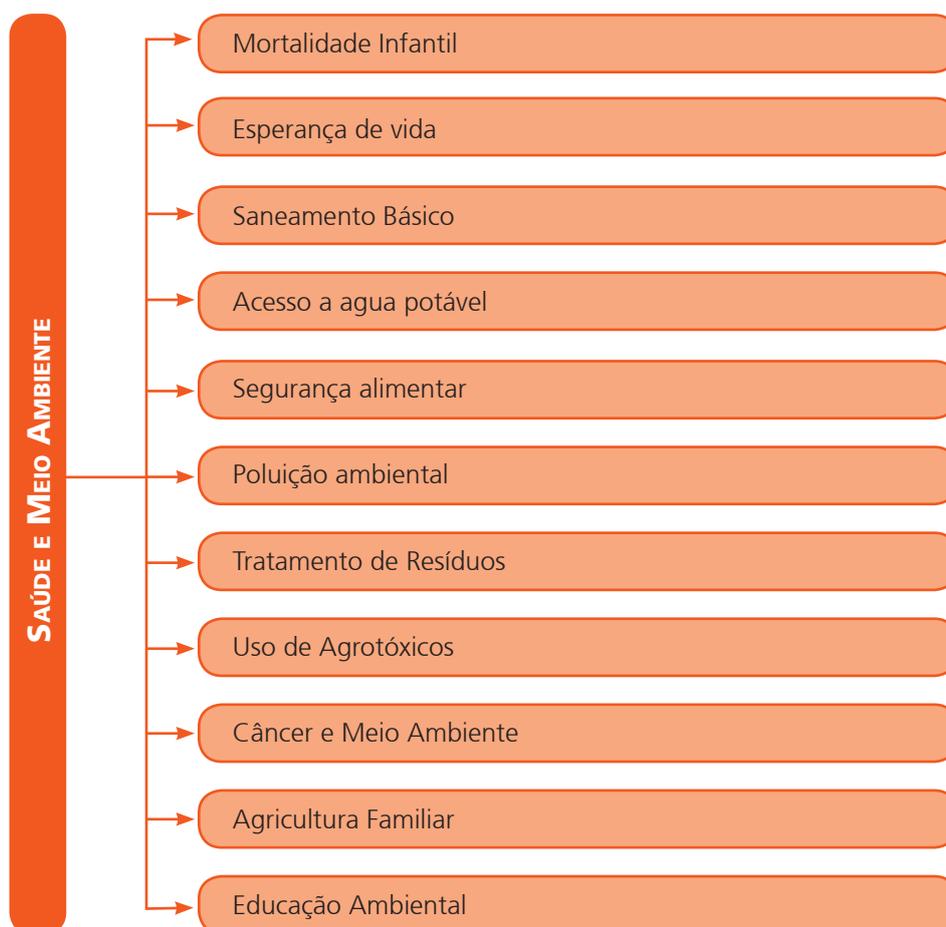
Alertar e prevenir sobre os riscos ambientais para a Saúde, e contribuir para analisar os fatores críticos e planejamento estratégico que possam fortalecer os ecossistemas e melhorar a qualidade de vida da população em geral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contribuir para desenvolver a Cultura e Educação Ambiental;
- Montar Observatórios que permitam acompanhar indicadores básicos sobre riscos de saúde relacionados a impactos ambientais.

INDICADORES REFERENTES AO EIXO SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Para implementar estudos sobre o eixo Saúde e Meio Ambiente nos países Ibero-americanos é importante poder contar com a disponibilidade de dados relacionados a qualidade de vida e indicadores ambientais de impacto.



BENEFÍCIOS DOS INDICADORES



O cuidado com o meio ambiente e preservação ambiental da região tem um impacto não só em termos da saúde da região mais do planeta com um todo e por isso precisa contar com um monitoramento eficiente. De fato a maioria dos países está em estágio atrasado de proteção ao meio-ambiente e saúde ambiental, sendo que na América Latina, apenas Argentina, Chile e Uruguai tem desempenho um tanto melhor em termos do Environmental Performance Index - EPI por exemplo. Infelizmente, um grupo de pequenos países com altíssima biodiversidade composto por Peru, Bolívia, Nicarágua e Guatemala figuram na rabeira desse índice. Chile e Uruguai são os mais bem-colocados na América Latina, muito devido aos dados sociais, como mortalidade infantil e acesso ao saneamento básico. Na Iberoamerica a Espanha lidera o índice devido a sua performance superior nos indicadores, que refletem sua construção histórico-social distinta

DICAS DE GESTÃO

Todos os países contam hoje com Secretarias de Saúde e Meio-ambiente que precisam estar cada vez trabalhando sinergicamente sincronizadas inclusive regionalmente, e aproveitando o apoio de instituições como o PNUMA, a OMS, a UN Habitat e o WWF para promover planos estratégicos ao nível governamental, Consórcios e Parcerias Público Privadas, transparência e acesso direto a população através de portais interativos que permitam utilizar os avanços das TIC e Tecnologias de Monitoramento ambiental para criar uma cultura de participação coletiva de saber cuidar (crowdpreserving).

IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre Saúde e Meio Ambiente, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para países Ibero-americanos.

GAIA EDUCATION

Gaia Education promove uma abordagem holística da educação para o desenvolvimento sustentável através de currículos para projetos de comunidade sustentáveis, aproveitando as melhores práticas dentro de ecovilas e configurações de transição em todo o mundo. (Ver: <http://www.gaiaeducation.net/index.php/pt/> e <http://www.gaiaeducation.net/index.php/pt/case-studies>).

GEN - Global Ecovillage Network; Connecting Communities for a Better World

A Visão da Rede Global de Ecovilas é a de um mundo de cidadãos e comunidades habilitadas para projetar e implementar os seus próprios caminhos para um futuro sustentável, e construir pontes de esperança e solidariedade internacional. Busca então contribuir com a educação dos indivíduos de todas as esferas da vida, compartilhando as experiências e as melhores práticas adquiridas com as redes de ecovilas e comunidades sustentáveis em todo o mundo:

- em direitos humanos, resolução de conflitos e reconciliação de capacitação das comunidades locais em todo o mundo, promovendo uma cultura

de aceitação e respeito mútuo, comunicação eficaz , e alcance cross e transcultural;

- na proteção do ambiente a nível mundial, servindo como um think tank, incubadora, organizando parcerias internacionais e catalisando projetos que acelerem a mudança para estilos de vida sustentáveis e resilientes;

- na cidadania ativa e desenvolvimento comunitário através da coordenação das atividades das redes de ecovilas regionais, e estendendo a mão para os fabricantes da sociedade e políticos mais abrangentes, a fim de acelerar a transição para a vida sustentável. (Ver: <http://gen.ecovillage.org/>).

UMAPAZ - Universidade Livre do Meio Ambiente e Cultura de Paz

A Universidade Livre do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ), Departamento de educação ambiental da prefeitura, busca complementar o ensino formal na educação socioambiental por meio de uma rede de parcerias constituída de organizações com missões similares. (Ver: <http://www.parqueibirapuera.org/umapaz/> e <http://www.blogumapaz.blogspot.com.br/>).

SCHUMACHER COLLEGE

Um centro internacional de educação baseado na natureza, a transformação pessoal e ação coletiva. Oferece cursos de curta duração e de pós-graduação com os principais pensadores, profissionais e ativistas de nosso tempo. Promove a educação, a co- criação e participação em um mundo mais resistente, igual e sustentável. (Ver: <https://www.schumachercollege.org.uk/> e <http://www.escolaschumacherbrasil.com.br/>).

IEHIAS Integrated Environmental Health Impact Assessment System

The DPSEEA

Frameworks conceituais como o Modelo DPSIR - Driver-Pressure-State-Impact-Response podem fornecer uma ferramenta para captar, visualizar e organizar as conexões entre os fatores-chave para um sistema complexo. Drivers relacionados a conceitos de saúde humana podem ser incorporadas nesse contexto para fornecer um único quadro integrado. O DPSIR tipicamente tem um foco ambiental, porém uma via paralela pode ser adicionada ao considerar mais explicitamente a saúde humana. Nesta via paralela, Drivers sociais estão incluídos, além de setores da economia. Uma alternativa adicional para o marco DPSIR é então a FPSEEA. Neste caso os Drivers são os desenvolvimentos sociais, demográficos e econômicos nas sociedades e as alterações correspondentes nos estilos de vida, os níveis globais de padrões de consumo e produção.

O Framework da FPSEEA foi desenvolvido em nome da Organização Mundial de Saúde, inicialmente como uma base para o desenvolvimento de indicadores de saúde ambiental adaptando o marco do DPSIR principalmente por reconhecer as relações entre as condições ambientais e os efeitos sobre a saúde. Também ampliaram o conceito para incluir fatores relacionados ao desenvolvimento socioeconômico. (Ver: http://www.integrated-assessment.eu/guidebook/dpseea_framework e

http://www.epa.gov/ged/tutorial/docs/DPSIR_Module_4.pdf).

IMAGINE CHICAGO - Global Imagine Projects

Imagine uma cidade (ou um lugar), onde os jovens estão liderando o caminho a seguir; as escolas públicas estão prosperando como centros comunitários de aprendizagem; os bairros e instituições trabalhem em conjunto para compartilhar idéias e recursos; e todos os cidadãos reconhecem e aplicam seus talentos para criar um futuro positivo para si e para a sua comunidade. Desde 1998, quando surgiu o movimento Global Imagine de Auto-organização, se estendeu pelos seis continentes. Apresenta como resultados esforços de engajamento cívico no governo, negócios, educação, cultura, saúde, juventude e desenvolvimento da comunidade. Cada projeto Imagine foi projetado e implementado localmente. Alguns em bairros focados e executados por voluntários não pagos. Outros foram ao nível de cidades ou a nível de países, iniciados e geridos por funcionários do governo com financiamento público. Outros, ainda, têm sido parcerias institucionais público-privadas. (Ver: http://www.imaginechicago.org/global_projects.html e http://www.imaginechicago.org/south_america.html)

TRANSITION NETWORK

Transition Network é um movimento cujo papel é inspirar, incentivar, ligar, apoiar e treinar as comunidades a se auto-organizar em torno do modelo de transição, criando iniciativas que reconstruir resiliência e reduzir as emissões de CO2. Em última análise, trata-se de criar uma cultura humana saudável, que atenda às nossas necessidades para a comunidade, meios de vida e diversão. (Ver: <http://www.transitionnetwork.org/>).

REconomy Project – Ajudando a transformar sua economia local

O Projeto REconomy faz parte da Rede de

Transição, um movimento popular global de comunidades que visam reforçar a sua capacidade de resiliência a problemas incluindo as alterações climáticas, o aumento dos preços da energia, a incerteza econômica e desigualdade. (Ver: <http://www.reconomy.org/>).

TTT- Transition Town Totnes

Este modelo de transição pode ser aplicado a diferentes tipos de lugar onde as pessoas vivem, como aldeias, regiões, ilhas e cidades. O termo genérico é “Iniciativa de Transição”, que inclui bairros de transição, comunidades e cidades, embora a cidade de transição seja de uso comum. Em setembro de 2013, já tinham 1.130 iniciativas acontecendo em 43 países.

O intuito é ajudar a criar e cuidar de comunidades locais prosperas, saudáveis, onde os modos de vida das pessoas levem em conta as necessidades das gerações futuras, bem como os atuais. O aumento dos preços dos combustíveis, os impactos de justiça social por fazer parte de um mundo lutando pelo controle de todas as últimas reservas de petróleo e de recursos naturais, a nossa incerteza econômica atual e as alterações climáticas, são apenas algumas das razões que temos para a necessidade de enfrentar este desafio. No entanto, TTT incide sobre esses motivadores como oportunidades para aumentar o bem-estar da comunidade, para expandir a nossa economia local, a assumir a responsabilidade para o nosso próprio impacto no ecossistema e em outras pessoas; bem com encontrar formas de viver em consonância com o ecossistema planetário. (Ver: <http://www.transitionnetwork.org/initiatives> e <http://www.transitiontowntotnes.org/about/what-is-transition/>).

UNISDR – The Hyogo Framework for Action 2005- 2015

Cities and local governments need to get ready, reduce the risks and become resilient to disasters. The Hyogo Framework for Action 2005- 2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters offers solutions for local governments and actors to manage and reduce urban risk. Urban risk reduction provides opportunities for capital investments through infrastructure upgrades and improvements, building retrofits for energy efficiency and safety, urban renovation and renewal, cleaner energies, and slum upgrading. Local governments are the closest level to the citizens and to their communities. They play the first role in responding to crises and emergencies. They deliver essential services to their citizens (health, education, transport, water, etc.), which need to be made resilient to disasters. (Ver: http://www.unisdr.org/files/38523_20140717finlandpeerreport.pdf e

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/toolkit> e <http://www.unisdr.org/archive/40966>).

EPA - ENVIROMENTAL PROTECTION AGENCY

<http://www.epa.gov/>

<http://www.usa.gov/directory/federal/environmental-protection-agency.shtml>

A agência de proteção ambiental dos Estados unidos tem a missão de proteger a população e o meio ambiente de riscos significativos na saúde, e apoia e faz pesquisas e desenvolve a implementa normas ambientais. Para essa finalidade eles agruparam o país em 10 regiões, e tem um modelo para integrar a saúde humana e o ecossistema.

http://www.epa.gov/ged/tutorial/docs/DPSIR_Module_4.pdf

RACHEL CARSON – SILENT SPRING

<http://www.rachelcarsoncouncil.org/>

Silent Spring um clasico livro de ciência ambiental escrito por Rachel Carson e publicado em 1962, foi recebido com forte oposição por empresas químicas, mas gerou uma reversão na política nacional de pesticidas, levou a uma proibição nacional ao DDT para usos agrícolas, e inspirou um movimento ambiental que levou à criação da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA).

<http://mobile.nytimes.com/2012/09/23/magazine/how-silent-spring-ignited-the-environmental-movement.html?pagewanted=all&r=0>

The World According to Monsanto

Livro e documental premiado pela Rachel Carson Council

<http://quoduniomystica.blogspot.com.br/2014/05/documentario-o-mundo-segundo-monsanto.html>

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

COPASAD - Conferência Pan-Americana sobre Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Humano Sustentável

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Planonac.pdf>

EPI – Environmental Performance Index.

<http://epi.yale.edu/>

Gaia Pacha - Environmental Technology, Environmental Education, Research

<http://www.world-unite.de/en/internships-volunteering/bolivia-cochabamba/gaia-pacha-environmental-technology-environmental-education-research.html>

Gaia Town - A 3D Environmental Education Game

<http://www.gaiatown.com/>

GPS – Guia de Gestão Pública Sustentável

www.cidadessustentaveis.org.br/gps

IES - Institute for Environmental Security

<http://www.envirosecurity.org/>

ROCKEFELLER FOUNDATION - Resilience

<http://www.rockefellerfoundation.org/our-work/current-work/resilience>

<http://www.rockefellerfoundation.org/our-work/strategic-research/latest-research>

<http://www.rockefellerfoundation.org/uploads/files/4a78d164-f136-45c3-8a65-cdf3c1a7d0c4-external.pdf>

<http://www.rockefellerfoundation.org/>

<http://www.rockefellerfoundation.org/uploads/files/37442dc9-fd4a-4fbb-b460-904888b88f57-external.pdf>

UMAPAZ - Universidade Livre do Meio Ambiente e Cultura de Paz

<http://www.parqueibirapuera.org/umapaz/>

<http://www.blogumapaz.blogspot.com.br/>

UNESCO - ESD Education for Sustainable Development

http://www.unesco.org.uk/education_for_sustainable_development

<http://www.rockefellerfoundation.org/our-work/strategic-research/opportunities-analysis>

TTT- Transition Town Totnes

<http://www.transitionnetwork.org/blogs/rob-hopkins>

WHO. World Health Organization.

PHE Public health, environmental and social determinants of health

<http://www.who.int/phe/en/>

Global Health Observatory (GHO)

<http://www.who.int/gho/phe/en/>

Quantifying environmental health impacts

http://www.who.int/quantifying_ehimpacts/en/

Global Health Observatory Data Repository

<http://apps.who.int/gho/data/node.imr#ndx-B>

Quantifying environmental health impacts

http://www.who.int/quantifying_ehimpacts/countryprofiles/en/

NCD Noncommunicable Diseases

http://www.who.int/nmh/publications/ncd_profiles_report.pdf

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ABRANDH, **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2013 <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/publicacoes%20sisan/dhaasisan-miolo-030413.pdf/download>

BARBOSA, M. **Possibilidades de Aplicação do Modelo FPSEEA/OMS NA Construção de Indicadores de Saúde Ambiental**. Dissertação de Mestrado UnB, 2007. http://www.bdtd.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=811

BRIGGS, D. **Environmental Health Indicators: Framework and Methodologies**. Protection of the Human Environment Occupational and Environmental Health Series. World Health Organization : Geneva, 1999. <http://www.who.int/ceh/publications/cehframework/en/>

FALVIN, C. et al **Study on the Development of the Renewable Energy Market in Latin America and the Caribbean**. IDB , 2104 <http://www.worldwatch.org/bookstore/publication/study-development-renewable-energy-market-latin-america-and-caribbean>

PERIAGO, Mirta Roses; GALVAO, Luiz Augusto; CORVALAN, Carlos and FINKELMAN, Jacobo. **Saúde ambiental na América Latina e no Caribe: numa encruzilhada**. Saude soc. [online]. 2007, vol.16, n.3, pp. 14-19. ISSN 0104-1290



DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL DE GÊNERO

I. O QUE ENTENDEMOS POR DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL DE GÊNERO

O ano de 2015 marcará o 20º aniversário da Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim. A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, aprovada por unanimidade por 189 países, é considerada o documento fundamental da política global sobre a igualdade de gênero, abordando áreas críticas como as mulheres e a pobreza, a violência contra as mulheres e seus direitos humanos.

A inclusão social das mulheres será potencializada pelo enfrentamento à Desigualdade de Gênero, a partir de pesquisas que tratem e problematizem seus dados a fim de colocá-los na agenda decisória governamental e consequente formulação de políticas públicas que tenham a participação das mulheres, deixando de reproduzir o caráter masculino dado aos processos decisórios.

De fato de acordo com o PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, nenhum país até o momento apresenta igualdade de gênero. Apesar disso, existem exemplos notáveis de como alguns países têm caminhado para avançar nessa questão. O Brasil com outros países encerraram a diferença entre gêneros nos quesitos educação e saúde, mas não diminuíram as desigualdades relativas à participação econômica nem à capacitação política. Entre os países ibero-americanos, a Nicarágua é o que mais se destaca, situando-se na sexta posição mundial como líder da igualdade de gênero da América Latina e do Caribe de acordo com estudos do Fórum Econômico Mundial. (World Gender Gap, 2014)

II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER A DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL DE GÊNERO

Para que os países Ibero-americanos tenham políticas de enfrentamento à Desigualdade de Gênero e consequente inclusão social das mulheres, em particular dado que numa grande maioria são elas as responsáveis pelas famílias, é preciso adotar uma série de medidas em diferentes áreas:

1. Colocar, no currículo escolar, a mulher como sujeito histórico, atriz política, social e econômica, potencialmente, gerará uma

nova perspectiva dos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres;

2. Ampliar o sistema de creches e escolas que atendam aos horários de trabalho, tendo em vista, que muitas mulheres não participam da política ou de movimentos da sociedade civil, porque está sob sua responsabilidade o cuidado com os filhos;
3. Fiscalizar se as políticas de trabalho decentes

estão sendo cumpridas, bem como cuidar da disparidade entre rendimentos salariais de mulheres e homens;

4. Proteger as mulheres vítimas de violência sexual e doméstica quando estas procurarem ajuda policial;
5. Descaracterizar profissões atribuídas aos gêneros feminino e masculino, de modo a fomentar o acesso a segmentos ligados ao desenvolvimento científico;
6. Fiscalizar e penalizar partidos políticos que não atendam à cota mínima de mulheres candidatas a cargos públicos. Por parte do Estado, garantir que os espaços de poder sejam divididos igualmente entre os sexos.



A construção de indicadores referentes as possibilidades de participação social das mulheres nos países Ibero-americanos forneceria meios para o enfrentamento da desigualdade entre os gêneros através da formulação de políticas públicas, de âmbito federal, que potencialize as perspectivas das mulheres em sua inserção na arena política, econômica e social de maneira ativa e autônoma, e para tanto há a necessidade de planejamento para se chegar a indicadores consistentes. A seguir temos uma metodologia para esse feito.

O PASSO A PASSO DO PLANEJAMENTO

Informação Organizada - Coleta, Organização da Informação sobre os Indicadores e Diagnóstico Preliminar

O planejamento das metas necessita de dados referentes aos respectivos indicadores, os quais precisam ser coletados, organizados, e analisados previamente. Após a organização dos dados, o passo seguinte é a descrição de um diagnóstico da Desigualdade de Gênero nos países ibero-americanos.

Perguntas para o check-up da situação histórica e atual:

1. Quais são os principais traços da Desigualdade de Gênero nos países Ibero-americanos?
2. Como o enfrentamento à Desigualdade de Gênero pode contribuir para a inclusão social das mulheres?
3. De que forma a problematização da Desigualdade de Gênero pode ajudar a mobilizar a administração pública na formulação de políticas de ações afirmativas?
4. Quais são os atores envolvidos no enfrentamento à Desigualdade de Gênero?
5. Quais são as principais ações para o combate da Desigualdade de Gênero que se convertam em políticas públicas?
6. Que tipo de parcerias, apoios e convênios externos seriam necessários para a formulação de políticas públicas de Gênero?

Mapeamento Estratégico

O diagnóstico deve exprimir o contexto histórico e a atual conjuntura dos países Ibero-americanos, no que se refere à Desigualdade de Gênero e às políticas públicas, de âmbito federal, implementadas para o seu enfrentamento.



Priorização dos Indicadores



Feita a análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, à luz de uma visão de futuro – quanto à inclusão social das mulheres através do enfrentamento à Desigualdade de Gênero – para cada país Ibero-americano, se têm condições de identificar quais indicadores são mais críticos e requerem maior esforço da gestão pública, de forma a pautarem o planejamento federal.

Deverão ser privilegiados indicadores que traduzam o potencial do país Ibero-americano, como, por exemplo: “Representação feminina no Poder Legislativo”. Ao trabalhar este indicador, o país poderá torná-lo um diferencial e reforçar sua identidade, adotando marcas do tipo “O país Ibero-americano com o maior número de mulheres no parlamento do mundo”.

A Visão de Futuro dos países Ibero-americanos



Cada país Ibero-americano precisa ter, como elemento agregador de toda a sociedade, uma visão do que pretende alcançar, segundo sua vocação, que pode ser turística, cultural, histórica, natural, científica, industrial ou com diversas outras combinações no que diz respeito ao enfrentamento à Desigualdade de Gênero e consequente inclusão social das mulheres. É importante agregar os atores sociais do território nesse planejamento do futuro para que a escolha de rumos tenha unidade e seja bem-sucedida ao longo dos anos.

Como Conceber uma Visão de Futuro?

As diferentes concepções sobre os países Ibero-americanos do amanhã são cada vez mais importantes em todos os níveis. Atualmente, buscam-se modelos de gestão para a sustentabilidade com vieses mais humanizados, que equilibrem os fatores tecnológicos e ambientais.



Uma visão para o futuro dos países Ibero-americanos deve ser resultado da cooperação entre estes países irmãos, da imaginação coletiva, descrita em termos claros, visando a incentivar as ações e mostrar a direção a médio e longo prazo do compromisso firmado na última Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim. Tal exercício imaginativo pode ser realizado por meio de metodologias apropriadas, em reuniões da sociedade civil com os representantes do Poder Público.

III. CONDIÇÕES PARA PROMOVER A DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL DE GÊNERO

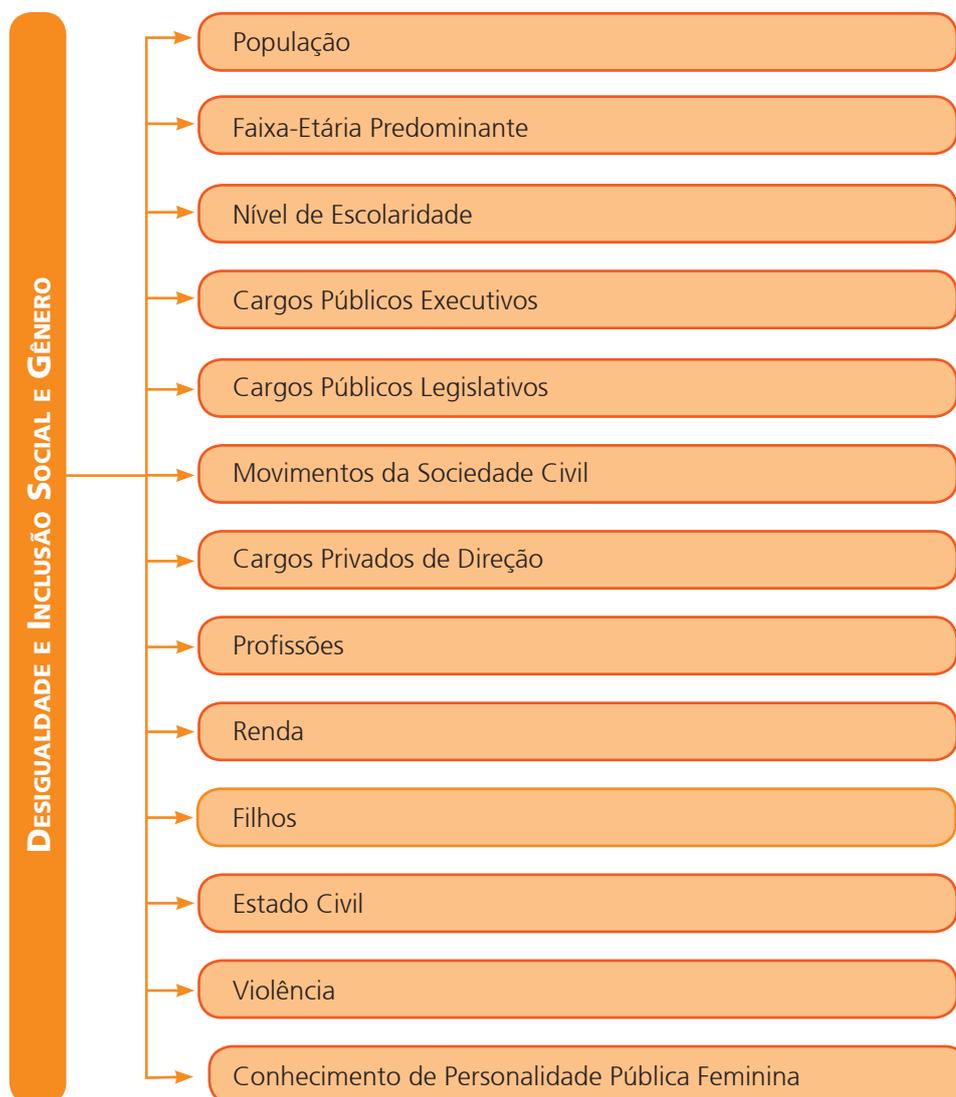
OBJETIVO GERAL

Assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar os direitos das mulheres, através do enfrentamento à Desigualdade de Gênero e consequente inclusão social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear os indicadores mais relevantes da Desigualdade de Gênero em cada país Ibero-americano, tendo em vista, que cada nação possui seus contextos histórico-culturais, que não necessariamente sejam superados a partir de políticas públicas universais.
- Estabelecer metas para a diminuição da Desigualdade de Gênero como equiparação salarial entre Gêneros; atendimento às determinações do Trabalho Decente; e revisão de currículo escolar de modo a inserir a participação ativa das mulheres no processo histórico.
- Monitorar o atendimento das mulheres vítimas de violência sexual e doméstica quando estas se dirigirem aos órgãos responsáveis, como por exemplo, delegacias de polícia.
- Garantir que os compromissos estabelecidos na Conferência Mundial sobre a Mulher sejam efetivados.
- Desestimular propagandas que vinculem as mulheres a estereótipos sexuais ou padrões de beleza.
- Quantificar e qualificar escolas e creches que atendam ao período em que as mulheres estão em seus postos de trabalho.

INDICADORES REFERENTES AO EIXO DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL E GÊNERO



OS BENEFÍCIOS QUE OS INDICADORES NOS TRAZEM

Os indicadores do Eixo Desigualdade e Inclusão Social de Gênero refletem os pontos primordiais no enfrentamento à referida desigualdade. Dessa forma, acompanhar e melhorar estes indicadores viabilizará a formulação e implementação de políticas públicas eficientes e eficazes nos países Ibero-americanos, de modo a colocá-los em posição de vanguarda e destaque no cenário mundial dominado historicamente pelo hemisfério norte.

DICAS DE GESTÃO

Mapear os indicadores mais relevantes da Desigualdade de Gênero e Promover e estabelecer metas para a diminuição da Desigualdade de Gênero em todos os contextos: educacional, social, laboral, político, segurança etc.. Aproveitar as ideias das Lideranças de Hazel Henderson e Riane Eisler que para implementar as propostas da Economia do Caring (Cuidar, Empatia) recomendam: reconhecer como a desvalorização cultural de gênero e do caring tem impactado negativamente o bem-estar das pessoas e o meio ambiente através das teorias e práticas econômicas e políticas; apoiar a transição da dominação para a parceria em relação a valores culturais e estruturas

socias e econômicas; mudar os Indicadores Econômicos para valorizar o caring bem como fazer intervenções econômicas para apoiar estas iniciativas; expandir o vocabulário econômico para incluir o caring e incluir o tema nas escolas de negócios e economia, estimulando pesquisas econômicas sobre o tema do gênero; educar crianças e adultos sobre a importância da prática do cuidar; conscientizar as governanças e lideranças empresariais líderes sobre os benefícios das políticas que apóiam o Carin; trabalhar para que esas políticas sejam adotadas. (Ver: <http://rianeeisler.com/wp-content/uploads/2014/07/AMLE-Eisler-RWN.pdf>).

Finalmente para acelerar o fechamento da lacuna entre gêneros em diversas dimensões da economia, é necessária a criação de políticas públicas (em nível governamental) e ações estratégicas (em nível empresarial). Algumas recomendações abaixo:

- Programas que visam promover ou monitorar a implementação de novas práticas de governança que incluam a mulher através de comissões e unidades compostas por mulheres;
- A criação de Secretarias ou Ministérios encarregados de assuntos femininos;
- Leis de punição/coerção a qualquer tipo de discriminação de gênero;
- Cotas eleitorais que assegurem a participação de mulheres no cenários político nacional assegurando a inclusão e a pluralidade;
- Transversalidade de gênero: a elaboração de uma matriz que instale nova;
- visão de competências (políticas, empresariais, sociais, institucionais, técnicas, etc) em todos os setores da sociedade;
- Monitorar a competência dos agentes públicos em relação a suas ações;
- relacionadas a superação das desigualdades de gênero;
- A implantação de ações afirmativas nas políticas de RH das organizações públicas, privadas e do terceiro setor;
- A regulamentação da mídia e a criação de códigos de conduta disseminação de imagens que retratem o universo feminino de forma a não alimentar violência doméstica, a perpetuação de estereótipos culturais, a não promover dessacralização do corpo e a não incentivar a objetificação da mulher;
- A inclusão de produtoras rurais na comercialização de produtos agrícolas;
- A criação de programas agrícolas que valorizam o papel da mulher no cultivo e no cuidado da terra tendo em vista a dificuldade das produtoras rurais de se inserirem na comercialização de alimentos (na mesma proporção em que atua no plantio) e no acesso legal à terra.

IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre desigualdade e inclusão social de gênero, seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos para superar os desafios que podem servir como modelo ou inspiração para países lbero-americanos.

ÂMBITO INTERNACIONAL

Fundación Millennia2025 “Mujeres e Innovación”, FUP

Millennia2015 “Mulheres atrizes do desenvolvimento para os desafios globais” é um processo de investigação prospectivo iniciado e executado pelo Institut Destrée, um centro de pesquisa europeu baseado em Wallonia, trata-se de uma ONG, oficialmente associada à UNESCO, com status consultivo. O objetivo do Projeto Millennia é reunir informações para trabalhar sobre os processos de conhecimento, desenvolvendo plataformas de inteligência para construir, até 2025, uma visão positiva do futuro por mulheres de todo o mundo, aumentando o potencial das mulheres e reconhecendo sua responsabilidade no desenvolvimento.

Resultados esperados:

- Setores/áreas que são mais prioritárias;
- Regiões críticas em equidade de gênero;
- Desafios para o empoderamento das mulheres;
- Estratégias e boas práticas;
- Grandes contribuições das mulheres como agentes de mudança;
- Questões críticas relativas ao acesso das mulheres a tecnologias e finanças;

- Entidades nacionais, regionais e internacionais que iriam ajudar no avanço de políticas públicas e ações relacionadas à melhoria da condição da mulher; e
- Mecanismos de prestação de contas.

(Ver: <http://www.millennia2015.org/page.asp?id=1201&langue=NL> e http://www.millennia2015.org/files/files/Global_Contributions/2009_03_25_alegria_rosa_feminino_futuro.pdf)

CGIAR PESQUISA SOBRE GÊNERO E AGRICULTURA

A Estratégia do Consórcio de Gênero direciona os Programas de Pesquisa CGIAR (CRPS) para o desenvolvimento de tecnologias agrícolas, sistemas agrícolas e políticas para apoiar as mulheres rurais na melhoria da produtividade agrícola e os seus meios de subsistência. O CGIAR e Rede de Pesquisa de Agricultura foi criada para promover a investigação transversal para beneficiar as mulheres rurais e integrar gênero em todos os programas de pesquisa (CRPs). Foi elaborado inclusive um Manual sobre Gênero e Inclusão.

(Ver: <http://www.cgiar.org/our-research/research-on-gender-and-agriculture/> e, https://cgspace.cgiar.org/bitstream/handle/10568/45955/CCAFS_Gender_Toolbox.pdf?sequence=7)

NICARAGUA

Mulheres no comando da polícia

A Polícia Nacional da Nicarágua coloca mulheres em cargos de alto comando, ao contrário de muitas de suas similares na América Latina. “A Polícia Nacional assumiu a eqüidade de gênero não só por ser um direito humano, mas porque a entende como estratégia para a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida”, afirma Elizabeth Rodríguez Obando, diretora da Academia de Polícia da Nicarágua. O enfoque de gênero está orientado para potencializar as capacidades dos recursos humanos, garantindo a plena participação em igualdade de condições e oportunidades entre homens e mulheres no âmbito interno e, ao mesmo tempo, continuar transformando condutas, atitudes e práticas no trabalho policial com relação aos serviços que se presta à sociedade. A participação das mulheres no processo revolucionário que culminou com a guerra em 1979 e na derrubada da ditadura foi muito importante. Depois da ruptura do sistema ditatorial, as mulheres passaram a ocupar altos cargos no governo revolucionário e se tem a primeira chefe de Polícia Nacional em todo o mundo.

BARBADOS, GRANADA E JAMAICA

Agricultura sustentável gera renda para mulheres

Através de workshops, mulheres estão sendo capacitadas em técnicas agrícolas mais sustentáveis para lidar com os desafios climáticos da região relacionados à seca. O programa tem o apoio da ONU Mulheres e visa incluir as mulheres nas colheitas e empoderá-las economicamente. Os produtos colhidos têm apelo de sustentabilidade e saúde, e são vendidos em feiras locais para as comunidades e turistas.

BOLÍVIA

Restaurantes caseiros como alicerce econômico e recurso nutricional

Para combater a desnutrição e obesidade, o Instituto de Formação Feminina Integral orienta mulheres para montarem seus restaurantes em casa. Com isso elas passam a gerar receita financeira além de promover segurança alimentar junto aos clientes com um tipo de “fast food” alternativo.

ERITÉIA

Aliança para a educação de adolescentes

A inclusão da mulher eritréia na educação é baixa (44% no ensino fundamental, 33% ensino médio e 5% ensino superior). Uma aliança entre a Federação Luterana Mundial e a União Nacional de Estudantes da Eritrêia demonstram a importância da participação de todos os setores da sociedade para a igualdade de gênero.

INDONESIA

A decisão da mulher na gestão da água

Sumba e Timor Leste apresentam as mais altas taxas de mortalidade materna e infantil do mundo, em parte devido à falta de água saudável e saneamento básico. Mulheres percorrem longas distâncias em busca de água e apesar de serem as responsáveis por obter o recurso e gerenciá-lo em suas famílias, são excluídas das decisões. O Projeto WASH visa promover a inclusão da mulher em todas as decisões relacionadas a água, saneamento e higiene no país.

MALI

Mulheres no governo promovem a democracia

A Igreja em cooperação com cinco organizações locais trabalham para educar, empoderar e mobilizar as mulheres na política para desafiar a cultura paternalista do país através da criação de marcos regulatórios que protegem direitos humanos e o acesso das mulheres a cargos políticos.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL

Programa Mulher e Ciência

O programa visa estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País, bem como promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. O programa é fruto de parceria da Secretaria de Políticas para as Mulheres com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI e do Departamento de Políticas do Ensino Médio/ Secretaria de Educação Básica, e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), hoje ONU Mulheres.

O Programa se constitui das seguintes ações:

- **Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** (anual): tem por objetivo estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país, e sensibilizar a sociedade para tais questões.
- **Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos** (trienal): tem por objetivo apoiar e incentivar estudos e pesquisas nessas áreas.
- **Pensando Gênero e Ciências**: é um encontro trienal com pesquisadoras e Núcleos de Pesquisa de Gênero das Universidades.
- **Meninas e Jovens Fazendo Ciência, Tecnologia e Inovação**: ação de indução para ampliar o número de mulheres nas carreiras e profissões científicas e tecnológicas.

(Ver: <http://www.spm.gov.br/assuntos/educacao-cultura-e-ciencia/programas-acoes>)

Bravas mulheres do Bolsa Família (Transferência de Renda)

A mulher é o ponto central das políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A maioria delas tem no sexo feminino o foco de suas ações, por considerar que elas tomam a melhor decisão em benefício do grupo familiar. O Programa Bolsa Família, por exemplo, prioriza a mulher como responsável por receber o benefício. Isso significa colocar quase R\$ 1,2 bilhão por mês em mãos femininas. São elas que recebem os valores transferidos pelo programa: 93% das 12,9 milhões de famílias atendidas. A transferência de renda e as oportunidades que surgem, especialmente nas áreas de assistência social, segurança alimentar e inclusão produtiva, com a inserção no Bolsa Família estão transformando a vida de milhões de mulheres em vários cantos do Brasil.

(Ver: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/marco/bravas-mulheres-do-bolsa-familia>)

SÃO PAULO-SP, BRASIL, GOVERNO MUNICIPAL

Centros de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência

Os Centros de Atendimento para Mulheres Vítimas de Violência são unidades voltadas para a mulher em situação de violência doméstica e familiar. O objetivo é oferecer suporte para as mulheres que sofreram agressões, como também disponibilizar orientações jurídicas para futuras ações legais.

Atividades desenvolvidas:

- Orientação por telefone para mulheres que precisem de apoio e agendamento de atendimento;
- Prestação de serviço-referência para o acompanhamento da questão da violência de gênero e para a realização dos encaminhamentos necessários a cada problema;
- Orientação, capacitação e formação de grupos de mulheres para o enfrentamento da violência sexual e doméstica;
- Encaminhamento para hospitais da rede municipal para atendimento de violência sexual e doméstica, inclusive nos casos de necessidade de cirurgia plástica reparadora.

(Ver: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/politicas_para_as_mulheres/centros_de_atendimento/index.php?p=144279)

RIO DE JANEIRO, GOVERNO ESTADUAL

Programa Rio: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (Trabalho e Emprego)

As ações propostas pelo Projeto "Fortalecimento e empoderamento de mulheres - Autonomia econômica e acesso ao microcrédito", executado pelo Banco da Mulher Rio se fundamentaram nas necessidades identificadas pelos movimentos de mulheres e feministas e que integram os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres de 2005 e 2008, especificamente nas prioridades definidas nos Eixos "Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra" e "Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania", respectivamente. Neste contexto, este projeto somou seus esforços aos projetos dos outros parceiros envolvidos na execução do Programa Rio: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher.

O Programa teve como objetivo geral contribuir com o processo de inserção econômica e social de mulheres fluminenses através da realização de cursos de capacitação e de oficinas de sensibilização, visando propiciar instâncias de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal; analisar as situações vivenciadas pelas mulheres no contexto das relações de gênero; introduzir noções básicas sobre cidadania, direitos e violência contra a mulher; sensibilizar em relação à cultura empreendedora e sua importância para o desenvolvimento pessoal no sentido amplo; e refletir em relação à inserção social e de trabalho da população feminina na perspectiva de desenvolvimento local.

(Ver: <http://www.pntem.org.br/docs/relatorio%20final%20para%20o%20desenvolvimento%20da%20mulher%20....pdf>)

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

BRASIL, INEP. Censo da Educação Superior 2013.

BRASIL, INEP, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>.

BRASIL, INEP, Tribunal Superior Eleitoral. Evolução na política brasileira. In: Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres.

<http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/dados/tabelas-1>.

CEC – CARING ECONOMICS CAMPAIN: Social Wealth Economic Indicators (SWEIs).

<http://caringeconomy.org/new-indicators/>

CPS – CENTER FOR PARTNERSHIP STUDIES

<http://www.partnershipway.org/>

FUTURE FIRST - 2014 Women's Congress.

<http://futurefirst.us/events/2014-congress/>

ONU – Organização das Nações Unidas. Agenda pós 2015.

<http://nacoesunidas.org/pos2015/>.

ONU – Organização das Nações Unidas. Objetivos do Milênio.

<http://www.objetivosdomilenio.org.br>.

ONU – Organização das Nações Unidas. Objetivos do milênio para as mulheres.

<http://www.objetivosdomilenio.org.br/mulher/>

ONU MUJERES - La Plataforma de Acción de Beijing cumple 20 años.

<http://beijing20.unwomen.org/es>

PNUD - Os objetivos de desenvolvimento do milênio.

<http://www.pnud.org.br/odm.aspx>.

POR DENTRO DA ÁFRICA. Chefe da ONU renova compromisso da organização com a igualdade de gênero.

<http://www.pordentrodafrica.com/cultura/chefe-da-onu-enova-compromisso-da-organizacao-com-a-igualdade-de-genero>.

RIBER – Rede Ibero-americana do Projeto Milênio.

<http://www.proyectomilenio.org/eu/web/guest/riber;jsessionid=06F656D724B17863C896E3C581179F8D>.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. Declaração de Beijing (Conferência Mundial sobre a Mulher).

http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf. Acesso em 02/12/2014.

WEF – Global Gender Report.

<https://agenda.weforum.org/topic/global-issues/gender-parity/>

WEF - Gender-driven Growth.

<http://www.weforum.org/sessions/summary/gender-driven-growth>

WORLD BANK

<http://datatopics.worldbank.org/gender/>

UNSTAT

<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/Worldswomen/WWreports.htm>

OECD

<http://www.oecd.org/social/poverty/genderatthedevelopmentcentre.htm>

CEPAL

<http://www.cepal.org/es>

UNIRIC

<http://www.unric.org/pt/sobre-o-unric>

<http://www.unric.org/pt/images/stories/2012/ECOSOC.2012.pdf>

UNECE

<http://www.unece.org/contact/UNECE404.html>

BRIDGE

<http://www.bridge.ids.ac.uk/>

CGIAR

<http://www.cgiar.org/our-research/research-on-gender-and-agriculture/>

BBC - Women in History

<http://www.bbc.co.uk/programmes/p01jb8q3?page=3>

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida.** 2a. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 11a. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DE LEON, E., BORIS, T. **The State of Society. Measuring Economic Success and Human Well-Being.** URBAN INSTITUTE - Center on Nonprofits and Philanthropy (www.urban.org), 2010.

EISLER Riane, **El Cáliz y la Espada – Nuestra Historia, Nuestro Futuro** , Quatro Vientos, Chile, 2000

EISLER Riane, **The Real Wealth of Nations: Creating a Caring Economy**, Berrett-Koehler, 2007.

EISLER Riane et al. **Women, Men, and the Global Quality of Life**, The Center for Partnership Studies, 1995.

LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero.** Indiana University, 1987.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967



O FUTURO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO

I. O QUE ENTENDEMOS POR FUTURO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO



A visão de futuro da Educação e do Trabalho leva a pensar em países que sejam capazes de formar e habilitar seus cidadãos para uma vida em equilíbrio com a natureza, cujo estilo deverá ser saudável e sustentável. Para essa finalidade inclusive a UNESCO/Foresight está promovendo o desenvolvimento de uma cultura de antecipação como capacidade de questionar hipóteses atualmente utilizadas para tomada de decisão, e de explorar sistematicamente as possibilidades existentes no mundo, para antecipar e influenciar para o bem o futuro local e globalmente.

Com essa finalidade a Rede Ibero-americana do Projeto Milênio – RIBER tem como objetivo: promover o estudo da prospectiva na Ibero-américa através de uma comunidade com competências, conceitos, métodos e práticas prospectivas, que permita analisar e intercambiar informações sobre os diferentes países da região e contribuir na aprendizagem coletiva dos atores regionais para o desenvolvimento de competências em prospectiva, fornecendo referências das melhores práticas existentes na região e no mundo como um todo.



A Educação deverá contribuir no empoderamento de pessoas para atuarem gerando riquezas, não apenas monetárias, mas que colaborem para o bem-estar em geral. Uma Educação de qualidade, sem discriminação, para formar cidadãos que tenham atitudes solidárias e ecológicas, uma educação para a vida, uma educação para a Paz. Nessa direção e como parte da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, a UNESCO elaborou um Guia para o Programa de Ação Global para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

No entanto, será preciso garantir acesso ao ensino básico a todas as crianças, ensino médio e/ou técnico aos jovens, e universitário aos jovens adultos. Oferecendo ainda a possibilidade de pós-graduação, como opcional, para o aperfeiçoamento e especialização. A riqueza das nações está intimamente ligado ao nível de competências das pessoas (conhecimentos, habilidade e atitudes) que contribuem para o bom funcionamento e avanço do país como um todo.



De fato basicamente existem duas formas de produzir riqueza. A primeira é a venda direta de recursos naturais renováveis e não-renováveis, que depende da localização do país. A segunda maneira para gerar riqueza é através da adição de valor para um produto ou serviço, o qual ainda não acontece como deveria em Latinoamérica, em particular por falta de um bom nível educacional, e continua ainda numa estagio de neocolonialismo extrativista.

A Organização Internacional do Trabalho-OIT identificou recentemente numerosos desafios, incluindo os 200 milhões de pessoas que estão fora do trabalho a nível mundial e a triste realidade de que o desemprego está aumentando, especialmente entre os jovens. Alertam sobre as complexidades que enfrentam os trabalhadores pobres, incluindo as condições de trabalho abusivas e insegurança. Em referência a desigualdade nos Estados Unidos, lembra que os atuais níveis de desigualdades, o emprego precário e a instabilidade social parecem semelhantes ao que ocorreu na crise de 1928. No entanto, no seu informe mais recente centra-se em países em desenvolvimento e argumenta que o emprego de qualidade é um fator-chave para o desenvolvimento.



A riqueza de uma nação é, portanto, indissolúvelmente ligada às habilidades de sua força de trabalho. Em termos de recursos naturais, por exemplo, Japão e Coreia são países pobres. Sua riqueza origina-se da qualidade de seu sistema educacional, que produziu um povo altamente qualificado. Em um mundo em rápida transformação, em que a qualificação a ser exigida num futuro próximo vai ser cada vez mais alta, a capacidade de preparar a população é de suma importância. Poucos anos atrás o Projeto Milênio realizou um estudo sobre as perspectivas de Educação e Aprendizagem no ano de 2030 com o objetivo de fornecer uma imagem global de potenciais futuros sobre o tema, e hoje em dia o futuro do trabalho e aumento das diferenças de renda estão entre seus temas mais preocupantes e prioritários em termos de meio e longo prazo.

O trabalho deverá ser uma atividade humana que leve em consideração o equilíbrio entre fatores ambiental, econômico e social, onde existe a participação ativa dos cidadãos na construção de uma sociedade sustentável, e onde o Ócio Criativo e o Lazer tenham seu lugar. Um trabalho elaborado por pessoas que percebam um sentido no desenvolvimento de suas atividades e utilizem a tecnologia em favor de uma vida mais humanizada. E, dessa maneira, o trabalho escravo e o infantil deverão ser erradicados por completo, bem como as diferenças de gênero. Por outro lado, iniciativas como a da economia solidária deverão ser incentivadas.

II. CONDIÇÕES PARA CUIDAR DO FUTURO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO

Para superar o atual momento de crises econômica, social, ambiental, e principalmente de valores, um novo consenso global está se formando para atender as realidades emergentes das Macrotransições em curso, contando com o apoio dos acelerados avanços e acessibilidades das TICs relacionados as Redes e Comunidades de Aprendizagem com uma tônica de Responsabilidade socioambiental e ecossistêmica. As recomendações da UNESCO referentes aos quatro Pilares da educação para o século XXI sustentam estas mudanças:

1. Aprender a Conhecer (adquirir instrumentos de da compreensão)
2. Aprender a Fazer (para poder agir sobre o meio envolvente)
3. Aprender a Conviver (cooperação com os outros em todas as atividades humana)
4. Aprender a Ser. Isto implica, em particular, promover o desenvolvimento de competências e assim, não só de conhecimentos, mas também de habilidades e atitudes e, portanto, de Valores Humanos.

A área educacional é potencialmente capaz de contribuir para a construção da cidadania, relacionando “o como fazer” com “o que fazer” e o “por que fazer”. “O como fazer” contribui para o desenvolvimento individual e coletivo, e engloba questões como desigualdade social, direitos humanos e meio ambiente. Tais temas estão presentes em nosso cotidiano e vão além das disciplinas tradicionais mecanicistas, que apresentam unicamente o eixo econômico. Esta nova linha educacional despertaria as melhores potencialidades dos seres humanos.

! O futuro da educação deve ter como princípio a construção de um ambiente de educação que ofereça condições de compartilhamento de conhecimentos com metas e diretrizes voltadas para a formação de melhores seres humanos, e assim melhores cidadãos, superando desigualdades sócio-culturais. Possivelmente ao se adotar estratégias de educação que beneficiam o desenvolvimento humano, os beneficiados quando tiverem a oportunidade de desenvolverem suas opções/aptidões profissionais, provavelmente terão seus objetivos pautados não mais somente no lucro, no bem-estar econômico, mas teriam sim fundamentos e experiências de uma educação para a vida que privilegie o Ser mais do que o Ter, e as dimensões do ecossociodesenvolvimento em geral conforme proposto por Ignacy Sachs.

III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO FUTURO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO

OBJETIVO GERAL

Promover a formação, participação e desenvolvimento integral da cidadania.

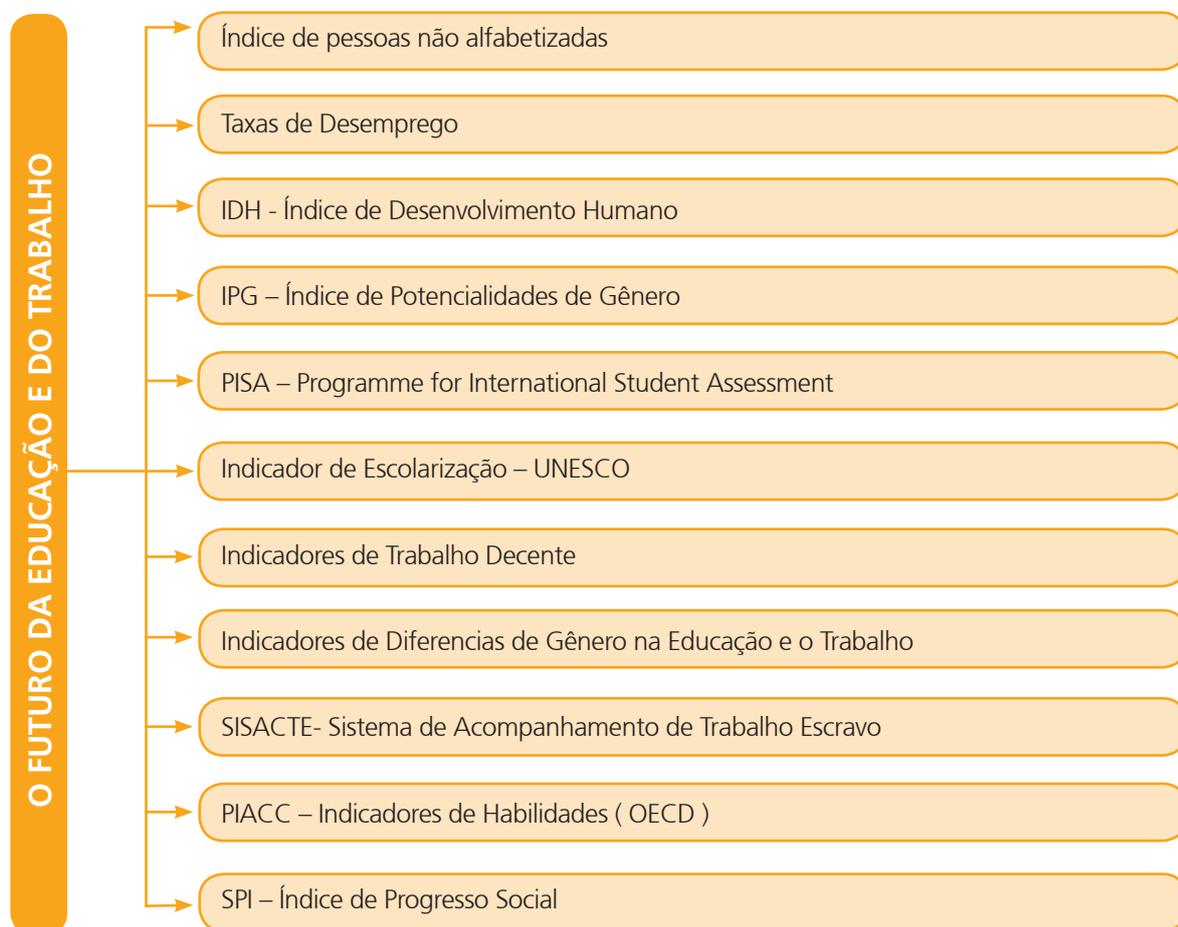


Educação e trabalho são eixos estruturantes na vida das pessoas, portanto, dimensões indissociáveis da busca pelo empoderamento e autonomia dos povos Ibero-americanos, marcados por contextos de lutas extremadas em busca da sobrevivência. Neste sentido, a educação tem o papel fundamental para a consolidação dos processos identitários desses povos. Numa região onde o IDH, de modo geral é baixo - variando entre os países com melhor desempenho como Chile (0,88), Argentina, Uruguay (0,87), e aqueles com os menores indicadores como Nicarágua e Guatemala (0,70), Bolívia e Honduras (0,73) - a educação e o trabalho apresentam-se como fatores essenciais para lidar efetivamente com a pobreza endêmica e o desemprego estrutural da região, e superar o desafio de Latinoamérica continuar no contexto de um neocolonialismo extrativista.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a implementação de programas para a prevenção e redução da pobreza;
- Promover a diminuição da desigualdade social, de gênero, etnia, raça e diversidade social por meio de ações na área da educação que possam fomentar a autonomia e empoderamento dos grupos marginalizados e historicamente desiguais;
- Assegurar o cumprimento das metas do milênio ODM e as do ODS;
- Assegurar de forma equitativa o acesso à educação de qualidade, autônoma, participativa e democrática;
- Erradicar práticas de trabalho escravo;
- Garantir a educação cidadã;
- Promover e garantir postos de trabalho que estejam de acordo com os critérios da OIT;
- Garantir trabalho digno e estruturante para os cidadãos dos países Ibero-americanos;
- Erradicar fluxos migratórios forçados por necessidades financeiras e de sobrevivência;
- Incentivar a participação e envolvimento das empresas privadas, levando-as a se comprometerem com o desenvolvimento sustentável da região, através de práticas articuladas e condizentes com as necessidades locais.

INDICADORES REFERENTES AO EIXO O FUTURO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO



OS BENEFÍCIOS DOS INDICADORES

Os indicadores apontados neste eixo procuram cruzar informações importantes sobre a educação e o trabalho na Ibero-América, a partir de dados dos países e dados da macrorregião. As fontes principais são acordos multilaterais entre as nações, organismos oficiais dos países, agências governamentais e organismos da sociedade civil.

DICAS DE GESTÃO

Para alcançar os objetivos descritos acima serão necessárias a elaboração e a definição de metas que estabeleçam o alcance de:

- Maior investimento em Educação
- Conseguir que mais cidadãos estudem, durante um período maior de tempo;
- Que o ensino possa ter uma melhoria significativa da qualidade;
- Que a educação seja equitativa e inclusiva, aumentando o número de cidadãos cultos;
- Conseguir diminuir o índice de pobreza na medida em que se tenha um número maior de pessoas capacitadas;
- Fazer a inclusão dos mais desfavorecidos nas escolas e no mercado de trabalho;
- Criar mecanismos de compromissos solidários das empresas com os cidadãos mais pobres;
- Fomentar a economia solidária, como alternativa de inovação aos modelos tradicionais de negócios;
- Incentivar o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento;
- Implementar a inovação tecnológica para o desenvolvimento da cadeia produtiva.

IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre o Futuro da Educação e do Trabalho, segue abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para o eixo Ibero Americano.

UNESCO - EDS

Existem inúmeras iniciativas em andamento, inclusive na nossa região Ibero-americana que fazem parte do programa da EDS e que podem ser localizadas no mapa: <https://unesco4esd.crowdmap.com/>.

BANCO DE DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA (CAF) - EDUCACIÓN TÉCNICA Y FORMACIÓN PROFESIONAL EN AMÉRICA LATINA: EL RETO DE LA PRODUCTIVIDAD.

Para aumentar la competitividad y productividad de las economías y sus empresas es imprescindible disponer de capital humano calificado y suficiente. Este seminario presentará un panorama de la situación de América Latina sus retos y oportunidades, así como referencias de lo que se ha hecho en otros lugares del mundo.

<http://www.caf.com/media/2534390/programa%20-%20caf%20educacion%20técnica%20y%20formación%20profesional%20en%20america%20latina.pdf>

FUNDAÇÃO LEMANN, BRASIL

A Fundação Lemann é uma organização sem fins lucrativos, que tem como objetivo contribuir para melhorar a qualidade do aprendizado dos alunos brasileiros e formar uma rede de líderes transformadores. Um dos grandes objetivos da Fundação Lemann é acelerar transformações sociais no país por meio do apoio a uma rede de líderes altamente qualificados. Para cumprir essa missão, a Fundação aposta em uma estratégia que envolve quatro áreas complementares de atuação: inovação, gestão, políticas educacionais e talentos. A Fundação conta inclusive com a parceria da Khan Academy. (Ver: <https://pt.khanacademy.org/> e <http://fundacaolemann.org.br/o-que-fazemos/projetos-patrocinados/>).

CEPAL - PERSPECTIVAS ECONÓMICAS DE AMÉRICA LATINA 2015: EDUCACIÓN, COMPETENCIAS E INNOVACIÓN PARA EL DESARROLLO

<http://www.cepal.org/es/publicaciones/perspectivas-economicas-de-america-latina-2015-educacion-competencias-e-innovacion>

SÃO PAULO, BRASIL

Projeto LIS (Lideranças Inovadoras para a Sustentabilidade)

Em 2014, O Programa LIS – Lideranças Inovadoras para a Sustentabilidade, criado por uma aliança entre os setores acadêmico e empresarial, é um sistema de aprendizagem que se propõe a fazer repensar modelos de negócios em sua relação com todas as dimensões que regem a vida. Uma compreensão mais clara e profunda da sustentabilidade será favorecida através da relação simbiótica entre os que aprendem e os que ensinam. Irá também estimular o desenvolvimento de competências exigidas para o líder do século 21, por meio do desenvolvimento da escuta, da visão crítica, inclusiva e sistêmica, além de incentivar o equilíbrio entre a vida profissional, social e pessoal.

COTIA, SÃO PAULO, BRASIL

Projeto Ancora

Em 1995, nasceu o Projeto Âncora, uma associação civil com o desafio de melhorar a realidade de crianças e adolescentes de Cotia e região, por meio de atividades educativas. Walter Steurer, empresário da área do turismo e fundador da entidade, começou a construir o que ele mesmo chamava de Cidade da Âncora: um espaço para o aprendizado, a prática e multiplicação da cidadania.

Por que existimos: Para desenvolver cidadãos conscientes de suas capacidades para construir coletivamente uma sociedade justa, equilibrada e sustentável.

No que acreditamos: Em uma prática educacional acolhedora e participativa que possibilite a todas as pessoas serem felizes e sábias.

SÃO PAULO, BRASIL

Colégio Equipe

O Equipe teve início no final de 1968, inicialmente como curso preparatório para vestibular, formado por professores saídos do Cursinho do Grêmio da Filosofia, da USP.

Espaço privilegiado de ensino e resistência democrática nos anos de autoritarismo, o Colégio Equipe foi uma referência importante no processo de abertura política do país, através de seus posicionamentos e, principalmente, do seu trabalho educacional fundamentado no pensamento crítico e participativo de alunos e professores.

“Para nós, educação é um processo intencional, diretivo e coletivo de trabalho. Desde 1968 educando crianças e jovens, estamos fundamentando um currículo direcionado à formação de um ser humano autônomo, criativo, com valores próprios, com uma sólida base de competências e capaz de participar ativamente de uma sociedade democrática e pluralista”.

ALTO TIETÊ SÃO PAULO, BRASIL**GAIA BRASIL Gestão Cultural**

Empresa da Gestão Cultural e Empreendimentos Criativos—Administra projetos socioculturais e instituições (terceiro setor); Capacita para a gestão empreendimentos criativos; Gerencia eventos de cunho cultural e social; Assessoria empresas, instituições para a gestão sociocultural; Assessoria artistas e grupos de artistas para enquadramento de projetos em leis de incentivo e editais; Gerenciamento de espetáculos para agentes culturais e artistas; Executa para empresas de todos os portes assessoria para ações de Responsabilidade Social Corporativa, Curadoria de Projetos Socioculturais para patrocínios. (Ver: <http://gaiabrasil.com.br/>).

CANCÚN, MÉXICO**Declaração de Cancún, 2014**

Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil, Manoel Dias, assina documento que trata a inovação como a base do emprego incluyente, e a educação de qualidade foi o centro do debate dos ministros do Trabalho Ibero-americanos.

A assinatura da “Declaração de Cancún” marcou o encerramento da 3ª Reunião de Ministros Ibero-americanos do Trabalho, realizada no México recentemente. O ministro do Trabalho e Emprego do Brasil, Manoel Dias, assinou o documento que trata a inovação como a base do emprego incluyente. O texto também reconhece a lentidão com a qual a economia vem se recuperando no mundo, e destaca que esta situação provoca impactos significativos nas sociedades ibero americanas, em especial nos setores mais vulneráveis da população, conceito que vem sendo defendido por Manoel Dias nos últimos meses.

V. REFERÊNCIAS**WEBSITES****Colégio Equipe**

<http://www.colegioequipe.g12.br/a-escola/historia/>

ECOSSOCIODESENVOLVIMENTO

<http://ecossociodesenvolvimento.org/>
<http://naraiz.wordpress.com/2013/03/05/dimenses-da-sustentabilidade/>

OECD- Education GPS

<http://gpseducation.oecd.org/>

OIT - World of Work 2014: Developing with Jobs

<http://www.ilo.org>
http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_243961.pdf

OIT - World of Work 2014: Skill for Employment – Knowledge Sharing Platform

<http://www.skillsforemployment.org/KSP/en/index.htm>

OIT - World of Work 2014: Job creation and local economic development

http://www.skillsforemployment.org/KSP/en/Details/?dn=WCMSTEST4_125871

OIT - World of Work 2014: Profits and Poverty : The economics of forced labour

<http://un-act.org/publication/view/profits-poverty-economics-forced-labour/>

OIT - World of Work 2014: Decent Work Indicators

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/---stat/documents/publication/wcms_223121.pdf

OIT - World of Work 2014: CBED Community-Based Enterprised Development

<http://www.cb-tools.org/>
http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/features/WCMS_331171/lang--es/index.htm

Projeto Âncora

<http://www.projetoancora.org.br/institucional.php?lang=port>

Projeto LIS

<http://ecossociodesenvolvimento.org/lis-lideranca-inovacao-e-sustentabilidade/>

Portal MTE

www.portal.mte.gov.br - acessado em 05/12/2014

Portal OEI

www.oei.org.br – acessado em 05/12/2014

Portal MTE

<http://portal.mte.gov.br/imprensa/declaracao-de-cancun-encerra-reuniao-de-ministros-ibero-americanos-do-trabalho.htm>

SEGIB – DECLARAÇÃO DE CANCUN

<http://segib.org/pt/node/10171>

<http://segib.org/pt/node/10158>

UNESCO CER – Creative Economy Report, 2013

<http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf>

UNESCO EDS - Education for Sustainable Development

<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002305/230514e.pdf>

<https://www.youtube.com/watch?v=zQ9ETC8bk70>

<https://unesco4esd.crowdmap.com/>

<http://www.unesco.org/new/en/unesco-world-conference-on-esd-2014/esd-after-2014/global-action-programme/launching/>

UNESCO GCE -Global citizenship education

<http://www.unesco.org/new/en/global-citizenship-education>

UNESCO UIS - Institute for Statistics

<http://www.uis.unesco.org/Education/Pages/default.aspx>

<http://www.uis.unesco.org/DataCentre/Pages/BrowseEducation.aspx>

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ANTERO, Samuel A. **Monitoramento e avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 42(5): 791-828, Set/Out. 2008.

DE BOTTOM, A. **The Pleasures and Sorrows of Works**, Pantheon, 2009

DELORS, J. (org.). **Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

DE MASI, D. **O Ócio Criativo**. Sextante, 2000
<http://wbrasiljr.files.wordpress.com/2012/08/o-c3b3cio-criativo-domenico-de-masi.pdf>

DE MASI, D. **O Futuro do Trabalho**. Ed. Jose Olympio, 2010

GUEVARA, A. **Quo Vadis Universidade? Da academia às redes e comunidades de aprendizagem, da globalização da economia à globalização da solidariedade**. Boletim CORI, UNICAP, 2001.

GUEVARA, A., DIB, V. C. **Da Sociedade do Conhecimento à Sociedade da Consciência**. São Paulo: Saraiva 2007.

GUEVARA, A. et al. **Educação para a Era da Sustentabilidade**. Saint. Paul, 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MP – **Millennium Project Education and Learning 2030**, 2007

https://themp.org/#group_id=522591fbbee38dbf0c000537§ion=report



TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA E INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL

I. O QUE SE ENTENDE POR TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA E INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL

Na última década a rápida industrialização de países emergentes, especialmente China e Índia, gerou um boom das commodities. Isso impulsionou o crescimento de muitos países latino-americanos, principalmente os grandes produtores de commodities agrícolas (soja e trigo), de metais industriais (alumínio e cobre) e de produtos primários energéticos (petróleo e gás). Mas devido a queda no preço internacional dos recursos não industrializados isso está começando a mudar o que representa um forte impacto na região.

Desde 2011, em todo o mundo, o preço das commodities caiu 25%, com os preços dos minerais caindo mais que os dos alimentos. Depois de crescer a uma média de 4,3% entre 2004 e 2011, as economias da região conseguiram crescer apenas 2,6% no ano passado. As esperanças de aceleração deste ano estão sendo frustradas. O Brasil, por exemplo, tem tido que elevar os juros para conter a inflação que vem subindo drasticamente.

Um dos líderes da região, o México, embora menos dependente das commodities do que o resto da América Latina, não deve obter resultados econômicos significativos. Do mesmo modo, dados sugerem que o Chile está crescendo menos que nos últimos quatro anos. Mesmo o Peru, junto com o Panamá a estrela econômica da região na última década, sente a desaceleração: o país se expandiu 5% em 2013, abaixo de uma média de 7% desde 2005.

Para piorar a situação, os Estados Unidos levaram nervosismo aos mercados financeiros latino-americanos desde maio de 2013, quando modificaram sua política monetária para incentivar a economia. Pessimistas dizem que os países da região desperdiçaram o boom em uma febre de consumo e que a fragilidade econômica tradicional da região vira à tona agora, com a queda no preço das commodities.

Alguns países, porém, têm sido menos responsáveis do que outros. A Venezuela, com um déficit fiscal de 12,5% do PIB no ano passado, está pagando o preço por desperdiçar sua venda de petróleo. A Argentina está se movendo em direção a políticas mais ortodoxas e poderá evitar o desastre. O Brasil, que usou estímulos fiscais para driblar a crise em 2008, está demorando a se livrar deles.

A maior ameaça à estabilidade financeira é uma forte desaceleração na China. Miguel Castilla, ministro da Economia do Peru, observa que os preços das commodities ainda estão acima da média dos últimos dez anos, mas quanto mais a taxa de crescimento chinesa diminui, mais chances desse quadro mudar.

Mais do que a instabilidade econômica, a preocupação atual para a América Latina é o baixo crescimento, ou mais especificamente, o risco dos 3% de crescimento ser a nova norma. Com o pleno emprego, a expansão da força de trabalho e do crédito doméstico, a América Latina deve olhar mais para melhorias de produtividade para aumentar o PIB. A produtividade tem melhorado um pouco, mas ainda fica atrás da Ásia. As razões para isto vem do passado. Embora os latino-americanos tenham mais educação, estudos mostram que eles ainda não aprendem o suficiente na escola. Há também uma falta de investimento em inovação por parte das empresas, grandes e médias, nas redes de transporte e na falta de concorrência nos serviços; além do que estamos ainda num estágio no qual tem precedência um neocolonialismo extrativista.

Outra grande desvantagem é a economia informal. No Peru, não menos do que 61% da força de trabalho atua no setor informal. “Foi uma válvula de escape quando o Peru era um país pobre, mas tornou-se um problema agora”, diz Piero Ghezzi, o ministro de produção.

Resolver o problema da produtividade é muito mais complicado do que cortar o déficit fiscal. Mas os governos não podem mais se dar ao luxo de adiar a reforma por tempo indeterminado. O risco que a região enfrenta não é a crise financeira, mas sim o choque entre baixo crescimento e as novas expectativas da crescente classe média. Como os protestos de junho de 2013 no Brasil sugerem, é um confronto que pode ser politicamente explosivo.

De acordo com o Banco de Desenvolvimento da América Latina, a transformação produtiva é um dos caminhos e soluções para o desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento. Trata-se da criação de melhores postos de trabalho, como resultado de uma ação conjunta entre as empresas e a população. O panorama da região ibero-americana sobre esta questão levanta muitos desafios como a acumulação de capacidade produtiva, a adoção da tecnologia em larga escala, da educação para a competitividade, a criação de um ambiente seguro de negócios, expansão da infra-estrutura e a sustentabilidade ambiental.

A sustentabilidade e a inovação integram as questões emergentes para o crescimento com qualidade tão necessário para a região. O conceito de desenvolvimento sustentável vem de um processo longo, contínuo e complexo de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade civil com seu meio natural, assumindo diversas abordagens e concepções. Apresentar progresso em direção à sustentabilidade é uma escolha da sociedade, das organizações, das comunidades e dos indivíduos, devendo existir um grande envolvimento de todos os segmentos.

A base para esta discussão, parte do atual modelo de crescimento econômico mundial, que tem gerado enormes desequilíbrios; por um lado nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia e os eventos extremos relacionados a mudança climática se manifestam. Diante desta constatação e necessidade, surge a ideia do Desenvolvimento Sustentável, surge a urgência de promover não só um Desenvolvimento Sustentável mais um Desenvolvimento Recuperável buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e o fim da pobreza no mundo e a justiça social.



Desenvolvimento sustentável, dentro de uma abordagem atual, é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (WCED, 1987).

A análise do desenvolvimento sustentável é ampla, mas pode ser desdobrada em quatro grandes níveis: empresarial, regional (ou local), nacional e global. Todavia, pode-se considerar que somente uma ampla articulação entre os diferentes níveis e atores do globo, alicerçados em novos sistemas de governança, darão conta da criação de uma nova realidade: inovadora e sustentável.

É possível melhorar quase tudo o que se faz e também explorar caminhos até agora desconhecidos por meio da criação de uma cultura da inovação, posto que as oportunidades se criam e aproveitam com base em novas propostas e não transitando por caminhos já percorridos. Mediante a inovação é possível criar novos padrões de aprendizado e novos mercados, dando lugar a uma estreita relação entre os ciclos prolongados de crescimento e o surgimento de um conjunto de inovações encadeadas, com fortes efeitos de arrasto e interconexões entre diversos setores. O potencial de impulsionar o desenvolvimento dos países depende em grande medida de sua capacidade de participar neste tipo de ciclos e das oportunidades que oferece a transformação produtiva, incorporando as inovações de processos e produtos nas empresas e outros setores.

II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA E A INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL



O impulso principal para promover a transformação produtiva e a inovação sustentável provém da colaboração sinérgica entre as atividades de pesquisa e de desenvolvimento (públicas e privadas); e a capacidade das empresas de gerar, adotar e difundir inovações em seus processos e produtos, melhorando as condições de trabalho e a distribuição de recursos. Os esforços públicos de pesquisa e desenvolvimento criam as bases necessárias para que a ciência contribua para que as atividades produtivas se tornem mais inteligentes e competitivas, relacionando-se entre si.

Passamos por um momento em que a idéia de crescimento sofre profundas mudanças. Entender o desenvolvimento como crescimento econômico é algo ultrapassado. Um dos principais problemas com o desenvolvimento

como crescimento econômico é que ele incide sobre a nação, e não nas pessoas. Isso foi claramente sinalizado no Stieglitz Report.

O outro problema é que além de certo nível do PIB per capita (por ano), estimado por alguns economistas em torno de US 15.000, não há um aumento proporcional da felicidade declarada ou bem-estar; bem como o fato da desigualdade crescente tem se tornado uma preocupação global..

Com base em extenso material pesquisado em organizações e corporações em todo o mundo, está comprovado que o progresso humano está intimamente relacionado à evolução da consciência individual e coletiva, que leva diretamente a um aumento da satisfação e felicidade.



A criação, a convergência, a expansão e a disseminação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) auxiliam a construção do caminho para o desenvolvimento sustentável. Um importante elemento a ser considerado pelos Estados Ibero-Americanos. O conselheiro político e autor do livro “A Terceira Revolução Industrial”, Jeremy Rifkin, acredita que o sistema econômico atual está caminhando para o colapso, e a criação de uma super-rede de Internet anuncia um novo sistema econômico a Internet of Things IoT que poderá resolver os desafios da sustentabilidade da sociedade.

Mais sem dúvida temos que ir além e aproveitar as novas tendências relacionadas a Inovação Colaborativa e as Alianças Estratégicas, em particular em organizações chave relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável como a World Business Council for Sustainable Development-WBCSD que já contam com uma ampla rede global, e que no encontro recente do WEF em Davos decidiram estabelecer um Conselho Consultivo que irá trabalhar com organizações internacionais e do setor público para criar as condições e regulamentos propícios para as empresas poder aumentar os seus esforços em favor da sustentabilidade (<http://globalnetwork.wbcsdservers.org/>).

III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA E INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL SUSTENTÁVEL

OBJETIVO GERAL

Desenvolver um novo paradigma de desenvolvimento para provocar a transformação produtiva e a inovação sustentável, por meio de incentivos a pesquisa e da aplicação dos novos recursos da economia colaborativa e criativa, estimulando os valores, recursos e potencialidades locais de cada comunidade envolvida, respeitando as diferenças e promovendo a bem-estar geral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Reforçar a necessidade da importância de desenvolver e monitorar Novos Indicadores de Riqueza alinhados aos novos objetivos do milênio ODS .
2. Mapear as comunidades e características culturais de cada região, nos países que compõem a região.

3. Desenvolver novas metodologias e métricas como indicadores de desenvolvimento humano, além do desenvolvimento econômico.
4. Estabelecer metas e prazos para que compromissos conjuntos, relacionados a estudos e ações voltados para adaptação, possam começar a ser concretizados, bem como um programa de monitoramento desses compromissos.
5. Desenvolver lideranças com pensamento altamente estratégico e profundo, capazes de se concentrarem na solução de problemas estruturantes para o desenvolvimento sustentável.

INDICADORES REFERENTES AO EIXO TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA E INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL

O problema com as abordagens tradicionais é que os indicadores que são usados para medir o desenvolvimento são todos os indicadores de resultados. Nenhum deles ainda consegue medir as reais motivações para o desenvolvimento, as necessidades que as pessoas estão tentando satisfazer e os valores que estão procurando em suas vidas. Novos indicadores deverão ser pesquisados e desenvolvidos com base nas experiências dos países que estão implementando o FIB.



BENEFÍCIOS DOS INDICADORES

Data not only measures progress, it inspires it (H. Clinton)

Hoje em dia a Transformação Produtiva se tornou um fator indispensável para os países Ibero-americanos e em particular para os Latino-americanos para superar a extrema dependência externa e a exportação somente de matéria prima. A Sustentabilidade se tornou inadiável devido ao comprometimento ecossistêmico com o processo de mudança climática. O desenvolvimento sustentável depende do monitoramento da melhoria educacional, e dos avanços nas parcerias público-privadas, bem como de se tomar medidas para criar Resiliência ao nível regional.

DICAS DE GESTÃO

1. Promover Educação de Qualidade nos vários níveis, focados em necessidades básicas locais e globais.
2. Aproveitar iniciativas da rede que promovam jogos educativos para gerar a Sustentabilidade e o desenvolvimento de aplicativos e start-ups.
3. Aproveitar as iniciativas do Tipo Fundação Lemann e Khan Academy para alavancar o desenvolvimento sustentável acelerando avanços sócio-culturais e educacionais.
4. Monitorar os avanços local e regionalmente através de indicadores e observatórios que possam contribuir para promover transparência e fortalecer o planejamento estratégico a meio e longo prazo.

IV. COMO FAZER?

Para servir de referência aos conceitos apresentados sobre a Transformação Produtiva e Inovação Sustentável, apresentamos abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para países Ibero-americanos.

IDEIA SUSTENTÁVEL

Movimento fundado por Ricardo Voltolini tem como objetivo promover a inserção da sustentabilidade no core business das empresas e auxiliá-las nesse desafio crucial tanto para a perenidade do negócio como para o equilíbrio do planeta. Para isso, produzem conhecimento, analisam contextos, identificam tendências, antecipam cenários e discutem conceitos que estimulem reflexões, ideias e novas práticas relacionadas a sustentabilidade com as lideranças empresariais. <http://www.ideiasustentavel.com.br/lideres/>

CLINTON FOUNDATION

A Fundação Clinton cria parcerias de propósito entre empresas, governos, ONGs e indivíduos para melhorar a saúde global e bem-estar, aumentar as oportunidades para as mulheres e meninas, reduzir a obesidade infantil, criar oportunidades econômicas e de crescimento, e ajudar as comunidades a enfrentar os efeitos da mudança climática. (Ver: https://www.clintonfoundation.org/sites/default/files/clintonfoundationoverview_1.pdf).

FUNDAÇÃO LEMANN

A Fundação contribui para melhorar a qualidade do aprendizado e formar uma rede de líderes transformadores, esses são os grandes objetivos da instituição. A Fundação aposta em uma estratégia que envolve quatro áreas complementares de atuação: inovação, gestão,

políticas educacionais e talentos; e conta com o apoio da Khan Academy (Ver: <https://pt.khanacademy.org/> e <http://fundacaoolemann.org.br/>)

ÁFRICA

UNCTAD - O desenvolvimento económico em África: a transformação estrutural e do desenvolvimento sustentável em África.

Uma transformação estrutural é necessária para enfrentar os desafios de desenvolvimento enfrentados pela África . O conceito refere-se a um processo pelo qual a importância relativa dos diferentes sectores e atividades de uma economia muda ao longo do tempo. No contexto Africano, como acontece muito ainda na América-latina, isso implica uma diminuição relativa da agricultura de baixa produtividade e baixa atividades extrativas de valor acrescentado, e um aumento relativo de serviços de fabricação e de alta produtividade.

No entanto, a transformação estrutural traz um dilema. Enquanto ele estabelece as bases para um crescimento económico elevado e sustentado, também irá conduzir a uma degradação da qualidade ambiental, a menos que sejam tomadas medidas deliberadas para garantir a sustentabilidade do meio ambiente durante o processo de transformação. O relatório examina como os países africanos podem promover a transformação estrutural, sem comprometer o objetivo da sustentabilidade ambiental, com especial atenção para a forma como a dissociação relativa do uso de recursos e impacto ambiental do crescimento económico pode contribuir para o processo de transformação. Algo muito similar poderia ajudar Latinoamerica a superar o atual impasse. (Ver: http://unctad.org/meetings/en/SessionalDocuments/tdb59d4_en.pdf).

SÃO PAULO, BRASIL

O Comitê da Cadeia Produtiva da Bioindústria – BIOBRASIL

Iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e busca se consolidar como um organismo que representa as entidades do setor, estabelecendo como prioridades:

- Internacionalização de produtos, processos e serviços biotecnológicos produzidos no Brasil.
- Fortalecimento da micro e pequena empresa, a base da cadeia produtiva de biotecnologia no Brasil.
- Aumento da representatividade das indústrias do setor de biotecnologia junto às entidades governamentais reguladoras.
- Promoção e incentivo da cooperação entre companhias nacionais e internacionais.
- Integração entre os órgãos e entidades governamentais.
- Estímulo para o desenvolvimento de acordos científicos e comerciais em âmbito nacional e internacional.
- Suporte as discussões de regulamentação do setor e de proteção intelectual.

Projeto LIS (Lideranças Inovadoras para a Sustentabilidade)

Em 2014, O Programa LIS – Lideranças Inovadoras para a Sustentabilidade, criado por uma aliança entre os setores acadêmico e empresarial, é um sistema de aprendizagem que se propõe a fazer repensar modelos de negócios em sua relação com todas as dimensões que regem a vida. Uma compreensão mais clara e profunda da sustentabilidade será favorecida

através da relação simbiótica entre os que aprendem e os que ensinam. Irá também estimular o desenvolvimento de competências exigidas para o líder do século 21, por meio do desenvolvimento da escuta, da visão crítica, inclusiva e sistêmica, além de incentivar o equilíbrio entre a vida profissional, social e pessoal. (Ver: <http://ecossociosustetnabilidae.org>).

Normas para o Programa Fapesp de Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas – Vigentes a Partir de 20 de maio de 2012

O Programa FAPESP Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas - PIPE foi criado em 1997 e destina-se a apoiar a execução de pesquisa científica e/ou tecnológica em pequenas empresas sediadas no Estado de São Paulo. Os projetos de pesquisa selecionados para apoio no PIPE deverão ser desenvolvidos por pesquisadores que tenham vínculo empregatício com micro ou pequenas empresas ou que estejam associados a elas para sua realização.

São objetivos do PIPE:

- a) Apoiar a pesquisa em ciência e tecnologia como instrumento para promover a inovação tecnológica, promover o desenvolvimento empresarial e aumentar a competitividade das micro ou pequenas empresas;
- b) Criar condições para incrementar a contribuição da pesquisa para o desenvolvimento econômico e social;
- c) Induzir o aumento do investimento privado em pesquisa tecnológica;
- d) Possibilitar que micro ou pequenas empresas se associem a pesquisadores do ambiente acadêmico em projetos de pesquisa visando à inovação tecnológica;
- e) Contribuir para a formação e o desenvolvimento de núcleos de desenvolvimento tecnológico nas micro ou pequenas empresas e para a colocação de pesquisadores no mercado de trabalho empresarial.

(Ver: <http://www.bv.fapesp.br/pt/3/pesquisa-inovativa-em-pequenas-empresas-pipe/>).

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

CEPAL - BALANCE PRELIMINAR DE LAS ECONOMÍAS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE 2014

http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37344/S1420978_es.pdf?sequence=68

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

<http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2014/02/130619-Uma-Agenda-de-A%C3%A7%C3%A3o-Para-o-Desenvolvimento-Sustent%C3%A1vel-US-LETTER.pdf>

UNSDSN - SDSN Members' Bulletin – Data Revolution - 100 Global Reporting Indicators and a set of Complementary National Indicators.

<http://unsdsn.org/news/2014/12/30/sdsn-members-bulletin-data-revolution/>

<http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2014/11/141125-Indicator-working-draft-WEB.pdf>

WUFUNA- Post-2015 Development Agenda and Sustainable Development Goals

<http://www.wfuna.org/post-2015>

O desenvolvimento da América Latina na perspectiva da CEPAL dos anos 90: correção de rumos ou mudança de concepção?

<http://www.geocities.ws/victoreconomia/12.pdf>

A transformação produtiva após 20 anos: velhos problemas, novas oportunidades.

<http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/transformacao-productiva-apos-20-anos-velhos-problemas-novas-oportunidades-sintese>

Secretário-geral da ONU apresenta síntese dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015

<http://nacoesunidas.org/secretario-geral-da-onu-apresenta-sintese-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-pos-2015/>

Inovação Sustentável: Uma revisão Bibliográfica

www.academia.edu/1216132/Inovação_sustentável_uma_revisão_bibliográfica

A Inovação para a Sustentabilidade I

<http://www.ideiasustentavel.com.br/2013/04/a-inovacao-para-a-sustentabilidade/>

Radical new economic system will emerge from collapse of capitalism – Jeremy Rifkin

<http://www.theguardian.com/sustainable-business/2014/nov/07/radical-new-economic-system-will-emerge-from-collapse-of-capitalism>

Earth Policy Institute

<http://www.earth-policy.org/>

Sumário Executivo – O Estado do Futuro 2013-2014

http://nef.org.br/public/uploads/downloads/Sum%C3%A1rio_Executivo_do_relat%C3%B3rio_O_Estado_do_Futuro_2013-20141.pdf

Excerpt from Love, Fear and the Destiny of Nations: The Impact of the Evolution of Human Consciousness on World Affairs

<http://www.valuescentre.com/resources/?sec=articles>

O Futuro Da Liderança Para A Sustentabilidade - Parte 1 Barrett C. Brown, Ph.D.

<http://www.institutointegralbrasil.com.br/portal/noticias/26-07-2013/o-futuro-da-lideranca-para-a-sustentabilidadeparte-1barrett-c.-brownph.d>

Stiglitz Report

http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

<http://www.fiesp.com.br/o-biobrasil/>

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

<http://www.fapesp.br/58#1>

Projeto LIS

<http://ecosociodesenvolvimento.org/lis-lideranca-inovacao-e-sustentabilidade/>

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BARRETT, RICHARD. **Love, Fear & The Destiny of Nations** - The Impact of the Evolution of Human Consciousness on World Affairs, Fulfilling Books, 2012.

BROWN, L. Plano B4.0 **Mobilização Para Salvar a Civilização** WWI, 2012 (http://wwiuma.org.br/plano_b.pdf)

CHESBROUGH, H. **New Frontiers in Open Innovation**. Oxford. 2014

DOWBOR, L. **O sistema financeiro atual trava o desenvolvimento econômico do país**, 2014 (<http://dowbor.org/category/artigos/>)

DOWBOR, L. **O PIB é um Indicador medíocre**, 2014.

<http://dowbor.org/2014/09/ladislau-dowbor-o-pib-e-um-indicador-mediocre-setembro-2014-6p.html/>

FUKUYAMA, FRANCIS. **Political Order and Political Decay**: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy

GADREY, J. JANY-CATRICE, F. **Os novos indicadores de riqueza**, Editora Senac 2006

MACKAY, J. , SISODIA, R. **Conscious Capitalism, Liberating the Heroic Spirit of Business**, Harvard Business Review 2013

RIFKIN, J. **The Zero marginal Cost Society**, Barnes&Noble 2014

SEAN E., ZIMMERMAN M. **Integral Ecology**: Uniting Multiple Perspectives on the Natural World, Integral Books, 2011.

VOLTOLINI, R. **Conversas com líderes sustentáveis**. Ed. SENAC, 2013.

WILBER, KEN. **Uma Teoria de Tudo**. Cultrix



INTEGRAÇÃO E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS

I. CONDIÇÕES PARA PROMOVER INTEGRAÇÃO E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS

Durante a primeira Revolução Industrial as organizações com maior vantagem competitiva eram aquelas que conseguiam promover um forte controle sobre os recursos. Contudo, a visão “malthusiana” onde o domínio dos recursos escassos trazia um grande diferencial competitivo vem se transformando com um mundo cada vez mais globalizado e com a desmaterialização da economia, onde novos modelos se fazem necessários em um cenário cada vez mais competitivo.

Em um ambiente em constantes mudanças socioeconômicas e tecnológicas, as vantagens competitivas não são mais percebidas pelas organizações que atuam de forma isolada e centralizada, mas para grupos de organizações integrados que trabalham em conjunto para minimizar as suas fraquezas e para aumentar as suas oportunidades. A integração de diferentes instituições em uma rede se dá a partir da construção de alianças estratégicas. Ressalta-se que a capacidade de inovação de uma rede pode ser fundamental e decisiva para que soluções para o desenvolvimento sustentável sejam criadas e implementadas na mesma velocidade dos problemas do mundo moderno.

As alianças estratégicas podem ser descritas como parcerias de longo prazo que são concebidas para realizar as metas estratégicas para seus integrantes. Essas alianças são criadas para que cada membro contribua com suas competências centrais, processos e atividades que desempenham melhor (CHURCHILL; PETER, 2000). Portanto, a boa gestão se dá por meio da articulação inteligente e equilibrada de um conjunto dos atores interessados em um desenvolvimento comum (DOWBOR, 2009). A compreensão das alianças podem além de sua questão estratégica, levar a estruturas de governança e melhorar a dinâmica do processo colaborativo entre os países Ibero-Americanos.

Na formação de uma aliança estratégica os pontos fortes de cada organização são transferidos e integrados com o grupo, o qual desenvolve um capital que estará disponível para todos seus integrantes, sendo que este capital poderá ser econômico, social, intelectual ou natural. Os projetos e as ações definidas coletivamente articulam pessoas e instituições que se comprometem em superar de maneira integrada um desafio ou a criação de soluções inovadoras. Os ganhos de eficiência que originam deste efeito sinérgico entre as instituições ou países que integram uma aliança são capazes promover efeitos positivos em termos de desempenho sistêmico, bem como em benefícios socioeconômicos. É nessa interação e troca de saberes entre organizações que um mundo plenamente sustentável pode se construir.



As vantagens competitivas advindas de uma aliança estratégica podem ser criadas em quatro dimensões distintas, sendo elas: 1) fornecedores: onde é possível combinar esforços em termos de poder de compra para criar maior poder de barganha nas negociações; 2) mercados: combinar esforços para oferecer um conjunto mais amplo de produtos de qualidade para satisfazer às necessidades dos consumidores; 3) inovação e tecnologia: combinar tecnologias e conhecimentos científicos complementares ou promover esforços conjuntos para desenvolver novas tecnologias; 4) Novos entrantes: combinar esforços para atingir um tamanho que sirva de barreira à entrada de novos concorrentes.

Com base nestas descrições podem ser estabelecidas estratégias para integrar diferentes arranjos institucionais, sejam empresas, organizações da sociedade civil ou governos, que tenham interesses em comum e que sozinhos não alcançariam seus objetivos. Ações como estas podem fortalecer os Estados Ibero-americanos, auxiliando o desenvolvimento econômico, social, ambiental e tecnológico dos países membros.

Hazel Henderson se tornou uma visionária de uma Economia Ganha-Ganha. O seu foco está na onda de novas idéias que podem remodelar os sistemas sociais, políticos e econômicos. Henderson tem um amplo olhar para mudanças que acontecem em várias frentes: o crescimento da população e do meio ambiente, as estruturas de governança internacionais, a sociedade civil global, os Estados-nação e os processos democráticos, as Corporações e comércio global, a governação local e os valores familiares. Em cada uma dessas áreas, ela vê uma transição que está ocorrendo a partir de um sistema de valores baseado na competição, conflito, e que ela chama de “economicismo” (uma abordagem que coloca a economia no centro das políticas públicas e reduz as escolhas individuais e públicas para assuntos do auto-interesse e racionalidade) para um sistema de valores baseado na interdependência, sustentabilidade, cooperação e qualidade de vida.

I. O QUE SE ENTENDE POR INTEGRAÇÃO E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS



As alianças estratégicas proporcionam vantagens para seus membros que poderão ser determinadas como objetivos. Estes objetivos podem ser dividido em quatro dimensões como: a) melhor acesso aos recursos – econômicos, sociais ou naturais (fornecedores); b) acesso à novos mercados (consumidores); c) desenvolvimento e ganhos de produtividade (tecnologias); d) desenvolvimento de competências que funcionam como barreiras à novos competidores (Novos Entrantes).

Primeiramente, pode ser citada a iniciativa da formação dos blocos econômicos, estes formados por acordos intergovernamentais cujas barreiras de comércio são reduzidas ou eliminadas.

Além disso, em um bloco econômico pode-se estabelecer estratégias de colaboração para impedir os prejuízos oriundos das ações de um “novo entrante” em determinadas localidades. Mas, também para buscar uma capacidade competitiva que traga vantagem ao bloco como um todo, um exemplo de isso é o Banco de Desenvolvimento de America Latina – CAF que promove o Desenvolvimento Sustentável e a Integração Regional através da prestação de serviços financeiros múltiplos a clientes dos setores público e privado dos mais de 18 países da região Ibero-americana. O CAF cumpre um papel financeiro anticíclico e catalítico, que se tem

convertido na principal fonte de financiamento de projetos de infraestrutura em Sudamerica e um importante gerador de conhecimento para a região.

Outro exemplo mais conhecido é o do Mercado Comum do Sul ou MERCOSUL. Este bloco foi constituído em 26 de março de 1991 com o Tratado de Assunção, tendo inicialmente como integrantes Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Tratado de Assunção previa a integração dos quatro países por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes.

A ALADI é outra forma de integração entre países. Sendo que a ALADI constitui o maior grupo latino-americano de integração entre países, sendo formado por treze países-membros, que são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Além destes, o Panamá está em processo de adesão.

A ALADI promove a criação de uma área de preferências econômicas na região cujo objeto é promover um mercado comum latino-americano. Esta forma de integrar os países e promover alianças estratégicas pode ocorrer por meio de três mecanismos, que são:

- **Preferência tarifária regional**, aplicada a produtos originários dos países-membros frente às tarifas em vigor para terceiros países;
- **Acordos de alcance regional**, que são comuns a todos os países-membros;
- **Acordos de alcance parcial**, que contam com a participação de dois ou mais países da área.

Tanto os acordos regionais como os de alcance parcial podem abranger matérias como: desgravação¹ tarifária e promoção do comércio, complementação econômica, comércio agropecuário, cooperação financeira, tributária, aduaneira, sanitária, preservação do meio-ambiente, cooperação científica e tecnológica, promoção do turismo, entre outros. Vale a pena destacar que os países qualificados como de menor desenvolvimento econômico relativo da região (Bolívia, Equador e Paraguai) gozam de um sistema preferencial.

Outra forma de aliança estratégica que pode ser citada é a parceira transnacional. Um exemplo deste tipo de integração é o da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Essa usina hidrelétrica binacional está localizada no Rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Foi construída por ambos os países no período de 1975 a 1982, sendo esta a primeira e maior usina geradora de energia do mundo.

Além das alianças em blocos econômicos ou alianças transnacionais, podem ser criadas plataformas de Inovação Aberta (Open Innovation) que contemplem solucionar problemas de ordem social, econômica ou ambiental. Henry Chesbrough, o pai da Inovação Aberta acredita que no futuro, Comunidades de Inovação vão avançar as fronteiras da Inovação Aberta.

As alianças e parcerias se destacam em pesquisas como no projeto Genoma, para desvendar o código genético humano. Além disso, diversas alianças podem ser criadas para resolver problemas críticos como o da escassez de água e energia, pragas entre outras, utilizando inclusive energias renováveis, redes inteligentes e drones.

A integração de Ministérios da Saúde de diversos

¹ Desgravação: acordo que promove um programa para que as alíquotas do Imposto de Importação sejam reduzidas progressivamente ao longo dos anos até que cheguem à zero

países pode estabelecer políticas conjuntas e programas de incentivo à indústria farmacêutica para pesquisa de novos medicamentos, entre outras oportunidades que tragam benefícios regionais e globais, aproveitando inclusive a sabedoria popular em termos do cuidado da terra e da utilização de plantas medicinais.

Para que se construam benefícios e vantagens competitivas para organizações, países ou regiões, podem ser estabelecidas alianças estratégicas que integram diversos Estados em um único bloco econômico como MERCOSUL e ALADI. Ou mesmo podem ser gerados acordos de cooperação transnacionais como o de ITAIPU. Estas formas de integração geram benefícios para todos os seus membros, pois como foi descrito no caso da ALADI, pode gerar proteção para os menos qualificados e aumento de oportunidades para os mais qualificados.

Recentemente tem surgido propostas para a construção de um novo modelo econômico, social e ambiental que permita reduzir as desigualdades a partir da distribuição de renda e promover o desenvolvimento com consumo sustentável dos recursos naturais levantadas no I Encontro Ibero-Americano de Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social. O Diretor-executivo do Banco Mundial para a América Latina, Rogério Studart avaliou que, atualmente, o modelo de desenvolvimento econômico mundial sofre um processo de ruptura, caracterizado por três problemas centrais: os desequilíbrios e desigualdades macroeconômicas, desenvolvimento financeiro disfuncional e sem solidariedade para com as nações e crescimento com profundo descaso com a sustentabilidade ambiental, e o aumento na concentração de renda e os desequilíbrios resultantes das desigualdades.

Segundo Studart, “As crises atuais externalizam essas diversas insustentabilidades econômicas, financeiras e ambientais deste sistema”, e a solução passaria por uma regulamentação do sistema econômico global, que esbarra na forte resistência dos grupos financeiros a qualquer tipo de mudança.

Rogério Studart considera que a política de aproximação entre os países da América Latina é um bom exemplo de visão integradora e solidária, alternativa viável para a busca de um modelo mais funcional. “Estas características estão presentes nos países da América Latina”, ressaltando que só o ganho coletivo será capaz de gerar o desenvolvimento individual para cada país.

Na XXIV Cumbre Iberoamericana se fez um firme chamado a unidade dos países que compõem esta comunidade de nações: “Este mundo no está hecho para andar solo, está hecho para ir acompañado”, diz a Secretaria General Iberoamericana, Rebeca Grynspan, para animar os países da região a unir esforços neste momento de mudança e renovação do foro, que se iniciou em 1991 em Guadalajara (México). Afirmou que “estamos aquí para complementar no para competir” e ressaltou que “no queremos substituir la integración latinoamericana, sino complementarla”, e invitou a una relação “simétrica” e “horizontal”. A construção de identidades incluíentes é outra das labores da comunidade iberoamericana através de um espaço cultural, de conhecimento e de coesão social. Menciona a história comum de cinco séculos e as raízes que tem gerado um “tronco de identidades, con un ramaje de diversidad cultural que es parte de nuestro asidero vital”.

III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO INTEGRAÇÃO E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS

OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento sustentável dos Estados Ibero-Americanos a partir de alianças estratégicas entre os países membros.

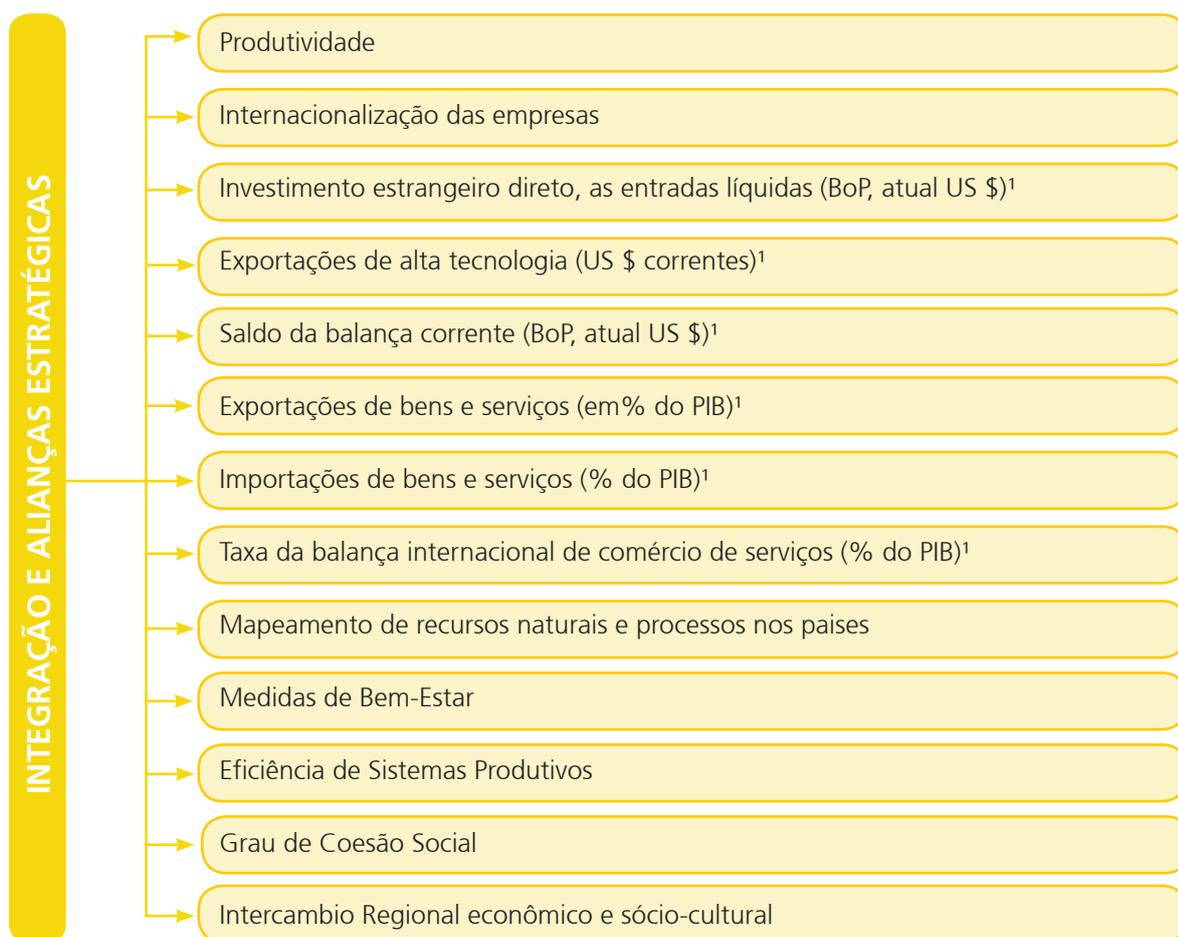
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Aumentar a produtividade e competitividade local e regional;
2. Desenvolver programas conjuntos de inovação e tecnologia;

3. Promover acordos que reforcem o desenvolvimento sustentável;
4. Criar alianças com o objetivo de solucionar crises e assuntos emergentes comuns as nações;
5. Melhorar qualidade de vida dos cidadãos ibero-americanos.

INDICADORES REFERENTES AO EIXO INTEGRAÇÃO E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS

Quanto aos indicadores para acompanhar a gestão das alianças estratégicas são destacados:



BENEFÍCIOS DOS INDICADORES

Os indicadores podem ajudar a estabelecer os potenciais e nível de desenvolvimento por país que poderia favorecer as alianças estratégicas, principalmente ao nível territorial regional, em termos de oferta e demanda de produtos e processos, bem como contribuir na proteção dos ecossistemas e compartilhar recursos educacionais e culturais.

DICAS DE GESTÃO

Além de procurar estabelecer um programa ao nível Ibero-americano equivalente ao Horizonte 2020 da EU, é possível aproveitar os avanços na área da Inovação Aberta e Colaborativa, bem como propostas avançadas como a da Economia Circular que é um modelo que permite repensar as práticas econômicas por meio do design de produtos e sistemas, e que se inspira na própria vida, ou da Economia Solidária e a Economia da Comunhão que representam formas de implementar o princípio da Fraternidade.

A gestão efetiva pode utilizar o modelo WFGM de Slowinsky para Inovação Aberta que consiste em 4 passos: primeiro, quais são os objetivos desejados (W); segundo, o que se precisa para atingir esses objetivos (F), se é algo interno ou externo; se for externo que tipo de relação colaborativa precisa ser estabelecida e que passos tem que ser dados para essa finalidade (G); e finalmente, fazer a Gestão Colaborativa do Processo utilizando uma estratégia de Ganha-Ganha. Para que este tipo de iniciativa de colaboração possa ter mais garantia de sucesso, seria importante poder contar com uma sociedade conduzida por valores na qual a confiança e transparência possam sustentar o processo pelo tempo necessário.

IV. COMO FAZER?

HORIZON 2020 - O EU FRAMEWORK PROGRAMME FOR RESEARCH AND INNOVATION



O futuro da Europa está ligado ao seu poder de inovar. A União da Inovação é uma iniciativa cheia de ação para uma Europa favorável à inovação. Faz parte da estratégia Europa 2020 que visa a criação de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Horizonte 2020 é o maior programa de Investigação e Inovação da UE com quase 80 bilhões de Euros disponíveis ao longo de 7 anos (2014-2020), que vai atrair investimentos privado. Ele promete mais avanços, descobertas e grandes iniciativas pioneiras surgindo dos laboratório e indo para o mercado. Representa o instrumento financeiro de execução da União da Inovação, uma nova bandeira da Estratégia Europa 2020 com o objetivo de assegurar a competitividade global da Região.

Visto como um meio para impulsionar o crescimento econômico e criar empregos, Horizonte 2020 tem o apoio político dos líderes europeus e os deputados do Parlamento Europeu. Eles concordaram que a pesquisa é um investimento no nosso futuro e em colocá-lo no centro do plano da UE para o crescimento e o emprego inteligente, sustentável e inclusivo.



O Programa da UE para a Investigação e Inovação será complementado por medidas adicionais para promover e desenvolver o Espaço Europeu da Investigação. Estas medidas visam derrubar barreiras para criar um verdadeiro mercado único do conhecimento, investigação e inovação.

(Ver: http://ec.europa.eu/research/innovation-union/index_en.cfm e http://ec.europa.eu/research/innovation-union/pdf/state-of-the-union/2014/iuc_progress_report_2014.pdf#view=fit&pagemode=none e <http://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/>).

AMÉRICA LATINA E EUROPA BUSCAM ALIANÇA ESTRATÉGICA PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em janeiro de 2013, chefes de Estado da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e da União Europeia (UE) reuniram-se para aprovar a Declaração de Santiago com o objetivo de construir uma nova aliança estratégica entre os dois grupos.

O tema que convocou o encontro foi a construção de uma nova aliança estratégica para obter o desenvolvimento sustentável com base em investimentos de qualidade, tanto na área ambiental quanto na social. A declaração de 48 pontos foi aprovada por unanimidade entre os líderes dos 60 países participantes da reunião. Os pontos de maior destaque foram:

- Reiterar o compromisso dos países em evitar o protecionismo em todas as suas formas.
- Apoiar um investimento produtivo, que respeite integralmente os aspectos econômicos, sociais e ambientais que constituem o desenvolvimento sustentável.
- Fortalecer o mecanismo de coordenação sobre drogas entre a Celac e a UE com o objetivo de estabelecer metas mensuráveis para reduzir o impacto do problema mundial do narcotráfico.
- Adotar políticas que promovam o comércio e o investimento entre países da Celac e a UE.

O documento também repulsa qualquer medida coercitiva de caráter unilateral com efeitos extraterritoriais contrária às leis internacionais e regras comumente aceitas do livre-comércio, e condena, em particular, a lei americana Helms Burton, que fortaleceu o embargo americano a Cuba e completou meio século.

COOPERAÇÃO SUL-SUL

A cooperação Sul-Sul é um mecanismo de desenvolvimento conjunto e de intercâmbio econômico, científico, tecnológico e cultural entre países emergentes para fins de promover o desenvolvimento e superar desafios comuns. O termo “sul” se deve ao fato de grande parte desses países se localizarem no hemisfério sul, embora haja vários deles localizados hemisfério norte. Basicamente, a cooperação Sul-Sul inclui países da África, Ásia e América Latina, além dos pequenos países do Caribe e da Oceania.

O grupo tem como objetivo a promoção e a implementação da cooperação técnica, por meio do compartilhamento de melhores práticas e da transferência de conhecimento, bem como da intensificação e da expansão de vínculos solidários entre os países cooperantes, promovendo, assim, desenvolvimento conjunto.

PERU E BRASIL JUNTOS CONTRA O NARCOTRÁFICO E O DESMATAMENTO

Em 2006, os governos do Brasil e do Peru se comprometeram a lutar contra o narcotráfico e o desmatamento e a desenvolver a Amazônia, em uma Declaração Conjunta assinada pelos chanceleres de ambos os países. A Declaração assinada em Lima fez parte do novo impulso que os dois governos deram à aliança estratégica e às relações bilaterais das nações.

Na ocasião, o governo brasileiro se comprometeu a implantar um sistema de vigilância inteligente na Floresta Amazônica, que inclui radares, observação por satélites e, mais recentemente, o uso de drones que estão sendo utilizados para combater o narcotráfico, o desmatamento, o corte ilegal de árvores na região e apoio ao Peru com relatórios e informações. O objetivo dos países é trabalhar pelo desenvolvimento da Amazônia e a solidificação de um sistema de defesa e segurança conjunta.

Outros acordos bilaterais já foram assinados entre as nações, como por exemplo acordos para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, e um documento de entendimento para a promoção do comércio e investimentos, cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia espacial.

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

ALADI – Associação Latinoamericana de Integração

<http://www.aladi.org/>

http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitec.nsf/VSTITIOWEB/indicadores_socioeconomicos

AECID- Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo

<http://www.aecid.es/EN>

BARRETT VALUES CENTER

<http://www.valuescentre.com/>

CELARE – Centro Latinoamericano para las Relaciones con Europa

<http://www.celare-alcue.org/>

CEPAL - Perspectivas Económicas de América Latina 2015: Educación, Competencias e Innovación Para el Desarrollo

<http://www.cepal.org/es/publicaciones/perspectivas-economicas-de-america-latina-2015-educacion-competencias-e-innovacion>

CUIB – Consejo Universitario Ibero-Americano

<http://www.cuib.org/>

<http://www.cuib.org/enlaces.htm>

EdC - Economía de Comunión

<http://edc-online.org/es/>

EIC – Espaço Iberoamericano de Conhecimento

<http://www.espaciodelconocimiento.org/neruda/>

http://www.espaciodelconocimiento.org/neruda/comite_tecnico.php

EIPA - European Institute of Public Administration. How to Finance Innovation? A Step by Step Technical Guide to Horizon 2020 for Public Administration

http://www.eipa.eu/files/repository/product/20141121081425_1522601.pdf

Ellen MacArthur Foundation

<http://www.ellenmacarthurfoundation.org/>

Ellen MacArthur Foundation - Economía Circular

www.ellenmacarthurfoundation.org/business/ce100

<https://www.youtube.com/watch?v=zkoSmXxFeo>

http://www.ellenmacarthurfoundation.org/case_studies

ITAIPU

<http://www.itaipu.gov.br>

MERCOSUL, 2014.

<http://www.mercosul.gov.br>

NEF - Measuring our Progress

http://b3cdn.net/nefoundation/db3d5f02f6e2f328e8_k1m6bv6on.pdf

OEI - Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura

<http://www.oei.org.br/>

OIC - OPEN INNOVATION COMMUNITY

<http://www.openinnovation.net/>

<http://forbesindia.com/article/ckgsb/the-thinker-interview-henry-chesbrough/34937/1>

<https://www.innovationmanagement.se/2013/07/17/open-innovation-past-and-present-an-exclusive-interview-with-henry-chesbrough/>

SEGIB – Secretaria Geral Iberoamericana

<http://www.segib.org/>

<http://www.segib.org/es/node/10221>

SEGIB – Informa de la Cooperación Sul-Sul en Iberoamérica

<http://www.segib.org/sites/default/files/Informe%20de%20la%20Cooperacion%20Sur-Sur%20en%20Iberoamerica%202013-2014.pdf>

SEGIB – Estratificación social en América Latina: retos de cohesión social , 2015

SEGIB – Curso de Especialización en Planificación y Gestión de Intervenciones de Cooperación para el Desarrollo

http://segib.org/sites/default/files/Folleto_web2015-cursooei.pdf

FONTES BIBLIOGRAFICAS

ALADI, 2014. **Oportunidades y retos de los requisitos medioambientales para el comercio internacional en América Latina.** [http://www.aladi.org/nsfaladi/estudios.nsf/3D453DB6D81B7EB883257D770055EB8F/\\$FILE/2014_10_1.pdf](http://www.aladi.org/nsfaladi/estudios.nsf/3D453DB6D81B7EB883257D770055EB8F/$FILE/2014_10_1.pdf)

BETHELL, Leslie (org.) **História da América Latina: América Latina Colonial.** Vol. 1, 2º Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHESBROUGH, H. **Open innovation: the new imperative for creating and profiting from technology.** Boston, MA: Harvard Business School Publishing, 2003. CHESBROUGH, H.; VANHAVERBEKE, W; WEST, J. **Open Innovation: Researching a New Paradigm.** Oxford: Oxford University Press, 2006

CHESBROUGH, H **New Frontiers in Open Innovation.** Oxford, 2104.

CHESBROUGH, H. et al. **Open Innovation: Researching a New Paradigm.** Oxford: Oxford University Press, 2006

CHESBROUGH, H. et al. **The future of open innovation.** R&D Management, v. 40, n. 3, p. 213-221, 2010

CHESBROUGH, H; SCHWARTZ, K. **Innovating business models with co-development partnerships.** Research Technology Management, v. 50, n. 1, p. 55-59, 2007.

DOWBOR, L. **Inovação Social e Sustentabilidade.** In: GUEVARA et al. (org.). Consciência e Desenvolvimento Sustentável nas Organizações. São Paulo, Ed. Campus. 2009.

DOZ, Yves L.; HAMEL, Gary. **A vantagem das alianças: a arte de criar valor através das parcerias.** São Paulo: Qualitymark, 2000.

GASSMANN, O; ENKEL, E. **Towards a theory of open innovation: three core process archetypes.** R&D Management Conference (RADMA), Lisboa, 2004

GASSMANN, O; ENKEL, E; CHESBROUGH, H. W. **The future of open innovation.** R&D Management, v. 40, n. 3, p. 213-221, 2010

HARDY, C. **Estratificación social en América Latina: retos de cohesión social,** 2015
<http://www.segib.org/sites/default/files/14012014-Invitacion-Presentacion-Libro-Clarisa-Hardy.jpg>

HENDERSON, H. **Building a Win-Win World,** Berrett-Koehler Publishers, 1996.

HUIZINGH, E. K. R. **Open innovation: State of the art and future perspectives.** Technovation, v.31, n. 1, p. 2-9, 2011.

KANG, N.; SAKAI, K., **International Strategic Alliances: Their Role in Industrial Globalisation,** OECD Science, Technology

and Industry Working Papers, 2000/05, OECD Publishing, 2000. <http://dx.doi.org/10.1787/613723204010>

LORANGE, Peter; ROOS, Johan. **Alianças estratégicas: formação, implementação e evolução.** São Paulo: Atlas, 1996.

PETER, J. Paul; CHURCHILL JR, Gilbert A. **Marketing: criando valor para os clientes.** São Paulo: Saraiva, 2000.

SLOWINSKI, Gene; SAGAL, Matthew W. **Good practices in open innovation.** Research-Technology Management, v. 53, n. 5, p. 38-45, 2010. http://www.strategicalliance.com/articles/good_practice_article.pdf

TJEMKES, B. et al. **Strategic Alliance Management.** Routledge, 2012
<http://www.strategic-alliance-management.com/>



TENDÊNCIAS DA LONGEVIDADE

I. O QUE ENTENDEMOS POR TENDÊNCIAS DA LONGEVIDADE

O envelhecimento humano é um dos grandes fenômenos mundiais do século XXI. Embora muitas sociedades já tenham atingido, no século passado, a média de 14% da população com mais de 65 anos (referência para a Organização das Nações Unidas vir a considerar uma sociedade como envelhecida), é neste século que boa parte do planeta, sobretudo os chamados países emergentes (onde a referência cai para os 60 anos), atravessarão o que a literatura define como o terceiro estágio demográfico, quando depois de uma queda da mortalidade e um aumento da expectativa de vida, a taxa de fecundidade (número de filhos por mulher) começa a declinar, a ponto de provocar o envelhecimento populacional. A longevidade humana está inserida, portanto, nesse contexto socioeconômico, e a América Latina em especial ainda tem uma janela de oportunidade de uns 20 anos.

A maior expectativa de vida deve-se ao avanço tecnológico aplicado à medicina que mitigou a incidência de causas de mortes provocadas por infecções ou doenças parasitárias, ampliou as terapias cada vez mais sofisticadas, possibilitou cirurgias de transplante e popularizou componentes químicos para a fabricação de remédios e também permitiu um menor uso da força física para o desempenho do trabalho produtivo e tarefas domésticas. Em comparação a gerações passadas, todas as classes sociais

hoje vivem mais e melhor, apesar da crescente desigualdade social.

O envelhecimento mais saudável ou até mesmo postergado para idades avançadas, acima dos 80 anos, descolou a idade cronológica da idade vivida, estimulando neologismos ou eufemismos (muitas vezes usados com mero fim mercadológico) para a velhice, como Terceira Idade, Melhor Idade, Sênior (o preferido do setor de marketing). Essa imagem da velhice é amplamente explorada pela indústria de cosméticos, um dos setores com maior crescimento no mundo. No entanto, a longevidade humana impõe um forte componente de heterogeneidade. Ninguém envelhece igual. Nesta etapa da existência, “desagua” todo o ciclo de vida sobre o próprio indivíduo.

Essa heterogeneidade estimula novas divisões do segmento idoso, antes considerado homogêneo após os 60 ou 65 anos. Esses subgrupos, de acordo com a literatura, aparecem, em resumo, como jovens velhos, de 60 a 79 anos, a chamada Terceira Idade; os velhos, de 80 a 99 anos, a chamada Quarta Idade; e, os velhos-velhos ou mais idosos, a chamada Quinta Idade, dos 100 aos 120 anos. Essa ampliação inédita na expectativa de vida impõe novos desafios ao Estado, ao setor privado e aos indivíduos, desdobrando-se, assim, em tendências para as políticas públicas, mercado e comportamento com o objetivo de dar respostas à necessidade de uma “velhice sustentável”.



Do ponto de vista macroeconômico, os países se deparam com pressão fiscal sobre seus sistemas de previdência, serviço de saúde e mobilidade urbana. O setor privado, por sua vez, enfrenta a redução da oferta de força trabalho devido ao envelhecimento populacional, isto é, a redução da população em idade ativa. Estado e setor privado estarão, de forma espiral, perseguindo uma maior produtividade – seja pela intensificação do trabalho ou prolongamento da vida laboral, entre outros fatores, como infraestrutura, tributação e educação. Serão promovidas mudanças de comportamento na direção de prevenção e planejamento para uma vida mais longa.

Esta prática já vem ocorrendo na forma de Programas de Preparo para uma Aposentadoria Ativa, levados pelas empresas públicas e privadas aos empregados/funcionários próximos à saída. No entanto, seu alcance tem sido restrito e permanece o desconhecimento generalizado sobre os impactos que uma aposentadoria introduz na vida dos indivíduos, no seio de suas famílias e no âmbito dos acessos às riquezas de toda sorte. As empresas também insistem em manter velhas práticas como a resistência a requalificar empregados ou demissões de trabalhadores maduros como medida de corte de custos.

Nos três âmbitos citados (Estado, iniciativa privada e individual) já se enfrentam uma séria crise de cuidados de longa duração. E em poucos anos serão mais idosos a serem cuidados e menos jovens disponíveis para os cuidados. São idosos a cuidar de idosos impondo a inquietante questão de “quem cuidará dos cuidadores?”. Esses cuidados também passam a ser mais sofisticados, uma vez que, se por um lado algumas doenças desapareceram, as doenças crônicas aumentaram, como Alzheimer, Parkinson e outros tipos de demências transformando

completamente a vida das famílias. No Brasil, em 2010, 1,4 milhão de mulheres declararam-se cuidadoras e nenhuma delas contribuíam para a Previdência Social.

FONTES DE RECURSO FACE AO ENVELHECIMENTO CRESCENTE

A longevidade cristaliza, a cada ano, a tendência de ser também uma fonte de recursos para a economia a partir de novos negócios e inovação tecnológica para atender às necessidades do público idoso. Grandes organizações se voltam para o desenvolvimento de produtos e serviços destinados a facilitar a vida de famílias e/ou pessoas dependentes. A necessidade de autonomia passa a ser uma mercadoria valorizada no capitalismo contemporâneo e abre possibilidades para extrair solução do que antes era problema, ou seja, estimular a economia por meio do fenômeno da longevidade humana, que era apontado até então como estorvo ao crescimento econômico.



O grande empecilho, porém, se constitui no âmbito do desenvolvimento econômico. Até que ponto a longevidade humana pode empurrar as economias para a armadilha da desigualdade social? As famílias de filho único contribuem para a concentração de riqueza no longo prazo. A fragilidade dos sistemas de Seguridade Social públicos individualiza a poupança para a velhice em sistemas privados de previdência. O mercado mais exigente em termos de produtividade e intensivo em tecnologia para substituição de mão de obra precariza a relação de trabalho. A saúde privatizada consome boa parte do orçamento familiar reduzindo a capacidade de poupança. Todos esses fatores, apontados por vários economistas, justificam a suspeita de o envelhecimento populacional ameaçar a própria democracia. A longevidade humana está inserida, portanto, nesse contexto socioeconômico, e Latinoamerica em especial ainda tem uma Janela de Oportunidade de uns 20 anos.

Após a crise econômica deflagrada em 2008, vários governos foram derrubados e partidos políticos perderam a hegemonia em países europeus devido às propostas de alteração de sistemas de previdência com prejuízo para os aposentados. Economistas especulam uma “estagnação secular” nas economias avançadas e durante esse período a tendência é de ampliação da longevidade humana e do envelhecimento populacional. De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), os latino-americanos ganharam quatro anos de expectativa de vida de 2000 a 2010, mas os benefícios são distribuídos de forma desigual. A média de idade dos latino-americanos era de 76,2 anos em 2010, quando em 2000 era de 72,2 anos.

A corrupção subtrai qualidade de vida para todos e faz do tempo do envelhecimento uma experiência de empobrecimento e adoecimento, na medida em que nega educação, alimentação saudável e nutritiva, mais por falta de acesso e distribuição, que por falta dos alimentos, assistência à saúde integral, segurança nas cidades, infraestrutura adequada e tantos outros itens importantes que, se não prolonga a existência humana em anos, ao menos a torna mais fácil e desejável de ser estendida.

A VISÃO DE SUSTENTABILIDADE NA APOSENTADORIA: SENTIDO E SIGNIFICADO

À hora em que a aposentadoria for tratada, nem como prêmio, nem como castigo, mas como um direito do trabalhador que o leva a empreender mudanças na direção de um novo estilo de vida, a hora da saída pode vir a ser, do ponto de vista psicológico, um marco menos dramático e, para muitos também menos traumático do que vem sendo hoje.

Primeiro, o homem deve ser capaz de se enxergar sempre como tal: um ser humano digno por inteiro, desejoso de ser feliz em meio a outros homens. Isso implica em enxergar e aceitar que a casa do homem é o mundo, não se restringindo jamais a casa onde ele mora. Economia e ecologia têm a mesma raiz etimológica, sendo a primeira um compromisso que se assume de administrar bem a própria morada, um estabelecimento particular e privado e/ou um estabelecimento público. E, a segunda uma obrigação que, em nível ético, se transforma em respeito: uma aproximação e uma exploração consciente e cuidadosa no que tange as relações que cada qual mantém com outros seres vivos e com o meio em que se dão essas relações: “Ora, a nossa casa hoje é o mundo. A economia é sua questão eficaz; a ecologia, sua questão duradoura” (Comte-Sponville, André).

Com isso se recupera a “arte” de administrar bem os recursos da Terra onde vive o homem: trata-se, de formar uma nova consciência sobre a qualidade e a seriedade dos compromissos que os homens estabelecem entre os seus mundos, objetivo e subjetivo, conquistando um novo patamar de responsabilidades: para consigo, para com os outros homens e para com o mundo, pois que tudo é uma coisa só: discernível e indivisível.

Não há como a maioria viver uma vida digna e plena, vindo a ‘morrer de velhice’ e, portanto não há como educar para envelhecer bem, quando a imensa maioria ainda nem alcança as idades propectas, permanecendo borradas as fronteiras entre velhice, pobreza e doença. Uma nova consciência de sustentabilidade haverá de se instalar, trazendo-nos ‘um mundo de oportunidades para todas as idades’ ou ampliarão as distâncias de prosperidade, de acesso e de poder com o nascimento de uma nova era de vida humana de dimensão temporal milenar?

II. CAMINHOS PARA PROMOVER A LONGEVIDADE

Não há como negar que a medicina – e todos os conhecimentos e serviços dela derivados e/ou correlatos – exerceu e continua exercendo grande influência na elevação ou queda das taxas de longevidade, em relação à natalidade, desde tempos imemoriais e agora não é diferente, muito pelo contrário. Tal cenário se torna ainda mais provocador em se considerando as possibilidades com que a nanomedicina já nos acena: a morte, nos próximos 40 anos tornar-se-á uma questão de escolha e não de inevitabilidade. Apontam os cientistas da área que as conquistas que advirão das novas tecnologias permitirão novos saltos na capacidade de envelhecer, alargando ano a ano a expectativa média.

Com os implantes cerebrais, distúrbios que redundam no Mal de Parkinson, em distúrbios alimentares graves – que abreviam a vida de seus portadores, as obsessões, depressões que matam – identificadas como o mal do século XX, considerando-se aí o mal estar no trabalho, como principal causa de afastamento e aposentadoria precoce, especialmente na segunda metade do século passado, na área da saúde mental e, ainda a título experimental, porém próximo de se conquistar excelentes resultados com as pesquisas que estão sendo feitas à toque de caixa, para reverter o Mal de Alzheimer, o qual também causa morte precoce, além dos custos astronômicos para o estado e para as famílias, as novas formas de intervenção e tratamento por meio destes implantes, haverão de impactar profundamente na questão da longevidade humana e social.

Três grandes ondas estão por assolar o campo social do envelhecimento: o desenvolvimento de retinas artificiais para tratar os cegos, implantes cocleares para tratar os surdos e intervenções realizadas pela robótica cirúrgica, que permitem

a implantação de corações artificiais, minorando dramaticamente as taxas de morte por problemas cardíacos. A bioengenharia estará agindo a nível celular, na regeneração dos tecidos e, a engenharia de tronco-celular resultará na fabricação e criação artificial de órgãos inteiros, possibilitados pela nanotecnologia.

Espera-se que em 2030 sejam feitos implantes de laringe artificial em quem nasceu sem a própria, de modo que em breve os cirurgiões serão técnicos em biomecânica e as cirurgias serão totalmente mediadas pela informática, de forma que os médicos cirurgiões serão profissionais de formação totalmente transversalizada e nem precisarão tocar o corpo do paciente ou prestar consulta pessoalmente.

Em setembro de 2014 realizou-se um grande Congresso de Nanotecnologia em Viterbo, região do Lácio, na Itália, onde ficou evidente que, de salto em salto é possível que, já em 2020 nos beneficiemos, em ampla escala, de uma expectativa de vida jamais imaginada. Terá nascido uma nova sociedade de Matusalens. Estas pesquisas são financiadas por grandes empresas de porte internacional, em particular através da Singularity University.

A APOSENTADORIA NÃO SE CONFUNDE COMO ENVELHECIMENTO

As tendências mais verificadas são um cerco maior das sociedades envelhecidas contra todas as práticas que possam pesar ainda mais os custos de saúde, já ampliados pela sofisticação tecnológica das terapias, como o combate ao fumo, ao álcool, ao sedentarismo, à obesidade, às drogas ilícitas, entre outros fatores que deterioram a qualidade de vida. Por outro lado,

embora com menos crianças nascendo nos nossos países, os custos de Educação tendem a ser ampliados devido à necessidade de qualificação constante da mão de obra (escassa) e sempre em busca de readaptação à sociedade do conhecimento.



Tanto a demanda por cuidados como por mão de obra ampliam a imigração dos cidadãos de países pobres para países envelhecidos. Os cuidadores de idosos constituem hoje o maior fluxo de pessoas no planeta. No meio do século XXI, muitos países estarão enfrentando o envelhecimento desses cuidadores que muitas vezes trabalham de forma ilegal e sem seguridade social. A única forma de mitigar ou desacelerar o envelhecimento populacional seria a adoção de políticas de estímulo à fecundidade. Nos países que adotaram essas medidas, como ampliação da licença paternidade, por exemplo, a taxa de fecundidade atingiu no máximo o seu ponto mínimo para reposição da população, isto é, 2,1 filhos por mulher. Isso significa dizer que o Homem do século XXI embora vivendo mais e melhor recusa-se a legar essa conquista a mais seres humanos.

Essa queda no crescimento populacional concomitante ao aumento do número de idosos é definida por alguns estudiosos como “o suicídio da raça humana” e, por outros, mais otimistas, como a salvação do planeta em termos de meio ambiente. Ambos os pontos de vista podem estar errados, uma vez que o instinto de sobrevivência pode prevalecer e a taxa de fecundidade é sempre um difícil tema de estudo e de previsões. Quanto ao impacto do tamanho da população no ambiente – como mostrou o equívoco malthusiano –, vários pesquisadores negam essa relação automática e afirmam que a deterioração ecológica está muito mais relacionada ao padrão de produção e, principalmente, ao padrão de consumo do que apenas com o tamanho da população.

III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO LONGEVIDADE

OBJETIVO GERAL

Promover um ambiente favorável para o envelhecimento sustentável, valorizando o papel e a participação do idoso na sociedade.

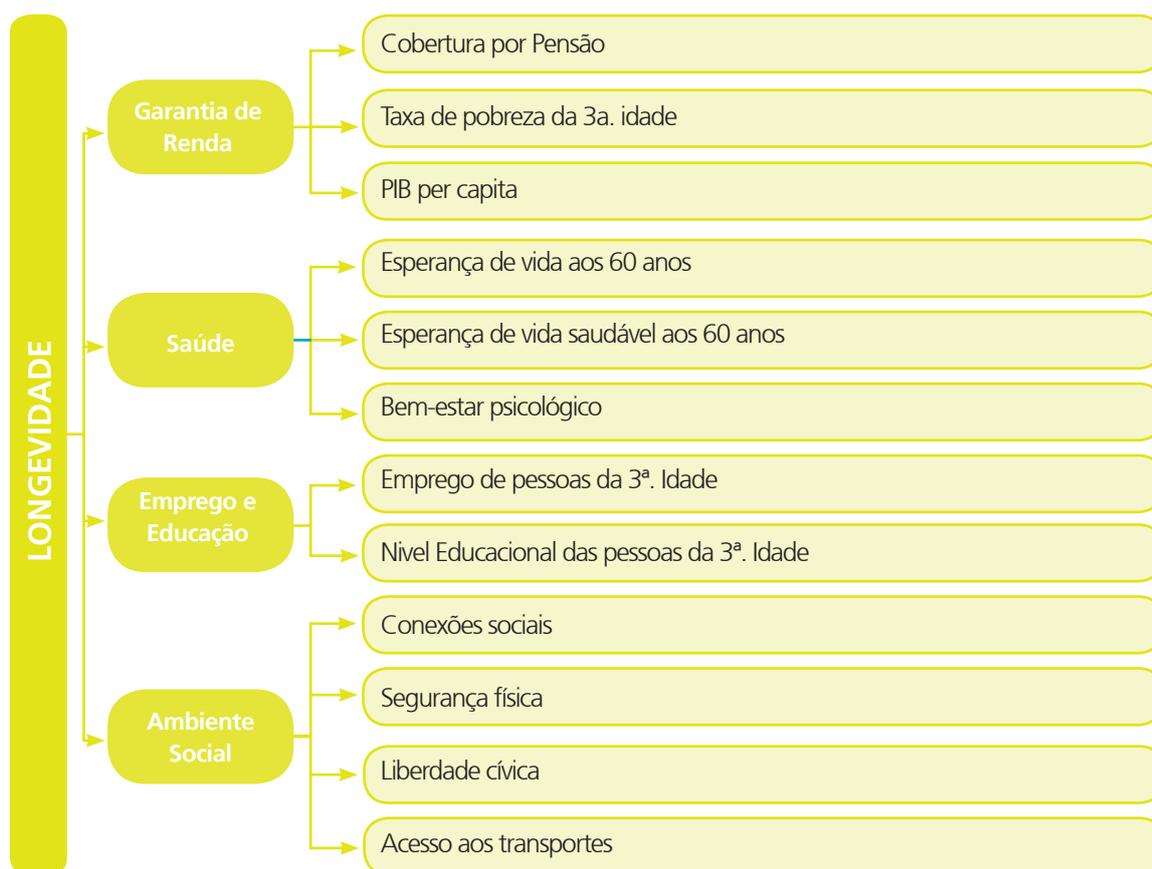
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Desenvolver programas de orientação e reeducação ocupacional para a vida na aposentadoria;
2. Realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da nanomedicina;
3. Promover políticas públicas que garantam a seguridade financeira para a terceira idade;
4. Desenvolver estratégias e programas para o envelhecimento ativo das populações dos Estados Ibero-americanos;
5. Criar planos e investimentos de longo prazo que antevêm o envelhecimento e as necessidades das populações no futuro;
6. Promover ações que estabeleçam equipamentos públicos de qualidade e atendimento em saúde personalizado para a terceira idade;
7. Inserir o tema economia do envelhecimento nos sistemas de educação formal;
8. Trabalhar por estímulos fiscais para as empresas que criam, desenvolvem, comercializam e distribuem produtos/ serviços para as idades mais avançadas.

INDICADORES REFERENTES AO EIXO LONGEVIDADE



O levantamento Global AgeWatch Index, realizado anualmente pela ONG HelpAge International, que luta pelos direitos dos idosos, tem como base 13 diferentes indicadores relativos a quatro áreas consideradas essenciais: garantia de renda, saúde, emprego e educação e ambiente social. Estes indicadores podem ser adaptados e/ou complementados conforme o contexto.



BENÉFICOS DOS INDICADORES

Sem dúvida o devido acompanhamento dos indicadores tornara o sistema mais eficiente em termos das estratégias e programas para o envelhecimento ativo das populações da população e dos planos e investimentos de longo prazo que antevejam as necessidades das populações no futuro; bem como ajudara a promover ações que estabeleçam equipamentos públicos de qualidade e atendimento em saúde personalizado para a terceira idade o qual redundara no Bem-Estar e na economia do país.



Para essa finalidade e bom contar como O Global AgeWatch Index o único índice global (96 países) sobre o tema do Bem-Estar social e econômico das pessoas de mais idade.

<http://www.helpage.org/global-agewatch/>

DICAS DE GESTÃO

Política Nacional do Idoso: definir uma política nacional que assegure os direitos sociais e que proporcione amplo amparo legal ao idoso,

coibindo qualquer tipo de discriminação, violência, negligência ou crueldade; estabelecendo as condições para promover a sua integração, autonomia e participação efetiva na sociedade por meio de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e digno.

Vida Ativa na Terceira Idade: desenvolver equipamentos públicos para a terceira idade com o intuito de reduzir os casos de doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas e distúrbios através da prática de atividades físicas - aulas de ginástica, natação, dança - e o convívio social - grupos de caminhada e corrida, aulas de artesanato, meditação, dentre outros.

Priorização do idoso: definir mecanismos de priorização aos idosos nas estruturas públicas. Exemplos: habitação - garantir prioridade na aquisição de imóveis nos programas habitacionais do Estado; concursos públicos - vedar a discriminação e a fixação de limite máximo de idade para concursos, exceto nos casos em que a natureza do cargo exigir; bem como determinar a adoção nos concursos para o desempate o critério da idade; sistema judiciário - priorizar a tramitação de processos judiciais e administrativos em que idosos figurem como parte ou interveniente.

IV. COMO FAZER

HELPAge – GLOBAL AGE WATCH

I) Dados comparativos entre todos os países, em relação ao envelhecimento social, condições de vida dos mais idosos e condições de vida geral.

II) Mapa (projetivo) do envelhecimento das populações dos cinco continentes, considerando o intervalo de tempo entre 2014 e 2050.

III) Outros dados de alta relevância, como aposentadoria e pensões também constam do ranking.

<http://www.helpage.org/global-agemwatch/population-ageing-data/compare-countries/>

<http://www.helpage.org/global-agemwatch/population-ageing-data/population-ageing-map/>

<http://www.telegraph.co.uk/health/10561478/Countries-with-highest-and-lowest-life-expectancies-for-people-born-in-2013-charted.html>

APOSENTADORIA ATIVA E TRANSIÇÃO DE CARREIRA

O site aborda questões de Preparo para uma Aposentadoria Ativa, bem como artigos, livros para download grátis, entrevistas, dissertação de mestrado e tese de doutorado da autora e, em especial, matérias sobre assédio moral por ocasião da aposentadoria – pré e pós, questões sobre envelhecimento e empregos-ponte, dentre muitos outros temas relacionados.

<http://www.apfraismanconsultoria.com.br/>

ABRAz - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALZHEIMAR

Este site traz informações sobre eventos, cursos de formação para cuidadores, informações e orientações para o próprio paciente e para seus familiares, além de artigos de especialistas

<http://www.abraz.org.br/>

IDEAC – INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, ARTÍSTICO E CIENTÍFICO

O site traz indicações de uma série de eventos, tais como participação em congressos, cursos oferecidos, formação de profissionais para o trabalho com pessoas de mais idade, cursos voltados para a saúde, para o autoconhecimento e desenvolvimento pessoal, encontros temáticos e a grande iniciativa de há mais de 15 anos manter estudos na área do envelhecimento humano que sempre se atualizam, com a participação de profissionais de várias áreas, a expressiva maioria deles entre os 60 e 80 anos de idade e, muitos ainda em ação. Temas como Testamento Vital e Sexualidade Humana, o Riso e outros, bastante controversos, são colocados em pauta e dissecados a partir de um esforço pedagógico transversal.

<http://www.ideac.com.br/>

SESC – TRABALHO SOCIAL COM IDOSOS

Pioneiro no país, o Trabalho Social com Idosos (TSI) tem o objetivo de oferecer uma melhor qualidade de vida à terceira idade. No Sesc eles participam de atividades e trabalhos em grupo com pessoas da mesma idade e de outras gerações. Interagem com novas formas de conhecimento e compartilham expectativas vivenciais. Reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Trabalho Social com Idosos acontece no Sesc há mais de 40 anos e atende anualmente 60 mil pessoas. Além de resgatar o valor social dos idosos, as ações do Sesc privilegiam a cidadania e a educação por meio de projetos adaptados às diferentes culturas das regiões. Presente em praticamente todos os estados brasileiros.

<http://www.sesc.com.br/portal/Assistencia/Trabalho+Social+com+Idosos/>

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - UMA FUNDAÇÃO À SERVIÇO DA VIDA

Sua missão é a de promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania. Estes são os conceitos que pautam a atuação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. Realiza pesquisas, premiações, divulgações, formação de profissionais e muitas ações de relevantes resultados que impactam na qualidade de vida e no envelhecimento humano e social.

<http://portal.fiocruz.br/>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do Ipea são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações eletrônicas e impressas, eventos e via programa semanal de TV em canal fechado.

<http://www.ipea.gov.br/portal/>

REFEIÇÕES SOBRE RODAS - "MEALS ON WHEELS"

Programa que provê, dentre vários outros, como acolhimento a idosos em situação de vulnerabilidade, leva alimentação segura em domicílio, atendendo atualmente a 30 bairros na cidade de São Paulo. A entrega das refeições representa um vínculo de vida para os usuários, já que além da visita diária, os motoristas e voluntários comunicam qualquer ocorrência para a assistente social, que toma todas as providências necessárias. O Ten Yad também oferece benefícios como orientação sócio-educativa, kits especiais, kit de higiene pessoal, doações em espécie entre outros.

http://tenyad.org.br/programas-oferecidos/seguranca-alimentar/refeicoes-sobre-rodas?gclid=CjwKEAiA74qkBRCdrM-6or7U73QSJABCDL9p_rY5LN6f_OC8Od4b2-A5JZuMjfQqrXPMY0stdFxthoCXL7w_wcB

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

CENTRO DE ESTUDOS DA ECONOMIA DA LONGEVIDADE

www.economiadalongevidade.com.br

CIES – Centro Internacional para Informação sobre o Envelhecimento Saudável

<http://www.cies.org.br/>

CIES – Rede Virtual para o Envelhecimento Ativo (RVPEA)

http://www.cies.org.br/acoes_detalhe.php?codeps=MQ==

CALICO – CALIFORNIA LIFE COMPANY

<http://www.calicolabs.com/>

HUMAN LONGEVITY INC

<http://www.humanlongevity.com/human-longevity-inc-signs-collaborative-agreement-with-kings-college-london-to-access-twinsuk-registry/>

ILC – International Longevity Center

<http://www.ilcbrazil.org/>

http://www.ilc-alliance.org/images/uploads/publication-pdfs/Annual_activity_report_2012_-_ILC-Brazil.pdf

<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/brasil-vive-revolucao-da-longevidade-e-precisa-se-preparar>

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde

OPAS - A Century of Public Health in the Americas

http://www.paho.org/saludenlasamericas/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=53&lang=en

OPAS - Health Conditions and Trends

http://www.paho.org/saludenlasamericas/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=51&lang=en

OPAS - Health Determinants and Inequalities

http://www.paho.org/saludenlasamericas/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=55&lang=en

PORTAL DA TERCEIRA IDADE

<http://www.portalterceiridade.com.br/>
<http://www.idademaior.pt/>

PLANO DE AÇÃO INTERNACIONAL PARA O ENVELHECIMENTO - PUBLICAÇÃO

http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf<http://portal.fiocruz.br/>

PORTAL DO IDOSO – Revista

<http://www.portaldoenvelhecimento.com/revista-nova/index.php/revistaportal/index>

ROUTLEDGE – AGING AND HEALTH

<http://explore.tandfonline.com/page/beh/gerontology2015>

SI – Sage-ing International

<http://sage-ing.org/>

SINGULARITY UNIVERSITY

<http://singularityu.org>

THE GLOBAL ALLIANCE FOR THE RIGHTS OF OLDER PEOPLE

<http://www.rightsofolderpeople.org/>

THE LANCET – Series on Ageing

<http://www.thelancet.com/series/ageing>
<http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2014/lancet-ageing-series/en/>

WHO – Ageing well must be a global priority

<http://www.who.int/ageing/en/>

WORLD BANK – Life Expectancy at Birth Data and Map

<http://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN>
http://www.who.int/gho/mortality_burden_disease/life_tables/situation_trends/en/
http://gamapserver.who.int/gho/interactive_charts/mbd/life_expectancy/atlas.html

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BARROS JR., JUAREZ CORREIA, Org. **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. EDICON.

CAMARANO, A.A. **Novo Regime Demográfico - uma nova relação entre população e desenvolvimento?**, Rio de Janeiro, Ipea, 2014.

DAVISON, S. **The December Project**, HarperCollins 2014

FELIX, J. **Economia do Care e Economia da Longevidade: O Envelhecimento a partir de novos conceitos**, revista Argumentum, v.6 nº 1, UFES, Vitória, 2014.

Frailman, Ana P. **Coisas da Idade**. Editora Gente. São Paulo, 1990.

<http://aposentadorianareal.blogspot.com.br/p/livros-para-download.html>

Frailman, Ana P. **A ERA DO JAVALI – soluções em tempo de crise**. <http://www.apfrailmanconsultoria.com.br/publicacoes/obras/a-era-do-javali/>

Frailman, Ana P. **DOUTOR@, O QUE EU F@ÇO?** Scortecci Editora, S.Paulo, 2011.

FIOCRUZ - **Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento - publicação**

http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf

PIKETTY, T. **The capital in the twenty-first century**, Cambridge, Massachusetts London, England, 2014.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ENERGIAS RENOVÁVEIS

I. O QUE SE ENTENDE POR MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ENERGIAS RENOVÁVEIS

O último relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas aborda detalhadamente os riscos das mudanças climáticas e do aquecimento global para o futuro da humanidade e dos ecossistemas afirmado que:



As mudanças climáticas em curso ampliarão os riscos já existentes e criarão novos riscos para os ecossistemas. Os riscos são desigualmente distribuídos e geralmente maiores para as populações de baixa renda de todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento. O aumento do aquecimento global aumenta a probabilidade de severos e irreversíveis impactos para pessoas, espécies e ecossistemas. A continuação do atual patamar de emissões dos gases do efeito estufa (GEES) levará principalmente a impactos negativos para a biodiversidade, ecossistemas e desenvolvimento econômico, ampliando os riscos para a sobrevivência humana.

Nos desafios do clima destaca-se o efeito estufa, que é um fenômeno natural decorrente do acúmulo de camadas de gases que compõem a atmosfera da Terra: gás carbônico (CO₂), metano (CH₄), N₂O (óxido nitroso) e vapor d'água. O problema não é o fenômeno natural, mas a sua intensificação nesta era chamada de antropoceno. Como muitas atividades humanas emitem uma grande quantidade de gases formadores do efeito estufa, esta camada tem ficado cada vez mais espessa, produzindo um

desbalanceamento entre o calor recebido do sol e o que a Terra reemite para o espaço, produzindo o efeito do aquecimento global, que resulta em aumento da temperatura média do planeta. As ações humanas são as maiores responsáveis pelo aquecimento global e não a natureza.

O aquecimento global, cujo o resultado impacta no aumento da temperatura média dos oceanos e da camada de ar próxima à superfície da Terra, atinge praticamente todo o globo - dos países de vocação agrícola aos industrializados - afetando negativamente o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das nações. Os sinais mais comuns são o aumento de doenças respiratórias e cardiovasculares, resultando no aumento dos gastos públicos com saúde; mudanças no padrão de precipitações pluviométricas; aquecimento e aumento do nível dos oceanos; redução dos estoques naturais de peixes; diminuição do ritmo de absorção de carbono pelos oceanos; a diminuição da produtividade pelas más condições de vida resultantes do ambiente; alterações dos períodos de estiagem e secas; diminuição da disponibilidade de água doce nos aquíferos e nos rios; defaunação das florestas e de outros habitats naturais; irregularidades em safras agrícolas; entre tantos outros, atestando a severidade dos seus efeitos.

A intensificação das ações de governos, empresas, instituições e da sociedade civil em prol da recuperação do nosso “lar” se torna o “nó górdio”, que se cortado, poderá minimizar os impactos, caso contrário, as consequências poderão se tornar ameaçadoras para a vida na Terra. De tal forma, os Estados Ibero-Americanos devem se engajar e ser protagonistas na substituição contínua de suas fontes de energias não renováveis para novas alternativas não poluentes e tão pouco escassas, mas para isso dois aspectos devem ser considerados a priori. O primeiro diz respeito a ideia de que medidas podem ser inócuas se não se adotar o entendimento de “pensar globalmente, agir localmente”. O segundo exige um maior conhecimento do principal mecanismo que está por trás das mudanças climáticas, o aquecimento global, que deverá ser o foco das atenções e ações.

Ao longo da formação do nosso planeta, o sistema natural terrestre retirou milhares de bilhões de toneladas de carbono das camadas externas da crosta, alojando-as em grandes profundidades na forma de petróleo, carvão mineral, rochas betuminosas e gás natural. Na modernidade o homem reverteu este fenômeno, extraindo quantidades crescentes de combustíveis fósseis, destinados à produção da energia necessária ao crescimento econômico. Um paradigma que deve ser alterado através de inovações que resultarão em novas tecnologias e em modelos de desenvolvimento sociais mais inteligentes com o emprego de fontes renováveis e distribuídas de energia.

As energias renováveis são formas de energéticas cuja taxa de utilização é inferior à sua taxa de renovação. Os principais tipos são: energia geotérmica, gravitacional (energia das marés), energia de radiação solar, energia hidráulica, energia térmica oceânica e energia cinética do vento e das ondas. Também são consideradas fontes de energia renovável os resíduos agrícolas, urbanos e industriais

O uso de energias renováveis e as soluções para as mudanças climáticas se incluem em um seleto grupo de temáticas que contrapõe o difundido modelo de desenvolvimento econômico baseado na utilização de combustíveis fósseis - o petróleo, o carvão mineral, o gás natural, o xisto betuminoso e a turfa - que atualmente representam cerca de 70% da matriz energética mundial. Foi atestado no último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) que o emprego de energias renováveis tem um impacto direto na melhoria das condições de vida das populações, reduzindo a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), descentralizando a matriz energética, democratizando o acesso a energia elétrica e auxiliando no enfrentamento da pobreza e das debilidades ambientais do planeta. Ainda, podem servir como resposta a demanda global de energia, a qual cresceu mais de 50% desde 1990 até a atualidade, culminando em projeções que indicam um aumento entre 20% e 35% na demanda até 2030.

A busca por novas fontes de energia já mostra os seus resultados. Cerca de ¼ do aumento da produção de energia elétrica entre 2001 e 2006 veio de fontes renováveis, o que indica que ano a ano se tornam mais competitivas se comparadas as fontes tradicionais. O mercado também tem se mostrado favorável, com aumento de linhas de financiamento destinadas a energias renováveis. O Banco de Desenvolvimento da China por



exemplo, o maior banco de desenvolvimento do mundo, destinou recentemente US\$ 80 bilhões a projetos desse tipo.

Deve ser enfatizado que o sol é a fonte de quase toda energia disponível para o homem, seja como energia vital ou como força motriz e de transformação na execução de tarefas quotidianas. O ecossistema terrestre, através dos ciclos naturais, converte a radiação solar em diversos outros tipo de energia, e o homem, através de seu conhecimento e tecnologia, a transforma em outros tipos mais apropriados ao uso humano.

O caminho que leva ao desenvolvimento sustentável é complexo e exige o enfrentamento responsável das mudanças climáticas. Um novo pacto global e um sistema mundial de governança para o meio ambiente se faz necessário, visto que as emissões de gases nocivos ao planeta praticamente dobraram nos últimos 100 anos. Isso resultou na produção de imensas quantidades de CO₂, o principal GEE em nossa atmosfera, cujo teor aumentou de 280 ppm (partes por milhão) desde a revolução industrial para mais de 400 ppm na atualidade - colocando a saúde e a vida de todos as espécies em risco. Reduzir e mesmo eliminar essas fontes é uma das principais ações que devem ser conduzidas pelos governos em todo o mundo, visto que o clima é uma questão integrada, onde ações locais sistêmicas podem causar impactos globais positivos.

Pode-se afirmar que mesmo que o quadro é globalmente preocupante, existem soluções locais viáveis para se mudar esse "status quo". Os governos têm um papel central nesse contexto, apoiados pela sociedade civil. Soluções exigem medidas urgentes, que passam por análises e avaliações, tais como: quanto cada país tem sido impactado pelas mudanças climáticas; quanto

contribui para seu agravamento ou mitigação; quais são suas políticas voltadas para uma economia sócio e ambientalmente sustentável; quais incentivos oferece ao desenvolvimento e uso de fontes renováveis de energia. O objetivo deve ser o de contribuir, de uma forma sistêmica e integrada, ao esforço mundial pela recuperação planetária e para a construção de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

A energia renovável é importante por causa dos benefícios que ele proporciona:

1. Benefícios Ambientais: Tecnologias de energias renováveis são fontes de energia limpa, que tenham um impacto ambiental muito menor do que as tecnologias convencionais de energia .
2. Energia para os filhos dos filhos dos nossos filhos: As energias renováveis são inesgotáveis.
3. Favorecem o Emprego e a Economia: A maior parte dos investimentos em energia renovável são gastos com materiais e mão de obra local para construir e manter as instalações , ao invés das importações de energia de alto custo.
4. Segurança Energética: Favorecem a autonomia em termos de energia.

II. CAMINHOS PARA PROMOVER A MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O USO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

As mudanças climáticas, o aquecimento global e o uso de combustíveis fósseis se inserem em uma teia de problemas que afetam todo o planeta e que devem ser enfrentadas corajosamente por todos, governos, instituições, empresas e cidadãos. A solução dependerá de diversas ações conjuntas, embasadas em estruturas de redes colaborativas internacionais focadas em: conhecimento sobre problemas e condições locais; formação de técnicos e profissionais habilitados em temas ambientais e climáticos; disseminação de informações às populações; investimentos financeiros em tecnologia e infraestrutura verde; decisões políticas de apoio a processos estratégicos para adaptação e mitigação das mudanças climáticas, incentivando o desenvolvimento e o uso de fontes de energias renováveis. Soluções como estas podem conduzir a humanidade para um caminho de verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Definir caminhos para enfrentar esses riscos e tendências é o maior desafio atual para governos, empresas e sociedade. Nesse contexto, cabe aos países Ibero-Americanos engajados no projeto RIBER encontrar caminhos para minimizar as mudanças climáticas, buscando alternativas para as suas necessidades energéticas ao mesmo tempo que contribuam estratégica e efetivamente para o desenvolvimento político, econômico, social, cultural e ambiental dessa região, incentivando estudos e análises sobre o meio ambiente, promovendo o intercâmbio de informações sobre seus desenvolvimentos e melhores práticas utilizadas nesse campo.

A adaptação, que representa um processo de ajustamento ao clima presente e futuro, e a mitigação, que é o processo de reduzir emissões dos gases do efeito estufa ou de valorizar formas

de seqüestrá-los, são estratégias complementares para o gerenciamento dos riscos da mudança climática. A redução das emissões ao longo das próximas décadas pode reduzir riscos de mudanças radicais do clima, tanto neste século e nos próximos, reduzindo custos no longo prazo e desenvolvendo práticas mais resilientes para um desenvolvimento sustentável.

Estratégias de adaptação e mitigação colaboram com políticas de desenvolvimento sustentável, pois procuram conciliar crescimento econômico, desenvolvimento de sociedades globais mais igualitárias e limitações à exploração irracional dos recursos naturais. Estudos como o “The New Climate Economy Report” publicado em setembro de 2014, pelo The Global Commission on the Economy and Climate, organismo patrocinado por 7 países, entre eles a Colômbia, atestam a viabilidade da continuidade do crescimento econômico mundial, se medidas sérias de enfrentamento das mudanças climáticas forem adotadas globalmente.

Entretanto, existem vozes que se levantam contra isso, afirmando que políticas de adaptação e mitigação podem criar outros riscos, resultando em transformações e mudanças profundas dos sistemas naturais e sociais. Um dos temores de ambientalistas é o de que os esforços conjuntos de governos, instituições e empresas possam efetivamente mitigar os efeitos climáticos, mas também poderiam deflagrar a retomada de um novo ciclo de crescimento econômico, comprometendo ainda mais os recursos declinantes do planeta.

Avaliar essas perspectivas de adaptação e mitigação que cada Estado Ibero-Americano vem adotando ou planejando em seu esforço colaborativo de reduzir impactos ambientais é



também a proposta do projeto RIBER. Os estudos recentes do IPCC e da The Global Commission on the Economy and Climate serão utilizados como base para as proposições a serem submetidas a cada país membro do projeto RIBER e permitirão avaliar estratégias de adaptação e mitigação adotadas e esforços rumo a um modelo ideal de desenvolvimento sustentável.

ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO

As estratégias de adaptação contribuem para o bem-estar das populações atuais e futuras, para a preservação dos bens individuais e para a manutenção dos recursos naturais. Estratégias firmes de adaptação devem levar em conta os diversos interesses das populações envolvidas; e suas tradições e práticas locais, inclusive suas crenças a respeito da própria comunidade e de sua integração ao meio ambiente. Integrar esses aspectos às práticas aumenta a efetividade da adaptação, mas exige, também, processos eficazes de suporte a decisão. Ações e estratégias a serem consideradas pelas nações integrantes do RIBER:

- Articulação estratégica: o planejamento e a implementação de adaptação podem ser mais eficazes através de ações integradas entre governos, grupos da sociedade civil e indivíduos;
- Planejamento de longo prazo: adaptações devem ter como foco inicial a redução da vulnerabilidade e da exposição a variabilidade do clima. Entretanto, soluções mal planejadas, imediatistas, podem comprometer resultados futuros;
- Preparação de novas lideranças: a combinação de limitações financeiras e humanas, coordenação governamental deficiente, incertezas sobre possíveis

impactos das decisões a serem tomadas, má avaliação de riscos, inadequada avaliação de investimentos, falta de líderes preparados, insuficientes monitoramento e controle das estratégias de adaptação, entre outros, podem comprometer seriamente os resultados esperados;

- Integrações estratégicas: estratégias de adaptação e mitigação devem ser combinadas, seja inter ou intra regiões e países, pois resultam em sinergias e benefícios mútuos.

Enfrentar a mudança climática é um trabalho complexo, que exige vontade política, engajamento da população e expertise técnica. É, entretanto, um caminho que deve ser seguido pelos governos Ibero-Americanos, não isoladamente, mas combinados com outras ações e regiões, de uma forma sistêmica, através da troca de melhores práticas entre países e da formação de redes colaborativas.

ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO

No atual cenário, as estratégias de mitigação passam a ser uma obrigação de todos os governos. Há diversas ações possíveis para limitar o aquecimento global em menos de 2°C até o fim deste século, o que, de acordo com o IPCC, representa um limite perigoso para o planeta. Essas estratégias devem objetivar substanciais reduções nas emissões para as próximas décadas almejando a “Emissão Zero” de GEEs. A dificuldade que se coloca aos governos é que implementar tais estratégias traz ameaças e desafios tecnológicos, econômicos, sociais e políticos. Análises de cenários futuros do clima apontam para concentrações de CO₂ que podem chegar entre 430 ppm a 720 ppm no ano 2100, dependendo de como irão se comportar as ações

de mitigação. O fato de que esse mesmo nível era por volta de 280 ppm no início do século XIX, nos dá uma mostra preocupante sobre o futuro da Terra e aponta para a necessidade urgente de se definir novos caminhos.



Reduzir o aquecimento abaixo de limites perigosos exige decisões políticas e apoio dos diversos atores sociais, exige ainda mudanças na forma de se conduzir negócios, no posicionamento dos consumidores e na gestão do bem público. Limitar o aquecimento em menos de 2°C exige reduzir de 40% a 70% a emissão de GEEs até 2050, e zerar esta emissão até 2100. Cenários futuros com aquecimento global menor que 2°C dependerão de medidas efetivas tomadas até 2050, sendo as mais urgentes: otimizar as tecnologias de remoção de carbono (CDR's); melhorar a eficiência energética das fontes de energia predominantes; quadruplicar as fontes de energia renovável; utilizar tecnologias de captura de CO₂ para combustíveis fósseis; desenvolver combustíveis eficientes a partir de biomassa.

As ações de mitigação não devem ser isoladas, mas articuladas em rede. Espera-se maior comprometimento entre os países para que gerem não somente ações concretas, mas acordos e trocas de experiências, além de apoio econômico e tecnológico uns aos outros. Os investimentos deverão seguir a lógica do PIB, mas também da responsabilidade de cada país em relação a emissão de GEEs. Espera-se que os países mais ricos apoiem cada vez mais os mais pobres com linhas de financiamento para ações ambientais, como forma de combater o aquecimento global e, também, para ajudá-los a alcançar melhores níveis social, econômico, educacional e tecnológico. Estas diretrizes devem ser integrantes de políticas globais de mudanças climáticas de cada país.

Nessa linha de discussões, o projeto RIBER enfatiza que cada país integrante deve considerar dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à sua responsabilidade no contexto da mudança climática, e o segundo deve refletir o seu potencial político, tecnológico, cultural e econômico para estratégias de adaptação e mitigação. Uma abordagem sistêmica de avaliação pautada no desenvolvimento sustentável, capaz de captar essas duas vertentes, deve ser conduzida, envolvendo órgãos e instituições nacionais e internacionais, possibilitando diagnósticos e prognósticos ambientais de cada país.

III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA AVALIAÇÃO DO TEMA MUDANÇA CLIMÁTICA E FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA

OBJETIVO GERAL



Promover uma rede Ibero-Americana solidária e sintonizada com os grandes desafios ambientais, sociais e econômicos que o século XXI no intuito de promover ações integradas de adaptação, mitigação para minimizar as mudanças climáticas em curso, favorecendo o desenvolvimento de novas tecnologias de baixo ou zero carbono.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Implementar as recomendações dos últimos relatórios globais sobre mudanças climáticas e suas as estratégias de adaptação e mitigação para o desenvolvimento sustentável;

Melhorar a percepção das potencialidades e responsabilidades de cada país em seu compromisso com a reversão das mudanças climáticas;

Incentivar uma rede de países Ibero-Americanos voltada, entre outros compromissos, para uma gestão integrada e eficiente de desenvolvimento sustentável da região;

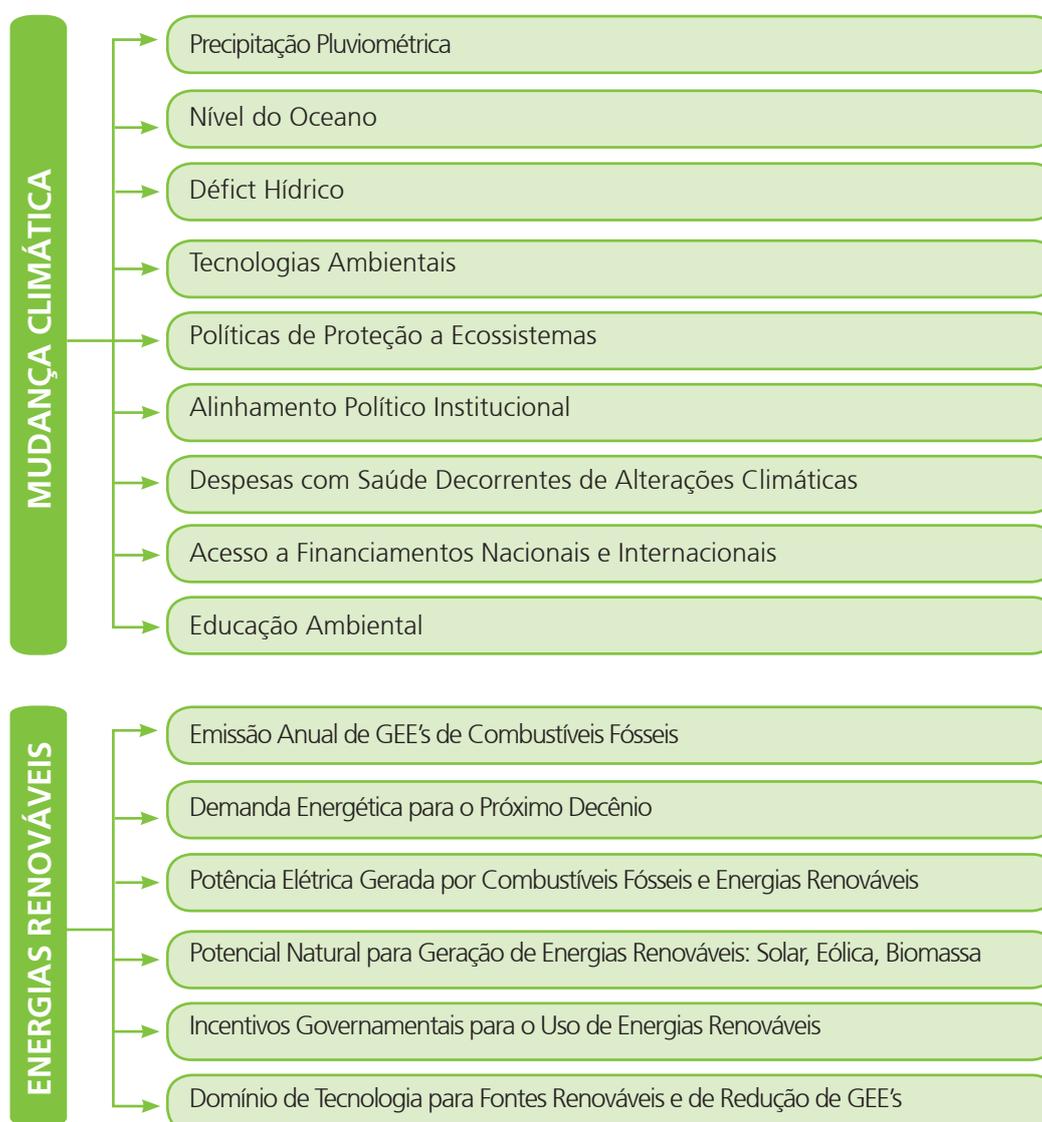
Estabelecer metas e prazos para que compromissos conjuntos, relativamente a estudos e ações voltados para adaptação e mitigação, possam começar a ser concretizados, bem como um programa de monitoramento desses compromissos;

Colaborar com os esforços globais de melhoria dos impactos ambientais locais, assim como das condições de vida das populações;

Apoiar a implementação de novas fontes de energias renováveis, de acordo com os recursos humanos, tecnológicos, econômicos e ambientais de cada país;

INDICADORES REFERENTES AO EIXO MUDANÇA CLIMÁTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS

Políticas de planejamento energético têm um papel vital nas estratégias governamentais de adaptação e mitigação. Abordagens integradas para o desenvolvimento de fontes de energias renováveis devem incluir análises de: custo-benefício, custo-efetivo e utilidade esperada da fonte, entre outros. Instituições habilitadas deverão conduzir este tipo de trabalho, devido a sua complexidade. Os indicadores apresentados, além do Environmental Performance Index - EPI de Yale, propiciam tanto um diagnóstico da presente situação de cada país com relação ao seu posicionamento ambiental, como dão suporte à definição de caminhos futuros a serem seguidos. No anexo ao final deste documento os indicadores são detalhados.



BENEFÍCIOS DOS INDICADORES

De modo geral, salvo o EPI, os indicadores propostos para mudança climática e energias renováveis focam em áreas críticas de cada país, algumas de alcance local, outras internacionais, como educação, cultura, economia, tecnologia, saúde, desenvolvimento econômico, políticas ambientalistas, geração de energia, responsabilidade no aquecimento global e mudanças climáticas.

Sua mensuração é um trabalho difícil, demorado, revestido de relativa complexidade, que exige decisões governamentais de alto nível, mas que uma vez iniciados e conduzidos apropriadamente, permitirão ter um panorama abrangente não somente do posicionamento atual do país no cenário mundial das mudanças climáticas, mas também possibilitarão avaliar seu potencial estratégico individual e em rede com os demais países ibero-americanos, para o enfrentamento dos desafios ambientais que se colocam a todos.

Outro objetivo dos indicadores é o de contribuir para o envolvimento dos cidadãos neste movimento mundial de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, aumentando o nível de conscientização individual e coletivo para os graves problemas com que a humanidade se defrontará nas próximas décadas. O monitoramento dos indicadores permite acompanhar os esforços de governo e sociedade direcionados à busca de soluções sustentáveis para a recuperação planetária.

DICAS DE GESTÃO

Economia Verde: incentivar através de leis, subsídios e redução de impostos os setores que impulsionam uma economia de baixo carbono, visando a melhoria do bem-estar humano através da redução significativamente de riscos ambientais e de escassez ecológica.

Programa Nacional de Energias Renováveis: reduzir impostos e definir linhas de crédito diferenciadas através de Bancos de Desenvolvimento ou Bancos Públicos para incentivar os investimentos em Energias Renováveis.

Transporte mais limpo: definir estratégias para a priorização de transportes coletivos não poluentes, assim como a substituição dos carros movidos a combustíveis fósseis por veículos com fontes renováveis de energia, reduzindo a extração de recursos escassos e as emissões que afetam os ecossistemas e que causam o aquecimento global.

IV. COMO FAZER?

MANNHEIM, ALEMANHA

Smart Grids

Mannheim, na Alemanha, é considerada uma Smart City (“cidade inteligente”). A cidade conseguiu conectar todos os lares na cidade por meio de uma rede de energia inteligente. O projeto é chamado de “Mannheim, Cidade Modelo” e tem como objetivo aumentar a eficiência no fornecimento de energia e conscientizar os moradores para o uso racional do recurso. Alemanha está na vanguarda no que diz respeito a cidades inteligentes e muitas experiências estão sendo desenvolvidas em cidades de todo o país. O interesse em Cidades Inteligentes levou à criação de um programa de financiamento chamado E-Energy que conecta tecnologias para economizar energia com sistemas de comunicação.

E-Energia é um programa de incentivos do Ministério Federal da Economia e Tecnologia (BMWi) em parceria com o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU). O programa tem como objetivo tornar mais eficiente o fornecimento de energia. Projetos piloto em seis regiões do país vão explorar uma nova maneira de monitoramento, com unidades descentralizadas de geração de energia que estão conectadas e são controladas por meio de uma rede inteligente (Smart Grid).

A rede de energia digital permite recolher, distribuir e atuar em relação às informações sobre os hábitos de consumo e uso da energia. A rede elétrica é uma colaboração entre várias redes, empresas de energia e geradores. O objetivo do Smart Grid é aumentar a eficiência no fornecimento de energia, assim como estudar e adaptar ao uso e necessidades de cada tipo de consumidor. Desta forma, torna-

se uma importante ferramenta para diminuir o consumo e as perdas de energia. Cada usuário tem uma senha num portal na internet, onde pode acompanhar e monitorar seu consumo de energia, os preços ou a quantidade de energia produzida pelas famílias e pelo fornecedor.

Alemanha

Promoção Nacional de Energias Renováveis

Ao oferecer incentivos financeiros a produtores de energia renovável, a Alemanha tem estimulado o setor e, simultaneamente, reduzido as emissões de CO₂. A lei para Fontes de Energia Renováveis (EEG) de 1991 foi o ponto de partida. Qualquer um que gera energia a partir de fontes fotovoltaicas, eólica ou hidráulica recebe o pagamento da “tarifa de injeção” do operador local do sistema, que é obrigado a adaptar a estrutura da rede e a operação para as necessidades das energias renováveis. Em 2006, a Alemanha cortou emissões em 68 milhões de toneladas de CO₂, como consequência de toda a energia renovável gerada.

OSLO, NORUEGA

Biogás e bio-fertilizantes a partir de resíduos alimentares e dejetos dos esgotos.

Em Oslo, na Noruega, um plano para melhorar a qualidade do ar está em vigor desde 2011, com metas de reduzir em 50% as emissões de gases de efeito estufa até 2030 e em 80% até 2050. Dentre as medidas desse plano estão anel de pedágio para os automóveis, rede de ciclovias, promoção de combustíveis alternativos e de veículos elétricos.

A produção de biogás e seu uso no transporte permite reduzir as emissões de CO₂, tornando o ar de Oslo muito mais limpo. As emissões de CO₂ liberadas pela combustão do biogás já

fazem parte do ciclo natural, ou seja, ao usá-lo evita-se uma nova adição de CO² na atmosfera. Além disso, diminui em 75% a emissão de óxidos de nitrogênio e reduz em 98% a emissão de material particulado (um dos poluentes mais nocivos para a saúde). Os veículos que utilizam o biogás apresentam cerca de 90% menos ruídos do que veículos que utilizam diesel. Por esses motivos, o biogás está entre os combustíveis mais ecologicamente corretos.

Em 2010, uma estação de tratamento de águas residuais foi inaugurada no distrito de Bekkelaget com a finalidade de produzir biogás. Essa estação produz biogás em quantidade suficiente para abastecer mais de 100 veículos pesados e trata o esgoto gerado por aproximadamente 40% da população da cidade. A lama residual que sobra da produção do biogás é utilizada como fertilizante agrícola, pois contém concentrações elevadas de diversos nutrientes, entre eles o fósforo.

Uma nova estação para a produção de biogás foi construída em Romerike, ao noroeste de Oslo. Inaugurada em dezembro de 2012, é a única usina de biogás e biofertilizantes na Europa que se baseia exclusivamente no desperdício de alimentos. A usina de Romerike tem capacidade para receber e reciclar 50 mil toneladas de resíduos alimentares por ano e produzir combustível suficiente para operar cerca de 135 ônibus e abastecer 100 fazendas de médio porte com biofertilizante no período de um ano. Ressalta-se que um ônibus pode circular um quilometro com biogás obtido a partir de dois quilos de alimento. Uma das razões que o município Oslo decidiu construir a usina de Romerike no município de Nes foi a proximidade com áreas agrícolas que podem se beneficiar com o biofertilizante.

VAASA, FINLÂNDIA

Westenergy (Energia de Resíduos)

Uma companhia sem fins lucrativos que opera numa área que cobre 50 pequenos municípios (400000 habitantes) produz vapor para dar calor (1/3 de toda a região) e energia para 7000 residências com uma eficiência energética de 85%. (www.westenergy.fi)

MILÃO, ITALIA

Linha de Metrô Alimentada por Energia Solar

A M1 (linha vermelha) do metrô de Milão, é alimentada com energia solar gerada a partir de uma usina localizada sobre o telhado da Azienda Trasporti Milanese, o depósito Precotto. Uma instalação de 23.000 m² com medidores de capacidade para produzir até 1,4 milhões de kilowatts de energia por ano. O projeto foi integralmente financiado por terceiros e construído por Delado Esco. Isto se traduz em economia para Azienda Trasporti Milanese e, portanto, para o cidadão comum. Além da economia financeira, este projeto tem reduzido muito as emissões de CO₂.

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

ACTALLIANCE - Stronger together: working for a climate-stable future

<http://www.actalliance.org/resources/publications/ACT-annual-report-WEB.pdf>

EARTH POLICY INSTITUTE – Providing a Plan to Save Civilization

<http://www.earth-policy.org/>
http://www.earth-policy.org/data_center/

EPI – Environmental Performance Index

<http://epi.yale.edu/>

EPI - The Nature Conservancy's Urban Water Footprint

<http://epi.yale.edu/indicators-in-practice/nature-conservancys-urban-water-footprint>
<http://water.nature.org/>

ETP Smart Grids

<http://www.smartgrids.eu/>

IEA- Renewables

<http://www.iea.org/topics/renewables/>

IEA- Medium-Term Renewable Energy Market Report 2014,

http://www.iea.org/W/bookshop/480-Medium-Term_Renewable_Energy_Market_Report_2014

INEP - Global Trends in Renewable Energy Investment 2014

http://www.unep.org/pdf/Green_energy_2013-Key_findings.pdf

IPCC, 2014. Summary for Policymakers. In Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability.

<https://www.ipcc.ch/report/ar5>

ONU – Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum, 1987.

<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>

PBMC – PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMATICAS

PBMC – Base Científica das Mudanças Climáticas

http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/documentos/RAN1_completo_vol1.pdf

PBMC – Impactos Vulnerabilidade e Adaptação

http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/documentos/RAN1_completo_vol2.pdf

PBMC – Mitigação de mudanças Climaticas

http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/documentos/RAN1_completo_vol3.pdf

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<http://www.pnuma.org/gobernanza/index.php>
http://www.pnuma.org/cambio_climatico/index.php
http://www.pnuma.org/cambio_climatico/publicaciones.php

Programa Cidades Sustentáveis - Boas Práticas

<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas>

THE GLOBAL COMMISSION ON THE ECONOMY AND CLIMATE – The New Climate Economy Report, 2014.

<http://www.newclimateeconomy.report>

http://static.newclimateeconomy.report/wp-content/uploads/2014/08/NCE_GlobalReport.pdf

THE NATURE CONSERVANCY

<http://www.nature.org/>

UNEP - Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. Nairobi, Kenya.

<http://www.unep.org/greeneconomy/GreenEconomyReport/tabid/29846/Default.aspx>.

UNEP - Green Economy and Trade – Trends, Challenges and Opportunities.

<http://www.unep.org/greeneconomy/GreenEconomyandTrade>

UNEP - Global Trends in Renewable Energy Investment 2014

http://www.unep.org/pdf/Green_energy_2013-Key_findings.pdf

WWF – WORLD WIDE FOUND

<http://wwf.org/>

WWI World Watch Institute

<http://www.worldwatch.org>

SMART GRIDS – Forum Latinoamericano

www.smartgrids.com.br

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, J.C e CAJAZEIRA, J.E.R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável.** São Paulo: Saraiva, 2012.

BROWN, L. Plano B4.0 **Mobilización para Salvar la Civilización**

http://wwiuma.org.br/plano_b.pdf

BROWN, L. **The Great Transition: Shifting from Fossil Fuels to Solar and Wind Energy.** Earth Policy Institute, 2015.

GORE, A. O Futuro – **Seis Desafios para Mudar o Mundo.** São Paulo: Ed. HSM, 2013

GUILDING, P. **The Great Disruption.** Bloomsbury Press, 2011.

HARDING, S. **Terra Viva,** São Paulo: Cultrix, 2006

HAWKWEN, P., et al **Capitalismo Natural – Criando a Próxima Revolução Natural.** São Paulo: Cultrix, 2000

DOWBOR, L. et al. **Renewable Energy in Brazil – Núcleo de Estudos do Futuro, NEF, PUC-SP.** Editora Brasileira, São Paulo 2012

KAPRA, F. **O Tao da Física**, Lisboa: Editorial Presença, 1989

LASZLO, C. e ZHEXEMBAYEVA, N. **Sustentabilidade Incorporada**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

LOVELOCK, J. **The Revenge of Gaia**, London: Penguin, 2006

McAULEY, D. et al. **Marine defaunation: Animal loss in the global ocean**. Science Vol. 347 no. 6219, 2015.

SACHS, I. **Desenvolvimento, inovação e sustentabilidade: contribuições de Ignacy Sachs** – Ed. Garamond Universitária, Rio de Janeiro, 2014

SIKAMÄKI J. et al. **Mapping the Value of Ecosystem Services in Latin America and the Caribbean**, Resources 188, 2015

http://www.rff.org/RFF/Documents/RFF-Resources-188_web.pdf

TERCEK, M., ADAMS, J. **Nature's Fortune: How Business and Society Thrive by Investing in Nature**. Basic Books, 2103.



BIODIVERSIDADE: CAPITAL NATURAL E SOCIAL

I. O QUE SE ENTENDE POR BIODIVERSIDADE, CAPITAL NATURAL E SOCIAL



O estudo da biodiversidade dá-se em qualquer meio, de qualquer localidade, seja rural, urbano, costeiro, aquático, aéreo, terrestre e contempla os fenômenos de variabilidade das espécies nestes meios. O campo de estudo permite que se percebam duas dimensões de capital na biodiversidade: a natural e a social. A natural é a reveladora da vida, mostra o que se manifesta, existe, enquanto que o capital social indica ação humana focada nessa temática e o acúmulo de conhecimento dos diferentes indivíduos de uma rede social.

As questões ligadas à biodiversidade são centrais no desenvolvimento sustentável e na harmonia entre a natureza e a sociedade. O quanto preservamos? O que afetamos com o que produzimos? Com quais riscos trabalhamos? Somos social e ambientalmente eficientes? Nas performances de mercado, o retorno financeiro é benéfico para a vida no planeta? Muitas são as facetas do multifenômeno biodiversidade. Elas se revelam nos processos das espécies, da sua geração até a manutenção. Esses processos, que seguem a vida e suas possibilidades, se mostram em muitas óticas nas espécies, a exemplo da diversidade de comunidades/populações, na variabilidade genética, na multiplicidade de ecossistemas e paisagens, como também nas relações com o meio.

A biodiversidade, é uma concepção mais moderna do que foi a da diversidade. Inicialmente a diversidade indicava a riqueza de espécies, que evoluiu para uma riqueza das espécies pela diversidade genética, até chegar na concepção da diversidade ecológica. Desta visão de diversidade biológica passa a se difundir em meados dos anos 90, como o conceito da biodiversidade.

Sua importância está nas considerações sobre a distribuição, equilíbrio e harmonia das espécies, incluindo seu comportamento. Como a natureza é o meio onde são pesquisados e extraídos recursos e soluções para desenvolver produtos, a biodiversidade revela neste ponto questões sobre pesquisa e patentes. Em pesquisa, pode-se focar as que buscam identificar espécies que se ressentem das mudanças em seu meio, com foco em mitigar estes problemas ou efetivar melhorias para uma ou mais espécies. Em patentes, sua importância ocorre no vínculo entre o patrimônio genético de espécie com sua propriedade, fato que pode gerar uma perspectiva difusa em relação aos benefícios econômicos e os direitos referentes ao capital natural.



O vínculo entre capital social e a biodiversidade está na força que os atores sociais produzem em termos de valorização da vida, seja combatendo a extinção de espécies, ou ainda promovendo melhores condições ambientais e usufruindo localmente ou de forma integrada, da riqueza genética de uma região. O capital social, assim, se mostra pela confiança social, pela troca de experiências e conhecimentos, pelo associativismo e responsabilidade social, ou seja, a uma rede de relações que contribuem para que os bens sejam compartilhados e, no caso da biodiversidade, preservados. Atores que se comprometem com o prestígio da vida e das espécies, que acrescem eventos, criam entidades, desenvolvem pesquisa, ciência e tecnologia, são exemplos do capital social aplicado a biodiversidade

FIGURA 1. FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL



Fonte: BOECK et alli (2006)

Estas redes podem ser definidas como um conjunto de 'nós' interconectados, onde cada nó pode ser uma pessoa ou um grupo interessado na promoção e preservação da natureza. Uma rede de indivíduos, assim como um tecido, é uma malha de relacionamentos cujos vínculos possuem densidades diversas, o que contribui para o acúmulo de saberes e a inovação. Portanto, na reciprocidade de relacionamentos, na confiança entre partes, e nas parcerias em rede

entre instituições democráticas e a comunidade, é que se fortalece a solidariedade e a equidade na lida com o capital natural.



Dada a gama crescente de problemas e desafios que pautam o desenvolvimento sustentável e o planeta, que abordam as mudanças climáticas, a poluição e os recursos declinantes, e um modelo de consumo e produção ainda calcado em paradigmas nocivos à natureza, é natural a tomada de posição por parte de atores. Assim, o envolvimento de pessoas, comunidades, associações civis de forma geral em estruturas de rede, capacitando-as para que, juntamente com os poderes público e econômico, encontrem novos caminhos para a humanidade e a vida no planeta.

Já foi comprovado pela NASA e a NOAA que 2014 foi ano mais quente que se tem notícias (desde 1880), e de fato 10 dos anos mais quentes aconteceram na ultima década. O impacto desse aumento na temperatura, resultado da atividades humanas " o Antropoceno " é crítico em termos da Segurança Alimentar em particular pensando no aumento da população mundial : mais pessoas e menos alimentos !

É pelo capital social que a manutenção e preservação da biodiversidade pode ser alicerçada, por meio dos vínculos sociais que mantemos e que permeiam instituições atuais e outras que venham a ser criadas para a valoração da biodiversidade, por meio de redes de engajamento e de normas que possam reger de maneira adequada ações ou fatos que afetam a biodiversidade; e conforme colocado no principio de ecossociosustentabilidade de Ignacy Sachs precisamos transformar a relação entre sociedade e natureza promovendo esforços para que o social esteja no comando, o ecológico enquanto restrição assumida, e o econômico recolocado em seu papel instrumental.

II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER A BIODIVERSIDADE O CAPITAL NATURAL E O SOCIAL

A biodiversidade é em si mesma um termômetro que indica grau das adequações na manutenção da vida. Espécies ameaçadas ou em vias de extinção, são reflexos do impacto da agressão ambiental, como impactam positivamente o desenvolvimento de pesquisas sobre a biodiversidade. Recentemente pesquisadores comprovaram que há sinais claros de que os seres humanos têm prejudicado enormemente os oceanos, e não só pela exploração de certas espécies mas ainda maiores danos como resultado de perda de habitat em larga escala, o que tende a acelerar.



A promoção da biodiversidade passa pela criação de programas de educação ambiental, pois está diretamente relacionada ao comportamento da sociedade. Preservar é uma questão de consciência e por isso deve ser trabalhada desde os primeiros graus através da educação formal com a inclusão de temas de sustentabilidade nos currículos escolares. Os estudos sobre o consumo consciente, preservação da água, reciclagem, uso de fontes renováveis de energia, podem fazer toda a diferença na formação de crianças, jovens e adultos, resultando em impactos positivos para o planeta, agora e no futuro.

As políticas ambientais dos Estados Ibero-Americanos devem considerar temas como: a criação de áreas de preservação permanente; criação e manutenção de áreas verdes em centros urbanos; monitoramento da qualidade do ar e água; estabelecer multas e punições severas para crimes de desmatamento ilegal, queimadas, poluição dos rios, tráfico de animal silvestres e contaminação do solo; dentre outras. Assim, coloca-se a problemática ambiental no centro da agenda dos órgãos governamentais, visando o desenvolvimento harmonioso e equilibrado de nossa civilização.

A mobilização de grupos privados em aderir a iniciativas como o Pacto Global e o Carbon Disclosure Project são de fundamental importância para a preservação dos ecossistemas. Além disso, ressalta-se a importância de disseminar e praticar o conhecimento de documentos como a 'Carta da Terra'. O engajamento multistakeholder é de extrema importância para a formação de redes de ações pela sustentabilidade, fortalecendo o capital natural e social das nações.



A crise ambiental está mostrando que chegou o momento de transição para uma nova economia não mais baseada no consumo e no desperdício, o que significa grandes problemas globais em termos do Capital Natural, mas ao mesmo tempo uma oportunidade para promover através do Capital Social e o indispensável Desenvolvimento Sustentável.

III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O TEMA DA BIODIVERSIDADE O CAPITAL NATURAL E O SOCIAL

As políticas ambientais dos Estados Ibero-Americanos devem considerar temas como: a criação de áreas de preservação permanente; criação e manutenção de áreas verdes em centros urbanos; monitoramento da qualidade do ar e água; estabelecer multas e punições severas em relação ao desmatamento ilegal, queimadas, poluição dos rios, tráfico de animal silvestres e contaminação do solo; dentre outras. É importante colocar a problemática ambiental no centro da agenda dos órgãos governamentais, visando o desenvolvimento harmonioso e equilibrado de nossa civilização, e da vida como um todo. Para essa finalidade é preciso contar com indicadores que permitam fazer um planejamento e acompanhamento de política e planos de governo relacionados a Biodiversidade.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver redes locais para a formação de capital social que promova, incentive e participe ativamente na preservação da biodiversidade.

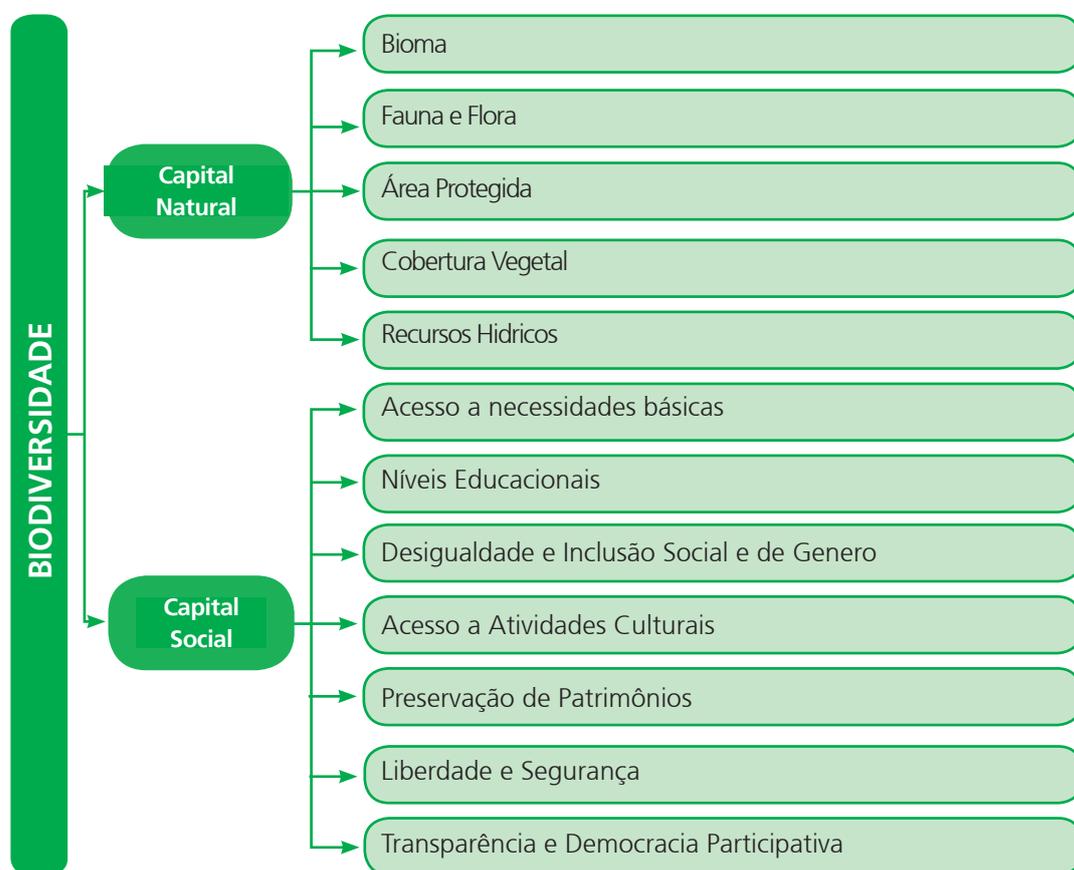
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Garantir a preservação da fauna e da flora nas florestas dos países;
2. Criar redes de conhecimento e de ações para a promoção do capital natural;
3. Solidificar leis e regulamentos que protejam a natureza, fortalecendo áreas de preservação permanente e reservas legais;
4. Estimular projetos e programas que promovam a sustentabilidade;
5. Proteger, regenerar e ampliar a biodiversidade;

INDICADORES REFERENTES AO EIXO BIODIVERSIDADE

Alguns indicadores são úteis para o estudo da biodiversidade e servem para mensurar diferentes ângulos de seus fenômenos, essencialmente aspectos referentes ao capital natural, como também o capital social.

Políticas de planejamento energético têm um papel vital nas estratégias governamentais de adaptação e mitigação. Abordagens integradas para o desenvolvimento de fontes de energias renováveis devem incluir análises de: custo-benefício, custo-efetivo e utilidade esperada da fonte, entre outros. Instituições habilitadas deverão conduzir este tipo de trabalho, devido a sua complexidade. Os indicadores apresentados propiciam tanto um diagnóstico da situação de cada país com relação ao seu posicionamento ambiental, como dão suporte à definição de caminhos futuros a serem seguidos. No anexo ao final deste documento os indicadores são detalhados.



BENEFÍCIOS DOS INDICADORES

Fazer um acompanhamento permanente referente ao cuidado com os recursos naturais e a biodiversidade, monitorar projetos e programas que promovam a sustentabilidade e o capital social.

DICAS DE GESTÃO

Preservação do Patrimônio Cultural: promover a preservação e a manutenção do patrimônio cultural construído através de uma política que garanta: a proteção de acervos; ações de restauração de bens culturais protegidos, em estado de conservação ruim e de patrimônios da humanidade; atividades e ações de educação patrimonial; documentação e difusão de inventários; instalação de alarmes contra furtos e sistemas de proteção contra incêndio em espaços de interesse cultural.

Política Nacional de Educação Ambiental: estabelecer uma política nacional de educação ambiental com o intuito de expandir a consciência dos indivíduos através da construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

Conselhos Gestores Locais: definir estratégias de descentralização de poder para a formação de conselhos gestores locais, no intuito induzir a formação do capital social local para a construção de agendas públicas que combinem o capital social com a formação de redes e soluções criativas para a resolução de problemas sociais.

IV. COMO FAZER?

Para sintetizar os conceitos apresentados sobre biodiversidade: capital natural e social seguem abaixo exemplos práticos bem-sucedidos que podem servir como modelo ou inspiração para países Ibero-americanos mostrando que é possível compatibilizar desenvolvimento econômico com participação social e preservação do meio ambiente.

A TRANSFORMAÇÃO DO PARQUE BISHAN ANG MO KIO EM SINGAPURA

Situado no coração de Singapura, o Bishan Park é um dos espaços verdes mais populares da cidade, com mais de 3 milhões de visitantes anuais. Uma das atrações de destaque é um antigo canal de concreto hoje transformado

em um rio, recuperando o ambiente natural e a biodiversidade do local. O projeto faz parte da iniciativa ABC Waters - Active, Beautiful, Clean Waters (ABC Água - ativa, bonita, limpa), uma iniciativa de longo prazo para ampliar os corpos de água do país em espaços novos e vibrantes, promovendo a recreação e a conexão da comunidade com a natureza.

Foram redesenhados 62 hectares de parque considerando os processos dinâmicos do sistema fluvial e proporcionando o máximo de benefícios para os usuários do parque. O canal de 2,7 km de drenagem longa e reta de concreto foi restaurado e transformado num sinuoso e natural rio de 3 km de comprimento. (Ver: http://blogs.gsd.harvard.edu/loeb-fellows/files/2012/11/AD-Ref_Singapore_Bishan-Park.pdf).

“VISÃO VERDE” DE SAN JOSÉ, NA CALIFÓRNIA

“Visão Verde” é um plano ambicioso de 15 anos para promover a sustentabilidade, enfrentar as mudanças climáticas e gerar desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos de San José.

Para a terceira maior cidade da Califórnia, não é novidade a preocupação com as questões ambientais. A cidade tem altas taxas de reciclagem, estratégias de conservação das águas e programas de energias renováveis desde o início dos anos 1980.

Dentre as metas do plano podemos destacar: a) gerar 100% de energia elétrica da cidade a partir de fontes de energia limpas e renováveis; b) criar 25 mil empregos em tecnologias limpas até 2022; c) construir ou retrofit de 4.645.152,2m² de edifícios verdes; d) desviar 100% dos resíduos dos aterros para reciclagem (estratégia de resíduo zero); e) reciclar ou reutilizar 100% das águas residuais; f) plantar 100.000 novas árvores; g) substituir 100% da iluminação pública por iluminação inteligente com zero emissões; outras.



Embora ambicioso, o plano “Visão Verde” de San Jose tem boas chances de ser bem sucedido, devido à localização da cidade no Vale do Silício e à sua tradição em inovação. Os progressos obtidos já posicionam a cidade como líder mundial em tecnologia limpa e sustentabilidade urbana. Para atingir as metas estabelecidas por San José tem sido fundamental a formação de redes e de parcerias com diferentes organizações da sociedade. (Ver: <http://www.sanjoseca.gov/index.aspx?NID=2737>).

PARAGOMINAS COMBATE O DESMATAMENTO E VIRA EXEMPLO DE SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

A cidade de Paragominas foi a primeira, ao lado de Lucas do Rio Verde (Mato Grosso - Brasil), a implantar o projeto “Município Verde”, lançado pelo governo federal entre 2007 e 2008, para municípios da Amazônia. O prefeito da cidade conseguiu a assinatura de 51 entidades locais para o Pacto pelo Desmatamento Zero, o qual acabou com o desmatamento, implantou a educação ambiental para 30 mil alunos das escolas e regularizou terras do município.



O maior desafio foi gerar riqueza sem desmatar, a partir de fórmulas criativas de utilização das áreas disponíveis e garantir o desenvolvimento local sustentável. Até 2008, a cidade já tinha perdido 43% de sua área de floresta por conta das atividades locais que provocavam o desmatamento.

Com este Pacto, a cidade conta com um programa de reflorestamento que planta cerca de 10 mil árvores por ano, por meio de processos de produção sustentável (socialmente justo, sem o uso de trabalho escravo ou infantil e sem recursos provenientes do desmatamento). A partir de sua implementação, Paragominas foi o primeiro município brasileiro a sair da lista do Ministério do Meio Ambiente dos municípios que mais desmatam na Amazônia (o segundo foi retirado em 2011). (Ver: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/09/paragominas-no-pa-vira-exemplo-de-desenvolvimento-sustentavel.html>).

ESCOLAS SUSTENTÁVEIS EM BARCELONA

Em 2001, foi criado o Programa Agenda 21 Escolar Barcelona, com o intuito de envolver diretamente a comunidade educativa na Agenda 21 Local e impulsionar os seus estímulos para a sustentabilidade. Este Programa, promovido pelo Departamento da Câmara Municipal, em colaboração com a Fundação AGBAR e com o Instituto Municipal de Educação, é desenhado para facilitar o envolvimento das escolas no projeto global de construir um mundo melhor e mais sustentável, começando com a intervenção no ambiente imediato.



Os temas trabalhados neste programa são: segurança alimentar e agricultura sustentável; energia sustentável (acesso, eficiência e energias renováveis, indústria verde, eficiência de materiais e redução de resíduos); cidades sustentáveis e áreas urbanas; gestão da água e saneamento; gestão sustentável dos oceanos (economia azul); prevenção de desastres naturais e adaptação às mudanças climáticas, biodiversidade, florestas e outros ecossistemas.

Desde o início do projeto, as escolas participantes desenvolveram inúmeras iniciativas para melhorar a própria escola e o meio ambiente. A cada ano novos centros de comunicação foram abertos para que os programas fossem difundidos e aprofundados, e muitos projetos comunitários foram instituídos. A criação de uma Rede de Escolas Sustentáveis e o crescimento no número de escolas participantes a cada ano comprovam a sustentabilidade e importância do programa. (Ver: <http://www.sostenibilitatbcn.cat/index.php/agenda-21-escolar> e

<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/escolas-sustentaveis-em-barcelona>).

CULTIVANDO ÁGUA BOA: UM MOVIMENTO PELA SUSTENTABILIDADE

A maior hidrelétrica do mundo em geração de energia é também a promotora do mais abrangente programa de cuidado com as águas em desenvolvimento no setor elétrico brasileiro. O Cultivando Água Boa é uma ampla iniciativa socioambiental concebida a partir da mudança na missão institucional da Itaipu Binacional, promovida em 2003.

O Cultivando Água Boa parte do reconhecimento da água como recurso universal e, portanto, um bem pertencente a todos. Trata-se de uma estratégia local para o enfrentamento de uma das mais graves crises com as quais a humanidade já se defrontou: as mudanças climáticas, que põem em risco a sobrevivência humana e estão diretamente relacionadas com a água e seus usos múltiplos (a produção de alimentos e de energia, o abastecimento público, o lazer e o turismo).

Para prevenir essas alterações no clima, o programa estabelece uma verdadeira rede de proteção dos recursos da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, localizada no oeste do Paraná, na confluência dos rios Paraná e Iguazu.

As ações vão desde a recuperação de microbacias e a proteção das matas ciliares e da biodiversidade, até a disseminação de valores e saberes que contribuem para a formação de cidadãos dentro da concepção da ética do cuidado e do respeito com o meio ambiente. Mais do que um projeto ambiental, o Cultivando Água Boa é um movimento de participação permanente, que envolve a atuação de aproximadamente 2 mil parceiros, dentre órgãos governamentais, ONGs, instituições de ensino, cooperativas, associações comunitárias e empresas.

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

CLAES – CENTRO LATINOAMERICANO DE ECOLOGIA SOCIAL

<http://ambiental.net/claes/>

EARTH CHARTER - Teaching a Sustainable Lifestyle. A Guideline for Second Cycle Teachers of Basic General Education.

http://www.earthcharternederland.nl/upload/cms/230_Teachers_guidebook.pdf

EARTH POLICY INSITUTE – Providing a plan to Save Civilization

<http://www.earth-policy.org/>

EARTH POLICY INSITUTE – Eco-Economy Indicators

<http://www.earth-policy.org/publications/C39>

EPI – ENVIROMENTAL PERFORMANCE INDEX

http://epi.yale.edu/files/2014_epi_report.pdf

FUNDO VALE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

http://www.fundovale.org/media/87496/fundovale_municipiosverdes_julho2012.pdf

FORUM FOR THE FUTURE – The Five Capitals

<http://www.forumforthefuture.org/project/five-capitals/overview>

<http://www.forumforthefuture.org/sites/default/files/project/downloads/five-capitals-model.pdf>

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

<http://www.ibama.gov.br>

IBGE – IDS Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm

MMA – SAIC Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania

Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

http://desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1283453599.pdf

MCTI - GRUPO DE TRABALHO EM PREVISÃO CLIMÁTICA SAZONAL (GTPCS)

http://www.mcti.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/jlPU0I5RgRmq/content/aldo-enfatiza-papel-de-grupo-de-cientistas-para-reduzir-danos-do-clima?sessionId=6423B4D12D5B7BCDC5585E763681C144?redirect=/&

http://www.cptec.inpe.br/~rupload/arquivo/GTPCS_Nota04_25112014.pdf

MP – MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO

<http://www.planejamento.gov.br/central.asp?p=publicacoes>

PROGRAMA CIDADES SUTENTAVEIS

<http://www.cidadessustentaveis.org.br/>

<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas>

PUCSP - CATEDRA IGNACY SACHS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

<http://ecossociodesenvolvimento.org/ecossociodesenvolvimento/>

RedLACES- RED LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE ECOLOGÍA SOCIAL

<http://www.ecologiasocial.com/>

ROUTLEDE Sustainability Hub

<http://www.routledgetextbooks.com/textbooks/sustainability/community.php>

<http://www.routledgetextbooks.com/textbooks/sustainability/>

SPI – SOCIAL PROGRESS INDEX

<http://www.socialprogressimperative.org/data/spi>

TRANSPARENCY - CORRUPTION PERCEPTION INDEX

<http://www.transparency.org/cpi2014>

UN GLOBAL COMPACT

<https://www.unglobalcompact.org/>

https://www.unglobalcompact.org/docs/publications/LN_Report_2013.pdf

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ASSENG, S. et al. **Rising temperatures reduce global wheat production.** Nature Climate Change, 2014 <http://www.nature.com/nclimate/journal/vaop/ncurrent/full/nclimate2470.html>

BiBOECK, T. et al. **The Context of Risk Decisions: Does Social Capital Make a Difference?** Vol.7, No.1, Art.17, 2006. <http://tinyurl.com/d9u6ft>

CONTI, D. **Uma abordagem do tema: Gestão Social.** Revista Iluminart do IFSP, v. 1, n. 4, p. 162-170, abr 2010.

GUEVARA, A. (org). **Educação para a Era da Sustentabilidade.** Ed. Saint Paul, 2013.

GUILDING, P. **The Great Disruption.** Bloomsbury Press, 2011.

JUNQUEIRA, L. **A Gestão Intersetorial das Políticas Sociais e o Terceiro Setor.** Revista Saúde e Sociedade, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan-abr, 2004.

McCAULEY, D. et al. **Marine defaunation: Animal loss in the global ocean.** Science Vol. 347 no. 6219, 2015.

PORRITT, J. **Capitalism As If The World Matters**

<http://www.jonathonporritt.com/blog/capitalism-if-world-matters>

PUTNAM, R. D. **Social capital: measurement and consequences.** In: **International Symposium on The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being.** Québec: Human Resources Development Canada and OECD, (2000)

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002



RESILÊNCIA

I. O QUE ENTENDEMOS POR RESILIÊNCIA

Vivemos um tempo caracterizado pela velocidade e amplitude de transformações tecnológicas, sociais e econômicas. Isso demanda uma grande capacidade de adaptação ao novo, tanto de indivíduos como de instituições. Busca-se a flexibilidade de estrutura e até mesmo de vida pessoal, como forma de ajuste às novas condições e necessidades.



Por vezes, mudanças podem ocorrer de forma gradual, onde os impactos se movem de forma mais ou menos contínua e previsível. Em outros casos, a mudança é súbita, desorganizada e turbulenta, refletindo em profundos impactos climáticos, impondo imensos desafios para as regiões do globo mais vulneráveis ou propensas a desastres naturais. O estudo da resiliência enfoca a interação e a dinâmica entre os períodos de mudança gradual e súbita e como devemos nos adaptar a estas circunstâncias.

De acordo com os pesquisadores do Stockholm Resilience Centre, a resiliência pode ser definida como a capacidade de longo prazo para um sistema lidar com variações ou mudanças e continuar a se desenvolver. Para um ecossistema como uma floresta, isso pode envolver lidar com tempestades, incêndios e poluição, enquanto para uma sociedade envolve a habilidade para lidar com as incertezas políticas ou desastres naturais de uma forma que seja sustentável no longo prazo.

A resiliência é, pois, um conceito que tem sido utilizado para explicar fenômenos que superam ou transcendem situações desfavoráveis. Trata-se de um tema de extrema importância, pois implica em maior conhecimento de como podemos fortalecer a capacidade de resistência da sociedade e da natureza, aprendendo a lidar com as tensões causadas pelas alterações climáticas e outros impactos ambientais.



Cidades ou países resilientes são os que conseguem se recuperar rapidamente dos impactos de catástrofes naturais ou de efeitos de condições econômicas e/ou sociais desfavoráveis ou de situações extremas como revoltas ou guerras.

Uma série de evidências e de Relatórios Climáticos aponta para uma situação em que os períodos de mudança abrupta devem se tornar mais presentes, aumentando tanto em frequência como em magnitude. Isto desafia a capacidade de adaptação das sociedades modernas.



Em particular em relação as mudanças climáticas a CEPAL já vem alertando sobre as vulnerabilidades da América Latina; no entanto não só em relação a impactos climáticos que a América Latina como um todo precisa desenvolver Resiliência, são também Megatendências Globais emergentes tais como : A Crescente Interdependência entre as Economias, O Crescente Intervencionismo dos Governos nas Economias, A Crescente relevância das Novas Tecnologias de produção e de gestão de Riqueza, A Crescente relevância dos Serviços para Geração de Riqueza, A crescente Consolidação dos Mercados. O impacto e convergência dessas Megatendências será mais desafiador para os países e/ou Regiões em desenvolvimento.

Em Sínteses Cidades e Países resilientes resilientes preparam-se para reagir a eventos extremos ou grandes adversidades de maneira organizada, reduzindo danos materiais e perdas de vida, bem como agindo proativa e sinergicamente perante Megatendências Globais. Possíveis riscos podem ser previstos, e possíveis oportunidades alavancadas a partir de instrumentos de gestão, como a análise SWOT, e metodologias de prospectiva estratégica (estudos do futuro).

II. CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA RESILIÊNCIA

Organizações Internacionais como o Banco Mundial e o PNUD estão recomendando aos países a criação de centros de estudos em resiliência, assim como a adoção da temática ao nível local e/ou regional. Para essa finalidade é importante incorporar as recomendações e exemplos sobre Resiliência da Rockefeller Foundation, que em particular indicam que os projetos de adaptação são mais efetivos quando envolvem tanto a infraestrutura quanto o lado institucional e comunitário.

Um exemplo concreto deste tipo de iniciativas é a do Governo da Malásia que tem como Visão a construção de uma nação resiliente promovendo a unidade, inculcando o espírito de patriotismo, nutrindo maturidade política, cultivando uma sociedade mais tolerante sociedade e do cuidar e com valores positivos, e elevando a qualidade de vida bem como aumentando a resiliência econômica do país (<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/APCITY/UNPAN017502.pdf>).

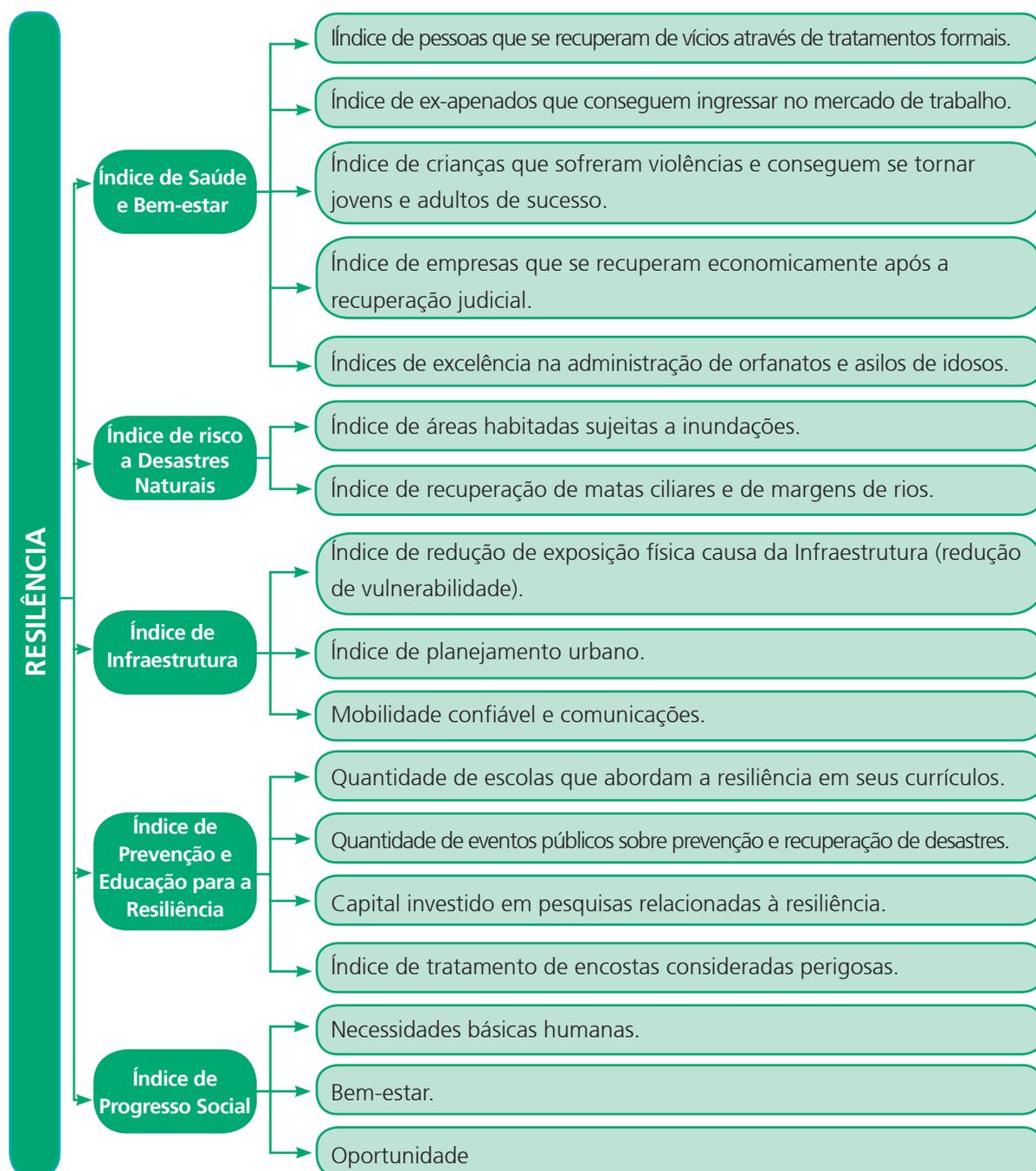
POLÍTICAS PARA CRIAR RESILIÊNCIA:

Em 2030, segundo as Nações Unidas, mais de 80% da população mundial irá morar em áreas urbanas, e na América Latina a porcentagem será ainda maior, chegando a casa dos 90%. Pode-se imaginar que a demanda de bens e serviços seguirá no mesmo caminho de crescimento, associada a complexidade de riscos de toda ordem: mudanças climáticas, falta de alimentos e desestabilidade econômica, escassez de água potável, problemas de saúde, entre outros tópicos. Como consequência, o desenvolvimento humano e a redução da vulnerabilidade não podem esperar e é preciso o aprimoramento do desempenho das sociedades e pessoas, mas sempre considerando o contexto local particular e sua potencial exposição a ameaças e fragilidades. A identificação dos tópicos e o desenvolvimento de estratégias para enfrentar estas realidades são vitais, assim como o estabelecimento de políticas para atingir precisão na tomada de decisão em termos do investimento dos recursos.



INDICADORES REFERENTES AO EIXO RESILÊNCIA

Pela amplitude de temas relacionados com a Resiliência, é necessário agrupar as variáveis em índices sintéticos, que permitam sua desagregação para avaliações pontuais.



ÁSIA E PACÍFICO

Ásia-Pacific Regional Human Development Report (APHDR)

É um importante recurso e instrumento para exploração de desenvolvimento crítico. Este Relatório trata de políticas e ações do ponto de vista de desenvolvimento humano, colocando o povo como centro dos debates sobre o desenvolvimento. A visão regional muitas vezes é mais adequada para as dimensões que ultrapassam as fronteiras dos países, visto que os desafios para o desenvolvimento muitas não se limita ao espaço geográfico interno.

Envolvem-se diversos stakeholders da região da Ásia e do Pacífico: governo, sociedade civil, academia, institutos de pesquisa, mídia, grupos religiosos, setor privado e outros, trazendo suas próprias perspectivas e experiências.

Vários aspectos são foco de tal organização, tais como: os efeitos humanos da mudança climática, produzindo para o futuro, consumo justo e balanceado, elevação do nível da resiliência rural, construção de cidades mais verdes e melhor planejamento geral para o Planeta.

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

CAF- BANCO DE DESARROLLO DE AMERICA LATINA – Actividades a Nivel Global para Fortalecer la Proyeccion Interancional de America Latina.

http://www.caf.com/media/2533810/caf_en_el_mundo_2014.pdf

CAF- BANCO DE DESARROLLO DE AMERICA LATINA - La creciente pero vulnerable clase media de América Latina. Patrones de expansión, valores y preferencias.

http://publicaciones.caf.com/media/42077/caf_creciente_vulnerable_clase_media_america_latina_politicas_publicas.pdf

CAF- BANCO DE DESARROLLO DE AMERICA LATINA - Por una América Latina más segura. Una nueva perspectiva para prevenir y controlar el delito.

<http://publicaciones.caf.com/media/41017/focus-america-latina-seguridad-delito.pdf>

<http://publicaciones.caf.com/media/40777/reporte-economia-desarrollo-seguridad-control-delito.pdf>

CAF- BANCO DE DESARROLLO DE AMERICA LATINA - Desarrollo del Programa Estratégico de Mitigación del Cambio Climático.

http://publicaciones.caf.com/media/42417/desarrollo_estrategia_mitigacion_cambio_climatico.pdf

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ADPC : **Governança Urbana e Guia de Resiliência em Avaliação de Risco em Cidades** (2010) Uma serie de guias destinados a aumentar a conscientização sobre os desafios que os governos locais enfrentam na redução de risco de desastres. <http://tinyurl.com/cxbgquh>

ARBACHE, J. **Megatendências Globais e o Brasil, Jornal Valor**, Jan 2105.

BANCO MUNDIAL: **Guia para Adaptação às Mudanças Climáticas nas Cidades Banco Mundial**, 2011: <http://go.worldbank.org/EEBXSYP0>

BANCOMUNDIAL: **Avaliações de Risco Urbano: Em Direção a Uma Abordagem Comum (2011) Uma estrutura para a realização de avaliação de risco urbano, buscando reforçar a coerência e o consenso sobre como as cidades podem planejar para os desastres naturais e as mudanças climáticas.** <http://go.worldbank.org/VW5ZBJBHA0>

BARLAT, I. et al: **O Conceito de Resiliência Aplicado ao Trabalho nas Organizações**, 2008. <http://www.psicorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP041a5/RIP04211.pdf>

BITAR, Sergio. **Global Trends and the Future of Latin America, Why and How Latin America should think about the future. Mega Tendências** , 2013.

GFDRR: **Cidades Resilientes às Alterações Climáticas: Noções Básicas Sobre Redução de Vulnerabilidades de Desastres**, Banco Mundial, UNISDR (2008). Uma noção básica sobre redução de vulnerabilidade a desastres relacionados com o clima, com estudos de caso e planilhas. <http://tinyurl.com/ycuaqyn>

GFDRR: **Cidades e Inundações: Um Guia para a Gestão Integrada de Risco de Inundação Urbana para o século 21**. Banco Mundial, 2012: www.gfdr.org/urbanfloods

GFDRR: **Inroads of Resilience Report**. 2013 http://www.gfdr.org/sites/gfdr/files/publication/GFDRR_AR_FY13.pdf

GFDRR: **Open Data for Resilience Initiative Field Guide**, 2014. https://www.gfdr.org/sites/gfdr/files/publication/pendri_fg_web_20140629b_0.pdf

GFDRR: **“Managing Disaster Risks for a Resilient Future”** 2014. http://www.gfdr.org/sites/gfdr/files/publication/Sendai_Report_051012_0.pdf <http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMMINT/Documentation/23283830/DC2012-0013%28E%29DRM.pdf>

ONU - **Como tornar cidades mais resilientes**. <http://www.mundosustentavel.com.br/2017/07/onu-mostra-comotornar-cidades-mais-resilientes>.



DEMOCRACIA E REDES SOCIAIS

I. O QUE ENTENDEMOS POR DEMOCRACIA E REDES SOCIAIS

Uma primeira democracia, de certa forma surgiu contra a privatização de assuntos comuns a todos, como fazia o autocrata. Ou seja, surgiu contra o Estado. Já na era moderna, a democracia surge como forma de “puxar” os cidadãos para mais dentro do Estado, de forma que os mesmos não questionem sua estrutura nem as dinâmicas das instituições que exercem poder social. Como consequência, reproduziram-se estruturas hierárquicas que continuam semelhantes as instituições não democráticas. Foi, então, como dar uma nova máscara a autocracia, um tanto mais agradável que a anterior, porém com a mesma face oculta. Assim, pode-se concluir que o mais provável é que novas experiências de democracia surjam em ambientes mais distribuídos do que centralizados, uma vez que a democracia precisa de liberdade de circulação e transformação, por ser justamente contrária à hierarquia.

! Talvez estejamos próximos de uma terceira invenção democrática. Mais o importante é ter ciência de que não se trata da substituição de dado modelo por outro, ou até mesmo de um regime político por outro. Trata-se apenas de pura e simples democratização. Essa democracia moderna, baseou-se mais em redes centralizadas do que distribuídas, se tornando mais uma forma de administração política do que o exercício da comunidade política, como acontecia em Atenas. O que se cogita é que as instituições de uma terceira democracia, provavelmente, estarão numa rede mais distribuída que centralizada, uma vez que trata-se de um ambiente mais favorável para a mesma .

! A internet de fato abre uma brecha no sistema pois propicia infinitas possibilidades de comunicação em rede constituindo-se, do ponto de vista da ciência política, como uma “ágora eletrônica global” no século XXI. Essa conexão permanente entre os indivíduos amplia o exercício da cidadania, limita o poder institucional e altera a correlação de forças entre representados e representantes nos governos democráticos, além de dificultar, ameaçar ou derrubar as tiranias, sejam políticas ou financeiras.

Se a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas, a comunicação em rede cristalizou-se como um contrapoder forte e consequente na contemporaneidade. Os atores sociais têm disponível uma ferramenta que altera as relações de poder e amplia, independentemente dos canais da mídia tradicional e empresarial, a capacidade de desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses.

! A repentina aceleração do tempo histórico, aliada à abstração do poder em uma rede de computadores, vem desintegrando os mecanismos atuais de controle social e de representação política tornando o exercício do poder hierárquico um grande desafio para os setores público e privado. As redes sociais tornaram a comunicação de massa horizontal e promoveram a autonomia da produção de conteúdo, assim como a distribuição e a recuperação de mensagens no ambiente virtual. Essa dinâmica é de difícil controle por parte de governos e empresas e cristaliza neste século o poder multidimensional.

A alternância do poder, característica própria do sistema democrático, passa a se dar da maneira clássica, por meio de eleições, mas também de forma segmentada, construída em campos diversos de acordo com a potência e habilidade de programadores, os novos detentores de esse poder no ambiente virtual, pois, são eles os responsáveis pela difusão e elaboração de cada uma das principais redes de que depende a vida das pessoas, governos, empresas, parlamentos, órgãos militares e de segurança, mídia, instituições de ciência e tecnologia, religiões, enfim, a sociedade agora em rede.



Enquanto no capitalismo industrial, as fontes de energia determinavam o ritmo de “modernização”, no capitalismo informacional, a produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação em símbolos. O capitalismo informacional do século XXI cria um “tempo intemporal”, um “espaço de fluxos”, uma nova divisão do trabalho, com consequências para quem vive (ou pretende ainda viver) de salário, um enfraquecimento do Estado, elimina a família patriarcal e alimenta o crime globalizado. De outro lado, abre o espaço público para temas da diversidade da existência humana como o feminismo, ambientalismo, envelhecimento populacional, sexualidade, homossexualidade, drogas, morte, suicídio, etc. Além das redes sociais, o vídeo on demand e os games atuam como os grandes protagonistas deste novo sistema informacional.

O cidadão desta sociedade informacional, porém, é regido por esse tempo do instante, do “real”, do online, do clique e os governos democráticos são cobrados de estabelecerem sua atuação – e, portanto, oferecer respostas – em discordância com o tempo das instituições, da Justiça, do Estado Democrático de Direito, do processo legislativo, enfim, da própria democracia, criando um conflito de poder permanente entre o representado e o representante.

Como as redes sociais permitem uma mobilização de massa perene no espaço virtual (o que se tornou conhecido como ciberativismo) e de fácil materialização no “espaço público” físico, essa tensão entre representado e representante resulta, invariavelmente, em violência, uma vez que a promessa da política se frustra sucessivamente seja pela inoperância, desprezo do poder público pelas reivindicações ou mesmo pela “demora” em atendê-las no tempo da institucionalidade.

A solução para esse embate é o novo desafio para as democracias, isto é, oferecer respostas às mobilizações fora do âmbito militar e de repressão policial. Em outras palavras, devolver o exercício do poder à esfera política. Apesar desse dilema, o exercício da cidadania pelas redes sociais tem permitido uma série de vitórias pela luta por direitos civis, respeito ao meio ambiente, liberdade de expressão, igualdade de gênero, espaço urbano entre outros temas, em todo o planeta. Sendo assim fundamental para a democracia do século XXI a ampliação do acesso à internet e a capacitação dos indivíduos para o seu uso cidadão.

II. O QUE FAZER PARA PROMOVER A DEMOCRACIA E REDES SOCIAIS

Neste contexto, é imprescindível uma atuação de governos e do setor privado com o objetivo de facilitar a cobertura da rede de internet e de acesso por banda larga para permitir o fluxo de informações e, conseqüentemente, a interação dos indivíduos com o debate público. A internet passa a constituir-se tão relevante para o exercício da democracia quanto o direito ao voto.

É preciso também estimular o debate sobre a utilização ética da internet, sob pena de macular o espaço público, e afastar o cidadão da atividade política e reivindicatória de direitos, de fiscalização do poder institucional e de manifestação virtual ou real.

Se na democracia moderna, a igualdade de condições se dá por meio da máxima “cada cidadão um voto”, na ciberdemocracia a equidade depende de transparência, normas e liberdade, isto é, do funcionamento do Estado Democrático de Direito para garantir a transparência e a defesa contra inverdades e outros crimes cibernéticos.

Sem dúvida os avanços nas tecnologias de informação e comunicação e seu acesso como forma de inclusão e participação social deverão contribuir cada vez mais no avanço da democracia principalmente se são alavancadas por um processo educacional de qualidade para todos na região conforme mostra a pesquisa realizada pelo Projeto Milênio Latinoamerica 2030.

II. O QUE FAZER PARA PROMOVER A DEMOCRACIA E REDES SOCIAIS

OBJETIVOS GERAIS

Promover Educação de Qualidade para todos; de forma que possa fortalecer a Participação Democrática, a Inclusão Social e uma Cultura que valorize a Ética e os Valores Humanos; bem como uma Cidadania Ativa

OBJETIVOS ESPECIFICOS

Facilitar O “uso cidadão” dos mecanismos tecnológicos, sobretudo as redes sociais, depende sobremaneira do nível educacional do indivíduo, sendo assim, condição sine qua non para a democracia do século XXI erradicar o analfabetismo funcional.

SELEÇÃO DOS INDICADORES

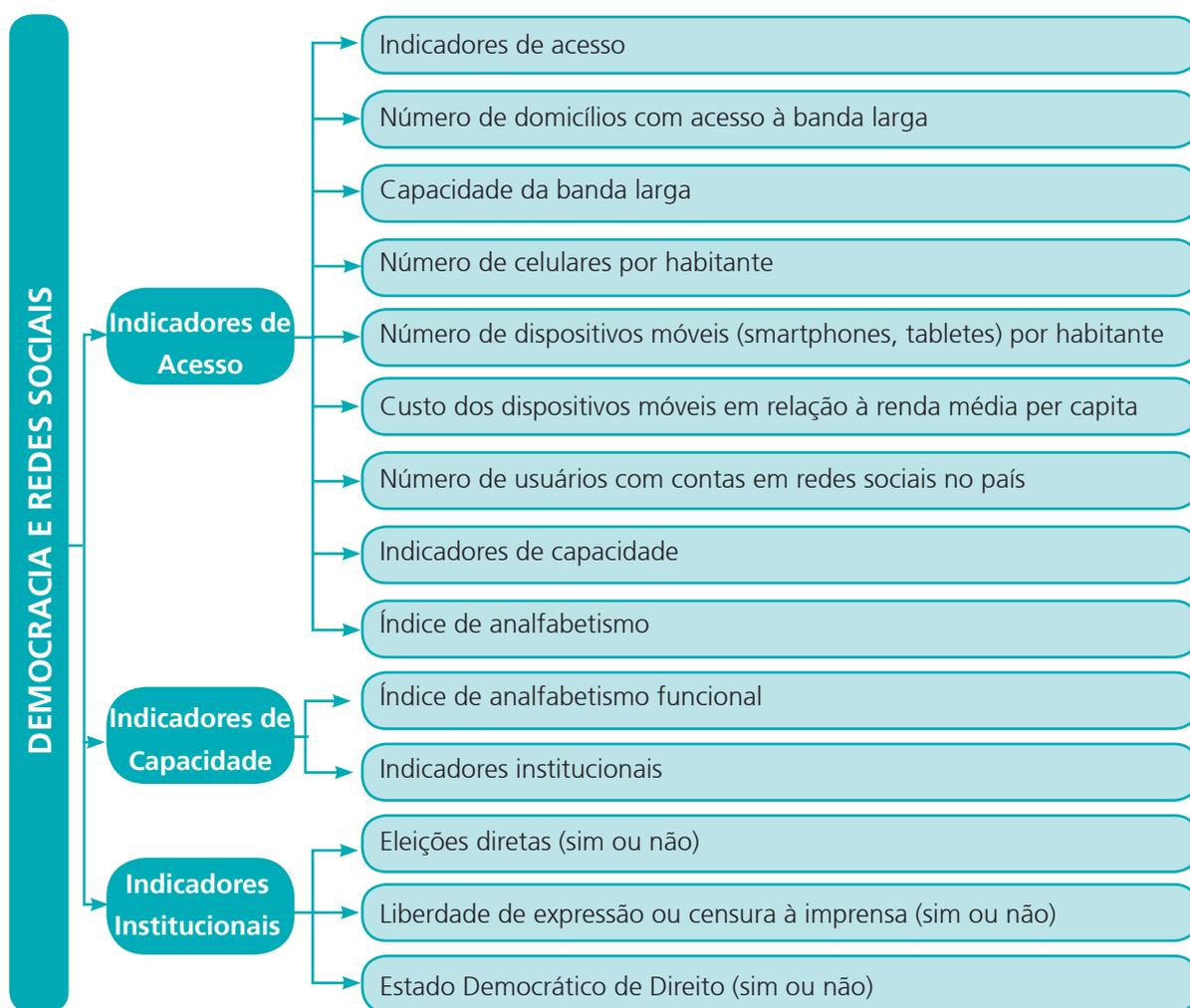
A seleção dos indicadores foi feita respeitando o critério da disponibilidade e fácil acesso. Quase todos os indicadores são aferidos e padronizados na maioria dos países. Desta forma, será possível o mínimo de comparação para aferir o uso das redes sociais no exercício da cidadania.

O objetivo maior é estabelecer conexões entre esses indicadores, permitir a análise do ponto de vista sociológico e, assim, desenhar a relação entre a prática cidadã na contemporaneidade e o acesso da população à internet e, portanto, às redes sociais.

No que diz respeito ao estímulo do uso de redes sociais para a mobilização política, acredita-se que movimentos políticos, ONGs, voluntários e outros agentes engajados desempenhariam um importante papel orientando associações de bairro, grupos organizados, ONGs, movimentos populares e outros indivíduos para criarem contas nas redes sociais, páginas, canais de vídeos entre inúmeras ferramentas para defender direitos, causas humanitárias ou políticas.

Em outras palavras, dever-se-ia estimular a formação de uma rede que oriente aqueles que ainda não têm acesso à rede ou a subutilizam para incorporarem o meio digital em suas vidas e atuações políticas. Mais que uma rede de inclusão digital, essa seria uma rede de inclusão do exercício da cidadania digital típica do século XXI.

INDICADORES REFERENTES AO EIXO DEMOCRACIA E REDES SOCIAIS



Benefícios dos Indicadores

Os indicadores representam uma contribuição essencial para promover uma Democracia mais Participativa, pois tornam o processo democrático mais transparente e permite um acompanhamento dos compromissos referentes aos planos de governo que foquem e propiciem uma melhoria no Desenvolvimento Sustentável do país como um todo.

Dicas de Gestão

Formar um Fórum Nacional pela Democracia, conectado com a GOPAC, e formado por especialistas de alto nível acadêmico e membros representativos dos três setores Público, Privado e da Sociedade Civil que possam estar analisando os indicadores de Acesso, Capacidade e Institucionais bem como os recomendados pelo Latinbarometro, os de Democracia do EIU, os da Transparência Internacional e os de Governança do Banco Mundial; bem como elaborando planos estratégicos para promover o Desenvolvimento Sustentável.

De fato conforme recomenda o recente Open Statement da Transparência Internacional (2014): A fim de erradicar a pobreza e garantir o desenvolvimento sustentável, os governos, empresas e sociedade civil devem colaborar para reforçar a transparência, participação e prestação de contas. Devemos promover sociedades abertas, uma comunicação social livre e da liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica, a capacitação jurídica e do Estado de Direito. Também devemos unir forças para implementar medidas anti-corrupção que permitem instituições econômicas, sociais e políticas eficazes e inclusivas a todos os níveis da sociedade.



IV. COMO FAZER?

SÃO PAULO, SP

Movimento Passe Livre

www.saopaulo.mpl.org.br

O Movimento Passe Livre promoveu em São Paulo, em junho de 2013, a maior manifestação de rua já vista no país para defender a anulação do reajuste na tarifa dos transportes urbanos. A organização se deu exclusivamente por convocação via redes sociais. Depois de três dias de manifestações, que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, os governos municipal e estadual cancelaram o aumento de R\$ 0,20 nas passagens de trens, metrô e ônibus.

SP Honesta

www.sphonesta.com.br

Diante da ação de restaurantes em São Paulo de reajustarem preços a níveis considerados abusivos, duas jornalistas abriram uma página no Facebook para receber dicas de estabelecimentos que cobravam valores justos na relação custo e benefício, segundo seus clientes. Em pouco tempo, a página recebeu milhares de curtidas e passou a ser uma referência para os consumidores na cidade.

ESPAÑA

Programa Podemos, Recuperar a economia, construir a democracia

<http://podemos.info/>

Uma ferramenta ao serviço da cidadania, que tem o objetivo de promover o protagonismo popular e de recuperar o déficit democrático que estamos vivendo. Um Programa de investimentos e políticas públicas para a reativação económica, o emprego de qualidade y e a reconversão do modelo produtivo na direção de uma economia baseada na inovação que possa contribuir

ao bem comum tendo em conta critérios de responsabilidade social, ética e meio ambiente.

A origem de Podemos foi o manifesto Mover ficha: converter a indignação em cambio político, apresentado no fim de semana do 12-13 de Janeiro de 2014 e difundido pela publicação digital Público, que assinavam uma trintena de intelectuais, personalidades da cultura, o periodismo e o ativismo social e político.

Podemos é um método para o Protagonismo Popular e Cidadão. Queremos que o nosso programa se estabeleça através da participação da cidadania e dos Círculos Podemos. Ninguém sabe melhor o que precisamos que os cidadãos que dia a dia levam adiante o país.

A corrupção e uma pandemia que ameniza a supervivência da democracia. Frente a esta realidade Podemos defenderá no Parlamento Europeu uma bateria de medidas que temos denominado “Directiva Villarejo”

<http://www.publico.es/politica/iglesias-no-me-apoyo-le.html>

<http://podemos.info/wordpress/wp-content/uploads/2014/05/Programa-Podemos.pdf>

PRIMAVERA ÁRABE

O maior movimento de ciberativismo do planeta, que resultou na queda das ditaduras árabes, a partir de 2010, começou na Tunísia. Um vendedor ambulante de 26 anos praticou autoimolação por fogo diante do prédio do governo por negar-se a pagar propina a um fiscal ter sua barraca de frutas e verduras confiscada. A divulgação do ato do rapaz em vídeo foi o estopim de todas as manifestações por liberdade e democracia na região e, logo, se estenderam a Islândia, Egito, Argélia, Líbano, Jordânia, Sudão, Líbia e atingiu a todo o mundo árabe, com vitórias e derrotas.

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

EIU – Democracy Index

http://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex12

Escola de Redes

<http://escoladeredes.net/>

Escola de Redes - Biblioteca da Democracia

http://escoladeredes.net/group/biblioteca-da-democracia?xg_source=activity

GOPAC – Global Organization of Parliamentarians Against Corruption

<http://gopacnetwork.org/>

http://gopacnetwork.org/Docs/GC2013_Report_EN.pdf

<http://www.gopacnetwork.org.mx/carta-abierta-de-la-organizacion-mundial-de-parlamentarios-contr-la-corrupcion/>

Latinobarometro

<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

<http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>

Latinobarometro - La Imagen de los Países y sus Democracias, 2013.

<http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp>

O poder tem medo da Internet

<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2008/01/10/ult581u2405.jhtm>

Programa Cidadania Ativa

<http://www.cittadinanzattiva.it>

<http://www.gulbenkian.pt/inst/pt/Atividades/>

[ProgramasGulbenkian/ProgramaCidadaniaAtiva-EEAGrants](#)

OXFAM - Richest 1% will own more than all the rest by 2016

<http://www.oxfam.org/en/pressroom/pressreleases/2015-01-19/richest-1-will-own-more-all-rest-2016>

OXFAM - Rising Inequality in the Global South: Practice and Solutions

<http://www.oxfam.org/en/pressroom/pressreleases/2015-01-13/rising-inequality-global-south-practice-and-solutions>

Podemos

<http://podemos.info/>

Uso da Internet no mundo

http://pt.wikipedia.org/wiki/Uso_da_Internet_no_mundo

The World We Want: We The Peoples

<http://blog.myworld2015.org/about/we-the-peoples-celebrating-7-million-voices/>

Transparency International

<http://www.transparency.org/>

Transparency International - Prioritising Governance for Sustainable Development, 2015

http://www.transparency.org/news/feature/prioritising_governance_for_sustainable_development

http://www.transparency.org/files/content/feature/Sept2014_Statement_Governance_Post-2015_EN.pdf

Transparency International - The Potential of Fighting Corruption Through Data Mining, 2015

<http://blog.transparency.org/2015/01/09/the-potential-of-fighting-corruption-through-data-mining/>

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**, Rio de Janeiro, Difel Editora, 5ª edição, 2013.

ARENDDT, Hannah. **Crises da política**, São Paulo, Ed. Perspectiva, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**: movimentos sociais na era da internet, Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade. Lisboa: Fundação Calouste, Gulbenkian. 2004

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CHARLES, Sébastien. **Média, réseaux et transparence démocratique**: retour sur le printemps érable québécois, Argument (Contribution libre), vol. 17, pages 143-155, n° 1, 2014-2015.

CHRISTAKIS, Nicholas & FOWLER, James. **Connected**, Little Brown and Company, 2009.

CORDEIRO, J. et al. **Latinoamerica 2030, Millennium Project**, 2012 (<http://www.prospectivayestrategia.cl/pdf/2030.pdf>).

LEMOS, Andre. LÉVY, Pierre. **O futuro da Internet**: Em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34, 2010.

PARENTE, André. **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SHARP, Gene. **From Dictatorship to Democracy, a Conceptual Framework for Liberation**. 4ª. ed. Estados Unidos: [s.n.], 2010



GOVERNANÇA E EMPODERAMENTO DO CIDADÃO

I. O QUE ENTENDEMOS POR GOVERNANÇA E EMPODERAMENTO DO CIDADÃO



Segundo o Banco Mundial, governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções. Para isso o empoderamento é essencial e já o próprio Simão Bolívar alertando dos perigos do poder ficar concentrado em uma pessoa só comentava que : O sistema mais perfeito de governo é aquele que produz a maior felicidade possível para o maior número de pessoas, o grau maior de segurança social e estabilidade política .

Hoje em dia a sociedade está atravessando um período de profundas transições e assim, vivenciando transformações éticas e culturais de uma nova era que afetam o processo. A forma de comunicar, produzir e gerar riqueza teve grande impacto pela inovação e popularização das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Nessa nova realidade, o conhecimento se mundializou e as relações sociais ganharam mais um espaço através da internet.

Esta nova realidade tecnológica desencadeia manifestações populares e pressões por mais democracia em todo o planeta. A internet e disseminação de TICs criam espaços de debates e facilitam a participação efetiva e direta da população nas grandes decisões governamentais, alterando a configuração dos sistemas políticos e a distribuição do poder, impulsionando os países para uma evolução dos seus sistemas de articulação.

QUADRO 1. EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DE ARTICULAÇÃO PÚBLICA

	Administração Pública	Nova Gestão Pública	Gestão Participativa
Relação Cidadão-Estado	Obediência	Credenciamento	Empoderamento
Responsabilidade da administração superior	Políticos	Clientes	Cidadãos, atores
Princípios orientadores	Cumprimento de leis e regras	Eficiência e resultados	Responsabilidade, transparência e participação
Critério para sucesso	Objetivos quantitativos	Objetivos qualitativos	Processo
Atributo chave	Imparcialidade	Profissionalismo	Participação

A partir de um recorte da região Ibero-Americana, constrói-se uma análise dos países pertencentes a América Latina, onde as condições democráticas não tem contribuído com a necessária disseminação dos instrumentos de governança participativa e o empoderamento dos seus cidadãos, o que tem resultado em mais desigualdade social, apesar da forte participação destes países na mundialização do capitalismo através do fornecimento de commodities e de mão-de-obra barata, o chamado neocolonialismo extrativista. Isso não tem garantido uma melhor distribuição de renda e tão pouco acesso a recursos básicos para a vida da maioria de suas populações.

Percebe-se que a nível global a produção de riqueza e o poder estão concentrados nas mãos dos poucos intermediários e proprietários da

parcela imaterial da produção. O preço final para o consumidor de um produto está dividido em 25% para a produção e 75% para a parcela do “conhecimento”, pesquisa, design, marketing, publicidade, advogados, contadores, relações públicas entre outros.



A Democracia Participativa apresenta-se como um dos principais meios pelos quais a população pode emancipar-se, restaurando e concretizando a autonomia e a igualdade de condições. A participação dos cidadãos nas ações governamentais faz com que os governos não atendam a lei simplesmente por obrigação ou constrangimento, mas porque percebem que é de interesse da coletividade. Neste sentido entendemos o conceito de empoderamento como a ação coletiva desenvolvida pelas pessoas quando participam de espaços privilegiados de decisões com um grau de consciência e responsabilidade social que permite uma compressão das teias complexas das relações sociais que interagem nos contextos econômicos e políticos mais abrangentes, e nos quais se surgem possíveis variantes de contratos sociais que permitem que se estabeleça certo nível de paz e harmonia e portanto de Governança.

Nos países latino-americanos têm surgido novas soluções e arranjos sociais autóctones na região como o movimento *buenvivir*. Essa busca envolve uma participação ativa da sociedade nas formulações da política pública e no aumento da capacidade da população na influência nessas decisões. A sociedade civil organizada passa a ter um papel determinante contra o acúmulo de poder e os grupos lobistas, visando o desenvolvimento sustentável das nações; sem dúvida isso faz parte da própria evolução sócio-cultural.

Haveriam duas faces interdependentes no processo de empoderamento: a dimensão psicológica e a dimensão política. A dimensão psicológica está relacionada ao auto reconhecimento dos indivíduos empoderados

que passam a se auto-valorizarem e têm sua auto estima elevada através do reconhecimento de sua própria identidade. Já a dimensão política manifesta-se na transformação das estruturas e oportunidades da sociedade

O cidadão empoderado reestabelece a sua condição de sujeito ativo na sociedade, um sujeito com poder legitimado e garantido pelo princípio democrático, com os direitos de articular o sistema político-administrativo e participar de forma direta dos processos decisórios governamentais que influenciam não só a sua vida, mas sim da coletividade.

Hoje em dia podemos verificar que, em relação ao tema de empoderamento, e para além das antigas versões sobre Contrato Social de autores como Hobbes (1651), Locke (1689) e Rosseau (1767), desponta agora a visão de Amartya Sen sobre a importância para o Desenvolvimento das 5 Liberdades Instrumentais (1999): Liberdades Políticas, Facilidades Econômicas, Oportunidades Sociais, Garantias de Transparência, e Segurança.



Para Sen a Liberdade é um princípio determinante da iniciativa individual e da efetividade social, principalmente porque reforça a habilidade das pessoas de se ajudar a si mesmas, se tornar proativas em termos políticos, econômicos e sociais. Sem dúvida que por trás dessas liberdades está um necessário relacionado ao processo de educação, pois como o próprio educador Paulo Freire colocava: A educação pode não ser a solução, mais sem Educação não há Salvação! Algo que de alguma forma já era vislumbrado por libertadores como Simão Bolívar e José de San Martín.

II. CONDIÇÕES PARA PROMOVER A GOVERNANÇA E O EMPODERAMENTO DO CIDADÃO

A Democracia Participativa apresenta-se como um dos principais meios pelos quais a população pode emancipar-se, restaurando e concretizando a autonomia e a igualdade de condições. A participação dos cidadãos nas ações governamentais faz com que os governos não atendam a lei simplesmente por obrigação ou constrangimento, mas porque percebem que é de interesse e necessidade da coletividade.



Entendemos o conceito de empoderamento, no contexto da Democracia Participativa, como a ação coletiva desenvolvida pelas pessoas quando participam de espaços privilegiados de decisões com um grau de consciência e responsabilidade social que permite uma compressão das teias complexas das relações sociais que interagem nos contextos econômicos e políticos mais abrangentes e nos quais se surgem possíveis variantes de contratos sociais que permitem que se estabeleça um certo nível de paz e harmonia e portanto de Governança.



A governança participativa é um importante elemento para o fortalecimento da democracia, permitindo o empoderamento dos cidadãos e a melhor gestão dos recursos e ações públicas. Os Estados Ibero-Americanos devem desenvolver, como catalisadores de sistemas de gestão eficientes, ferramentas de transparência administrativa e de prestação de contas por meio de indicadores e da utilização de dados abertos.

No Brasil, por exemplo, importantes instrumentos de democracia participativa têm se desenvolvido em nível local, transformando a realidade de diversos municípios. Visando a troca de experiências da rede dos Estados Ibero-Americanos no Quadro 2r temos um breve resumo destas ferramentas.



A governança democrática envolve a participação direta da sociedade e o seu empoderamento, o que resulta na necessidade de novas ferramentas e espaços de discussão. As tecnologias sociais com custo acessível e de fácil replicabilidade, junto com a utilização de aplicativos para dispositivos móveis podem fornecer subsídios para as populações e maior poder para os cidadãos, lembrando que o objetivo da democracia, que na verdade é um processo, consiste em proporcionar uma estrutura social que permita as pessoas ter autonomia para contribuir de forma participativa no próprio desenvolvimento do país.

A confiabilidade das informações disponibilizadas pelos órgãos governamentais pode ser monitorada de forma organizada através de movimentos sociais ou com a criação de observatórios, já difundidos em muitos países inclusive ao nível local. No caso de divergência e apontamento de novas necessidades, a sociedade deve exigir que o Estado crie caminhos e ferramentas de interação visando os ajustes e os apuração das informações.

QUADRO 2. FERRAMENTAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA NO CASO DO BRASIL

FERRAMENTA	DESCRIÇÃO
Plano Diretor Participativo	Documento formulado com participação dos cidadãos por meio de oficinas, plenárias e audiências. Com isso, Poder Público, sociedade civil e agentes econômicos interagem durante o desenvolvimento dos trabalhos.
Orçamento Participativo	É um processo pelo qual a população decide de forma direta sobre a aplicação dos recursos, pela administração municipal, em obras e serviços.
Estatuto da Cidade	Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, dispõe sobre as diretrizes e os instrumentos de gestão democrática da cidade.
Consultas Populares	Canal de interlocução entre Estado e sociedade.
Audiências Públicas	De acordo com o Artigo 43, do Estatuto das Cidades: “Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: debates, audiências e consultas públicas”.
Conselhos Municipais	Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e verificar a execução das políticas públicas setoriais.
Sistema de consulta on-line a dados do governo (governo eletrônico)	Prevê a utilização de tecnologias de informação e comunicação para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos, com foco na eficiência das funções governamentais.

III. CONDIÇÕES PARA PROMOVER A GOVERNANÇA E O EMPODERAMENTO DO CIDADÃO

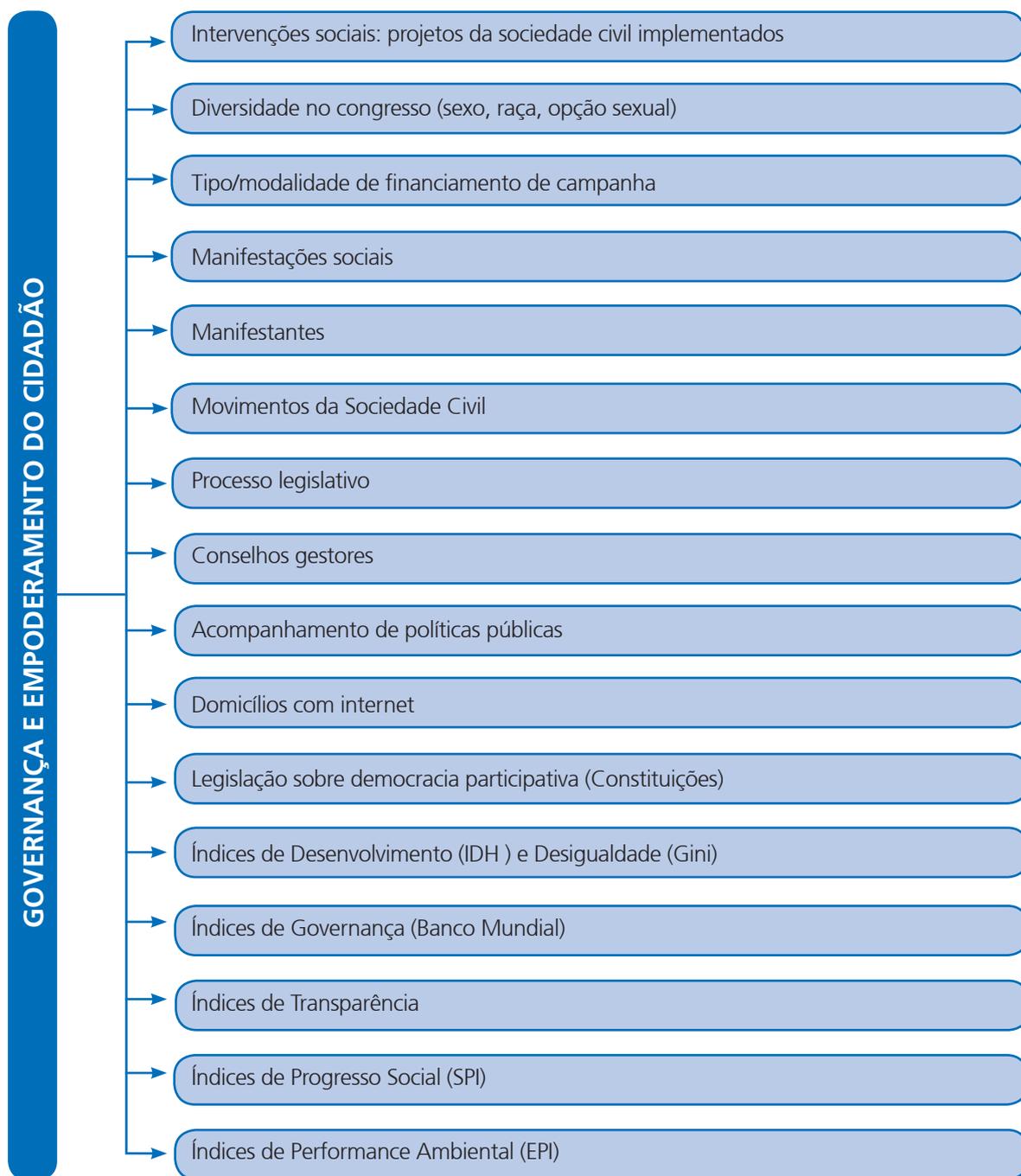
OBJETIVO GERAL

Fortalecer os sistemas de democracia participativa através do emprego de ferramentas que permitam o empoderamento dos cidadãos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar o nível de transparência do poder público;
2. Promover o debate com todos os setores da sociedade civil para a participação direta na definição da agenda dos Estados Ibero-Americanos, estimulando a criação de políticas públicas para a sustentabilidade;
3. Estimular os Estados Ibero-Americanos a tornar públicas e transparentes as informações administrativas dos governos;
4. Analisar a confiabilidade dos dados públicos fornecidos pelos órgãos governamentais;
5. Disseminar informações e estimular a troca de experiências governamentais entre os Estados Ibero-Americanos.

INDICADORES REFERENTES AO EIXO GOVERNANÇA E EMPODERAMENTO DO CIDADÃO



BENEFÍCIOS DOS INDICADORES



Os indicadores mencionados ao mesmo tempo em que contribuem para tornar o processo de Governança mais transparente, efetivo, eficiente e eficaz, favorecem o monitoramento e desenvolvimento de uma Democracia mais Participativa. Em particular é importante utilizar dados atualizados e dados comparativos com o resto dos países da região e os outros países do tipo Governança do Banco Mundial, Transparência, Progresso Social e Performance Ambiental de forma a organizar e monitorar melhor o desenvolvimento sustentável de forma local e territorial.

DICAS DE GESTÃO

Dados públicos abertos: prevê a criação de plataformas digitais - websites, aplicativos para dispositivos móveis, softwares - para a disponibilização transparente de informações públicas - dados orçamentários, processos de licitação, indicadores do país, folha de pagamento de funcionários - on-line e em tempo real, sem qualquer necessidade de cadastro ou login.

Participação popular: fomentar a capacidade de participação e de ação para o desenvolvimento sustentável, convocando todos os setores da sociedade civil local para a participação efetiva – em conselhos, conferências, audiências públicas, plebiscitos e referendos, entre outros – nos processos de decisão, monitoramento e avaliação de ações do Estado.

Accountability Administrativa: estabelecer mecanismos que obriguem os membros dos diferentes órgãos administrativos a prestar contas - de forma qualitativa e quantitativa - a instâncias controladoras ou a seus representados. Isso significa explicar o que está sendo feito, como se faz, por que se faz, quanto se gasta e o que vai fazer a seguir, permitindo uma ampla avaliação e melhoria das ações governamentais.

Gestão de Valores : A Evolução de um país depende das condições de vida e do sistema de valores. As condições de vida podem ser promovidas e acompanhadas através da Governança e o empoderamento, e em relação aos valores é possível utilizar o modelo de alinhamento (entropia) de valores de Barrett, que pode ajudar a promover um dialogo mais aberto na sociedade como um todo..

IV. COMO FAZER?

ESS ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA - PARA COMBATER A GRAVE CRISE DE DESEMPREGO

Para combater a grave crise de desemprego que assola a França, o governo socialista de François Hollande está apostando, entre outras medidas, no incremento da economia social e solidária (ESS). Desde 2000, o volume de emprego na ESS francesa cresceu 24%, enquanto o aumento de vagas na economia capitalista foi de apenas 4,5%.

Recentemente o Parlamento francês aprovou uma lei que não apenas reconhece a economia social e solidária, como também cria dispositivos para estimulá-la. Na economia social e solidária, a propriedade das empresas é dos trabalhadores, que criam empregos sem depender imediatamente do crescimento das vendas de bens e serviços, como ocorre nos empreendimentos capitalistas. A nova lei francesa faz esse reconhecimento legislativo da economia social e solidária, do mesmo modo que Espanha, Portugal, México e Cuba fizeram também recentemente.

A economia solidária nasceu há 170 anos com tecelões ingleses desempregados que, no afã de sobreviver, criaram a Cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale. Desde então, o movimento cooperativista se espalhou pelo mundo.

O Brasil tem hoje 1,5 milhão de trabalhadores associados a cooperativas que praticam a autogestão, em todos os Estados da Federação. Uma pesquisa recente feita por dez universidades revelou a existência de 67 empresas cooperativas que sucederam a empresas que faliram, e foram recuperadas por ex-empregados e estão em pleno funcionamento. <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/01/1569228-paul-singer-o-reconhecimento-da-economia-solidaria.shtml>.

EAD ECONOMIA DA COMUNHÃO

A Economia de Comunhão na Liberdade (EdC) é um novo paradigma que quer a humanização da economia e das organizações de trabalho. Reúne empresas (organizações) inseridas na economia de mercado, governadas não pela troca de equivalentes como defende a corrente utilitarista, mas pela reciprocidade e nesta, as transações não são separadas das identidades daqueles que as originaram e ainda, situam-se dentro de um modelo econômico humanizado, estimulador de comportamentos pró-sociais mais eficientes do que o atual. Além disso, outros princípios de EdC, que não o lucro e a troca instrumental, favorecem um novo espaço no interior da própria atividade econômica de mercado e envolvem três aspectos centrais: empresas, pobres e concorrentes.

A proposta da Economia de Comunhão na Liberdade (EdC) representa uma forma de superar os desafios da desigualdade social, a má distribuição de renda e o desemprego estrutural no país, e está baseada na constituição de empresas ou transformação das já existentes que tenham como finalidade central, além de gerar renda e lucro, realizar a distribuição – a comunhão – dos lucros em três partes:

- a) reinvestir na própria empresa, garantindo e ampliando os postos de trabalho e atividade econômica;
- b) investir na formação cultural dentro desta nova racionalidade, de modo a fortalecer a base cultural que sustenta o projeto, ou seja, na difusão da cultura da partilha, mediante a promoção de congressos, estruturas, escolas formativas, bolsas de estudo e imprensa;
- c) distribuir, compartilhar uma parte do lucro com pessoas em situação de pobreza, dando-lhes a possibilidade de viver de modo mais digno, criando para elas projetos de desenvolvimento, sem limitar-se a assisti-las financeiramente.



Nas organizações de EdC o ser humano é o foco central, uma vez que não basta apenas dividir o lucro em três partes, incluindo a organização – empresa –, os necessitados e a formação profissional e humana; mas são importantes os diversos relacionamentos não só internos como também os externos, inclusive com os concorrentes. Portanto, elas são organizações dirigidas por valores e/ou conceitos que constituem a forma de agir, tanto interna como externamente, traçando a filosofia da instituição. <http://www.edc-online.org/br/>.

ECUADOR

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCACIÓN PARA LA DEMOCRACIA Y EL BUEN VIVIR.

Programa do Ministerio de Educación para desenvolver iniciativas sobre o Buen Vivir, creando espacios de participación y promoción de derechos

O Buen Vivir é um princípio constitucional baseado no ‘Sumak Kawsay’, que recolhe uma visão do mundo centrada no ser humano, como parte de um entorno natural e social; e que procura a satisfação das necessidades básicas, a qualidade de vida e morte digna, o amar e ser amado, o florescimento sadio de todos, a paz e a harmonia com a natureza e a prolongação indefinida das culturas humanas. O Buen Vivir supõe ter tempo livre para a contemplação e a emancipação, e que as liberdades, oportunidades, capacidades e potencialidades reais dos indivíduos se ampliem e floresçam de modo que permitam lograr simultaneamente aquilo que a sociedade, os territórios, as diversas identidades coletivas e cada um - visto como um ser humano universal e particular - valoriza como objetivo de vida desejável, sem prejuízo do outro (a natureza). <http://educacion.gob.ec/educacion-para-la-democracia-y-el-buen-vivir/>.

PLANO DIRETOR DE KYOTO EM PARCERIA COM MORADORES

O Centro de Kyoto para a Colaboração Comunitária foi fundado para promover a cooperação com os residentes locais, gestores e autoridades da cidade. O município elaborou em 1999, um documento com as diretrizes para o plano diretor da cidade. Este documento afirma que os cidadãos locais e o governo da cidade devem cooperar como responsáveis por fazer uma cidade que represente realmente seu próprio povo.

Como resultado, foi formulado em 2001 o “Plano Diretor da Cidade de Kyoto”, por “uma vida pacífica e uma cidade próspera”. O Plano foi criado para orientar as ações na cidade entre os anos de 2001 e 2010. Tenta articular a prosperidade da cidade com uma vida pacífica para seus moradores: relacionar as funções urbanas da cidade com o meio ambiente, as relações sociais, e a relação de confiança entre os cidadãos e a administração pública.

Em 2011, o Plano foi revisto, com vigência até o final de 2020. O plano foi pautado nos mesmos ideais participativos, sendo formulado através de discussões com a sociedade, incluindo a juventude da cidade.

<http://machi.hitomachi-kyoto.jp/doc/KyotoCenterForCommunityCollaboration.pdf>.

PROEXT - MINISTÉRIO DAS CIDADES, BRASIL

Portal Capacidades consolida a sua Plataforma de Educação a Distância.

O Ministério das Cidades oferece no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades diversos cursos gratuitos a distância moderados e de autoinstrução com o objetivo de promover a capacitação dos técnicos, gestores e agentes sociais dos municípios, estados, Distrito Federal e de instituições da federação responsáveis pela elaboração, implementação e avaliação da política urbana. Todos os cursos a distância são realizados no Portal Capacidades por meio da sua Plataforma de Ensino a distância. <http://www.capacidades.gov.br/noticia/101/>

“PREFEITURA NA RUA”, EM CANOAS (RIO GRANDE DO SUL), APROXIMA CIDADÃO DO PODER PÚBLICO

O projeto Prefeitura na Rua é uma ação implantada no município de Canoas, no Rio Grande do Sul, que leva o Executivo - incluindo o prefeito, a vice-prefeita, secretários e diretores - para todas as regiões de Canoas. Em quatro encontros mensais, sempre aos sábados, a Prefeitura Municipal dialoga com os moradores da cidade por meio dos seus gestores.

A atividade oportuniza aos cidadãos canoenses o contato com quem administra a cidade sem precisar ir até a Prefeitura. O diálogo, assim como as solicitações e os encaminhamentos necessários, são registrados, dando transparência ao processo. Os cidadãos passaram a ter acesso a todas as informações das ações municipais, podendo interagir pessoalmente todas as semanas diretamente com os agentes públicos

ou por meio virtual.

A população é informada, participa da gestão do município, da formulação de novas políticas públicas e da definição de qual a cidade que se deseja para o futuro. Para isso, basta comparecer às reuniões e preencher uma ficha. De acordo com a reivindicação, o cidadão é encaminhado ao responsável que deseja conversar, seja o prefeito, vice-prefeita, secretários ou ainda o subprefeito da região.

Além deste projeto, a prefeitura de Canoas desenvolve diversas ações de transparência e Participação Popular:

- Orçamento Participativo Regionalizado, que inclui até 20 encontros por ano;
- Plenárias para informação dos serviços prestados pelo município;
- Reuniões abertas do prefeito com os cidadãos nas segundas-feiras à tarde;
- Ágora Virtual, um espaço de diálogo online, sempre com a participação do prefeito ou de secretários municipais. Ações diárias com os fóruns de discussão que podem ser acessados por qualquer pessoa, a qualquer momento, além de espaço para se comunicar e interagir semanalmente com o Prefeito. <http://www.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/119891>.

TRANSPARÊNCIA NAS CONTAS PÚBLICAS EM MARINGÁ COM REDUÇÃO DE CUSTOS E ARTICULAÇÃO SOCIAL

Em 2003, na cidade de Maringá, um grupo de pessoas sem filiação político partidária resolveu formar uma ONG, a Sociedade Eiticamente Voluntária (SER), oficialmente lançada em 2004, cujo objetivo é ressaltar a importância social e econômica dos impostos e da transparência dos gastos públicos através do controle social. A organização promove a mobilização e a articulação por meio de palestras, seminários e concursos da rede de ensino estimulando o interesse sobre a gestão pública. Nesse contexto, em 2005, foi criado o Portal da Transparência, iniciativa da prefeitura de Maringá, que vem informando a população sobre as contas do município, com transparência total dos atos públicos.

A informatização da prefeitura garante aos contribuintes, além do acesso às receitas, despesas e atos públicos, a possibilidade de imprimir as guias do IPTU, solicitar laudos, certidões e boletos de débitos, fazer reclamações ou sugestões ao chefe do Executivo. Em contrapartida, a prefeitura consegue regular os estoques do município, ter detalhes sobre as consultas de pacientes e até cruzar dados dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Além disso, investimentos em tecnologia de informação possibilitaram significativa economia nas compras públicas, por meio de pregões eletrônicos e a associada construção de uma sala de licitações resultaram em maior credibilidade às compras realizadas pela prefeitura.

Em relação aos estoques da prefeitura, houve uma centralização no processo a partir da criação de um Almoxarifado Central, de forma a proporcionar melhor acompanhamento dos produtos requeridos pela Prefeitura, vista que antes dessa ação, pouco era o controle do

processo de compra, recebimento e distribuição dos materiais. Para eficiência do processo, foram reorganizadas as rotas de distribuição dos distintos materiais, que proporcionou, também, maior eficiência em relação ao sistema de horas trabalhadas de motoristas e gastos com combustível.

Desde 2005, a administração municipal tem exercido, também, uma forma bastante simples e barata de se comunicar com a população: reuniões nos bairros. Outra medida são reuniões semanais no gabinete do prefeito.

Em 2006, a SER criou o Observatório Social de Maringá com o objetivo de trabalhar pela correta aplicação do dinheiro público. O Observatório Social de Maringá tem acompanhado de perto os gastos públicos, e é composto por empresários, funcionários públicos, profissionais liberais, entidades de classe e universidades. Os mantenedores são empresas, organizações e cooperativas. <http://pr.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/maringa/> <http://www.acim.com.br/sistema/22/-o-b-s-e-r-v-a-t-%C3%B3-r-i-o-%20-s-o-c-i-a-l-%20-d-e-%20-m-a-r-i-n-g-%C3%A1->

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP) EM PORTO ALEGRE

Há 22 anos, a Prefeitura de Porto Alegre implementou um sistema de co-gestão com a participação da comunidade para a estruturação do orçamento da cidade. A comunidade apresenta propostas e informações, assessoria técnica e infraestrutura, além de possuir representatividade sobre as instâncias deliberativas do Orçamento Participativo. Assim, foram instituídos conselhos, redes e fóruns. A participação social acontece de forma direta, nas Plenárias Regionais e Temáticas e na Assembleia Municipal, e por representação, nos Fóruns

de Delegados e no Conselho do Orçamento Participativo, que também são compostos por comissões em áreas temáticas específicas da cidade.

O OP é um processo dinâmico de planejamento do orçamento que se ajusta periodicamente às necessidades locais, buscando sempre um formato facilitador do debate entre o governo municipal e a população. Por ser um importante instrumento de participação popular, o OP é uma referência para outras cidades. Neste contexto, o Observatório da Cidade de Porto Alegre passou a disponibilizar informações georeferenciadas e estudos, como forma de subsídio para a articulação social. Em consonância, o Capacitação passou a capacitar lideranças comunitárias e servidores públicos.

Desde sua implementação foram verificadas diversas melhorias em toda a cidade, que é reconhecida por construir políticas públicas que priorizam o diálogo, o respeito e a solidariedade, planejando de forma estratégica o território e suas comunidades. http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=15.

GESTÃO URBANA E GOVERNABILIDADE PARTICIPATIVA: CASO DISTRITO 10

Gerar cenários onde a comunidade reconheça, apoie e priorize suas necessidades, contribui para o desenvolvimento social local e a governabilidade política, possibilitando o melhoramento das condições de vida com o compromisso conjunto de organizações sociais, do setor público e do setor privado. Além disso, o melhoramento de bairros contribui para a habitabilidade, o sentimento de pertencimento, apropriação da habitação e do entorno, além de promover planejamento a nível local, levando em consideração seus aspectos específicos e a gestão participativa, implementando uma estrutura de co-gestão pública e privada local.



Neste contexto, o “Programa de Gestão Urbana em la Comuna 10” visa melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, a partir do fortalecimento da participação comunitária e melhorando a capacidade de gestão de suas organizações sociais. O projeto também visa contribuir para o desenvolvimento da sociedade local dispondo de uma maior presença institucional e governamental, possibilitando assim melhorias nas condições de vida com o compromisso de organizações sociais, dos setores públicos e privados.

Este melhoramento na qualidade de vida das pessoas pode gerar impactos na gestão de conflitos e na ocorrência de violência urbana e doméstica, muito presente nesta região, caracterizada pela irregularidade em todas suas dimensões. : <http://habitat.aq.upm.es/dubai/06/bp0875.html>

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

BANCO MUNDIAL: INDICADORES DE GOVERNANÇA

<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#home>

http://siteresources.worldbank.org/EXTWBIGOVANTCOR/Resources/Brochure_por.pdf

BANCO MUNDIAL: INDICE GINI DE DESIGUALDADE

<http://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI>

BARRETT VALUES CENTER

<http://www.valuescentre.com/sectors/?sec=nations>

<https://www.youtube.com/watch?v=UY6gcf60LsU#t=63>

BUEN VIVIR

<http://www.buenvivir.gob.ec/inicio>

<http://www.buenvivir.gob.ec/objetivos-nacionales-para-el-buen-vivir>

<http://www.palgrave-journals.com/development/journal/v54/n4/full/dev201186a.html>

EdC : ECONOMIA DA COMUNHÃO

<http://ecossociodesenvolvimento.org/economia-de-comunhao-emprededorismo-e-inovacao-social/>

EPI – ENVIROMENTAL PERFORMANCE INDEX

http://epi.yale.edu/files/2014_epi_report.pdf

GESTÃO TRANSPARENTE - Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)

http://gestaotransparente.org/?page_id=136

IDH – INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

<http://hdr.undp.org/es/content/el-%C3%ADndice-de-desarrollo-humano-idh>

MILLENNIUM PROJECT- LATINOAMERICA 2030

<http://mp.cim3.net/millennium/LA-2030.html>

MINISTÉRIO DAS CIDADES

<http://www.capacidades.gov.br/>

PUCSP - CATEDRA IGNACY SACHS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

<http://ecossociodesenvolvimento.org/ecossociodesenvolvimento/>

CIDADES SUSTENTÁVEIS - Boas Práticas

<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/>

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade

http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf

http://hp.unifor.br/pdfs_notitia/2492.pdf

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidaria

http://portal.mte.gov.br/tca_contas_anuais/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes.htm

SPI – INDICE DE PROGRESSO SOCIAL

<http://www.socialprogressimperative.org/pt/data/spi>

TRANSPARENCY - CORRUPTION PERCEPTION INDEX

<http://www.transparency.org/cpi2014>

<http://www.transparency.org/research/gcb/overview>

UN GLOBAL COMPACT

<https://www.unglobalcompact.org/>

https://www.unglobalcompact.org/docs/publications/LN_Report_2013.pdf

UNDESA-DSPD - Inequality Matters Flagship Report, 2014

<http://www.un.org/esa/socdev/documents/reports/InequalityMatters.pdf>

UNPAN - The World Public Sector Report 2014

O Relatório do Setor Público Mundial destina-se aos responsáveis por definir as políticas públicas e aos profissionais e sociedade civil em geral, em particular nos países em desenvolvimento e economias em transição.

<http://www.unpan.org/DPADM/ProductsServices/WorldPublicSectorReport/tabid/645/language/en-US/Default.aspx>

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BARRETT, R. **Love, Fear and the Destiny of Nations**, Fulfilling Books, 2012.

BARROS, M. **Para onde vai Nuestra America**. Nhandute Editora, 2011

DALTON, R., WELZEN, C. **The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens**. Cambridge Univ. Press, 2015

DOWBOR, L. **A Reprodução Social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DOWBOR, L. **O que é Poder Local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DOWBOR, L. **O Mosaico Partido: A Economia Além das Equações**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DOWBOR, L. **Democracia Econômica: Alternativas de Gestão Social**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DUPAS, G. **Ética e Poder na Sociedade da Informação**. 2ª. Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. 5ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

KLEBA, M. E. e COMERLATTO, D. **Vivências de empoderamento no exercício da participação social em conselhos gestores de políticas públicas**. In: Revista Administração Pública e Gestão Social, Viçosa, v.3, n.1, pp.23-42, jan./mar. 2011.

FERNANDES, K. **Orçamento Participativo do Distrito Federal**. UnB, 2013 http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8806/1/2013_KevesDiogoFernandesFreitasdaConceicao.pdf

HOBBS, T. **Leviatán** http://eltalondeaquiles.pucp.edu.pe/sites/eltalondeaquiles.pucp.edu.pe/files/Hobbes_-_Leviatan.pdf

LOCKE, J. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil** http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_tratado_Sobre_O_Governo.pdf

MANIN, B.. **As metamorfoses do governo representativo**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.10, n.29, São Paulo, out. 1995.

MARICADO, E. et al. **Cidades Rebeldes e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

OLIVEIRA, C. E. O. (org). **Estatuto da Cidade: para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

PIKETTY, T. **El Capital en el Siglo XXI** S.L. Fondo de Cultura Economica de España, 2014

PRZERWORSKI, A. **O Estado e o cidadão**. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos et al. (orgs) Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

ROSSEAU, J. J. **Do Contrato Social** <http://maiorespensadores.blogspot.com.br/2012/01/o-contrato-social-rousseau-download.html>

SACHS, I. MANCEBO, F (Editors) – **Transitions to Sustainability** – Springer, London, New York, Heidelberg, 2015

SEN, A. **Development as Freedom**, Alfred A. Knopf, 1999.

TURATILANGOSKI, D. **Estado, democracia participativa e empoderamento**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 91, ago 2011. http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10066.

WANDERLEY, L. E. W. **Democracia e Igreja Popular**. São Paulo: Educ, 2007.

WANDERLEY, L. E. W. **Cidades, globalização e gestão Pública**. In: WANDERLEY, L. e RAICHELIS, R. A Cidade de São Paulo: Relações Internacionais e Gestão Pública. São Paulo: Educ, 2009a.

WANDERLEY, L. E. W. **Crise como momento de reflexão e criação**. In: BEOZZO, José Oscar;

VOLANIN, Cremildo José (orgs). **Alternativas à crise: por uma economia social e ecologicamente responsável**. São Paulo: Cortez, 2009b, p. 21 – 34.

WANDERLEY, L. E. W. **Educação Popular: metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2009c.

WELZEL, C. **Freedom Rising: Human Empowerment and the Quest for Emancipation**. Cambridge University Press, 2013.

Welzel, C. e Dalton, R. **The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens**. Cambridge University Press, 2015.



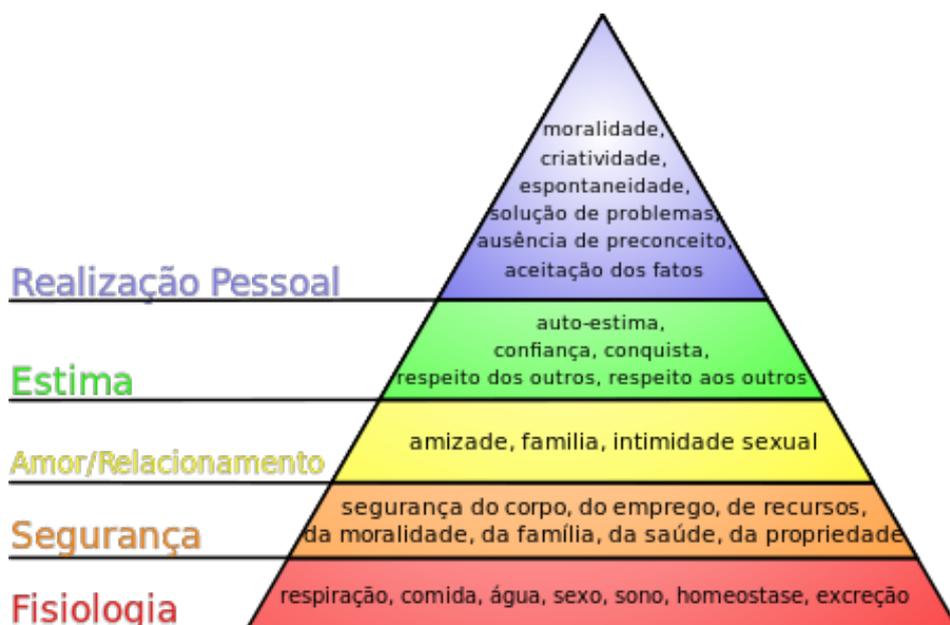
BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA

I. O QUE ENTENDEMOS POR BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA



De forma geral os temas 'bem-estar' e 'qualidade de vida' estão relacionados ao atendimento das necessidades de um indivíduo ou grupo social, cuja percepção se relaciona aos aspectos objetivos e subjetivos e dependem de uma estrutura que proporcione condições favoráveis para o seu desenvolvimento. Logo, desenvolver planos que promovam o bem-estar implica no reconhecimento das condições de cada localidade e na percepção das demandas da população e da formulação de políticas públicas, visando a disponibilização de serviços essenciais à manutenção da vida e ao bem-estar nas suas varias dimensões.

Na verdade um modelo integral do nível de 'qualidade de vida' precisa contar com parâmetros subjetivos, como os de bem-estar, felicidade, amor, prazer e realização pessoal; bem como parâmetros objetivos, cujas referências são a satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade. Isto aparece mais explicitamente na tradicional Pirâmide da Hierarquia das Necessidades de Maslow:



Relacionado ao conceito de 'bem-estar' e 'qualidade de vida', o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir de 1990 introduziu na agenda o tema de Desenvolvimento Humano. De acordo com o Programa, "o conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser". Para essa finalidade em particular estabeleceu os Objetivos do Milênio. Como meta para 2015, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) proporcionaram um marco a toda a comunidade internacional para trabalhar juntos em torno a um objetivo comum, assegurando-se de que o desenvolvimento humano chegue a todas partes.

Complementarmente com o intuito de desenvolver um índice que medisse variáveis além das econômicas, o PNUD criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O órgão destaca que apesar de não abranger todos os aspectos de importância social, o IDH foi criado como um importante contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB), considerando fatores sociais, culturais e políticos através de variáveis de saúde, educação e renda.



Entre as inúmeras concepções de 'bem-estar' e 'qualidade de vida' algumas parecem mais adequadas para a análise da realidade social dos Estados Ibero-Americanos, devido as condicionantes históricas da região. De fato de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a qualidade de vida está associada com a percepção do indivíduo em relação a sua posição na vida, considerando fatores culturais e o sistema de valores nos quais ele está inserido (objetivos, expectativas, padrões e preocupações).

Em particular o clássico modelo WHOQOL da OMS, utiliza seis domínios relacionados a 'qualidade de vida' cada um incluindo vários temas:

Domínio Físico: Dor e desconforto, Energia e fadiga, Sono e repouso;

Domínio Psicológico: Sentimentos positivos, Pensar, aprender, memória e concentração, Autoestima, Imagem corporal e aparência, Sentimentos negativos;

Domínio do Nível de Independência: Mobilidade, Atividades da vida cotidiana, Dependência de medicação ou de tratamentos, Capacidade de trabalho;

Domínio de Relações Sociais: Relações pessoais, Suporte (Apoio) social, Atividade sexual;

Domínio do Ambiente: Segurança física e proteção, Ambiente no lar, Recursos financeiros, O de Cuidados de Saúde e Sociais: disponibilidade e qualidade, Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades, Participação em, e oportunidades de recreação/lazer, Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima), Transporte;

O Domínio de Aspectos Espirituais/Religião/Crenças pessoais: espiritualidade/religião/crenças pessoais.

Tratando ainda da definição e das características do tema 'qualidade de vida', os estudos de Day e Jankey (1996), complementando a abordagem da OMS, tratam o tema a partir de quatro dimensões básicas: A Dimensão Socioeconômica, A Dimensão Psicológica, A Dimensão Biomédica e A Dimensão Geral ou Holística.



É importante salientar que o emprego de indicadores que incluem a dimensão social como o Índice de Progresso Social (IPS) desenvolvido pela equipe de M. Porter da Harvard Business School, o World Values Survey (WVS) e o Better Life Index (Índice de uma vida melhor) da OECD, são de extrema importância para que os Estados possam realizar um diagnóstico e monitoramento mais profundo e assertivo sobre a realidade e o bem-estar da sua população, incluindo na agenda pública as prioridades reais através de diagnósticos técnicos e instrumentos de governança participativa, aproveitando as melhores práticas de outros países.

Finalmente é importante salientar que já o próprio Simão Bolívar idealizava o sistema mais perfeito de governo como aquele que produz a maior felicidade possível para o maior número de pessoas, o grau maior de segurança social e estabilidade e política.

II. CONDIÇÕES PARA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR E DA QUALIDADE DE VIDA NOS PAÍSES DO RIBER

A promoção do 'bem-estar' e da 'qualidade de vida' passa pelo desenvolvimento sustentável. O equilíbrio do desenvolvimento econômico com as variáveis socioambientais garante perenidade e bem-estar as populações. O suprimento das necessidades humanas básicas, como o acesso à água potável, ao ar puro, a comida e à moradia, em primeiro plano, e de fundamentos do bem estar garantidos pelas instituições, como a universalização da educação gratuita e equidade de gênero no mercado de trabalho são de fundamental importância para progresso social de uma nação.



Neste cenário o Estado, o mercado e a sociedade civil têm um papel fundamental no processo de construção da qualidade de vida. O Estado tem o dever de garantir mecanismos de desenvolvimento individual e de mobilidade de classe aos mais pobres, assim como o acesso a saúde, a proteção do meio ambiente e a inclusão social. O Mercado deve prover produtos e serviços de qualidade, respeitando os valores da sustentabilidade, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e a inovação, além de permitir o acesso ao emprego justo e a distribuição de renda. A sociedade civil por sua vez deve desempenhar um papel de proposição e regulação, se posicionando como um dos grandes articuladores do processo de desenvolvimento sustentável.

Além de fatores de liberdade e igualdade, é importante desenvolver a cultura de paz em seus territórios através da promoção de um conjunto de valores, atitudes, comportamentos e modos de vida que previnam conflitos e a violência,

contribuindo para a resolução de problemas por meio do diálogo e da negociação entre as partes envolvidas. Assim, percebe-se que o bem-estar da sociedade está intimamente ligado ao desenvolvimento de medidas que garantam a paz.

Os Estados devem ainda estimular as suas populações a mudarem seu estilo de vida, a adotarem hábitos mais saudáveis e a valorizarem a prevenção de doenças. Os grandes males da saúde global - diabetes, HIV/Aids, indisposições cardiovasculares, obesidade, câncer - estão associados a hábitos individuais e estilo de vida. Ações de combate a estas doenças devem ser elaboradas de forma sistêmica, através de um planejamento entre as diferentes áreas de governo, como por exemplo, os setores de educação e saúde, que através de ações conjuntas podem estimular comportamentos saudáveis desde a infância.

! Ressalta-se que, neste cenário, a qualidade de vida não está atrelada somente as estruturas dos sistemas de saúde, mas também as áreas de planejamento e desenho urbano, com o desenvolvimento de cidades que devolvam o seu território as pessoas (hoje tomado por carros, prédios e viadutos); as áreas de saneamento e infraestrutura através da construção de um sistema inteligente de redes (água, energia, esgoto e coleta de lixo) para a promoção do bem-estar; aos ministérios de esporte e lazer, incentivando as atividades físicas com o provimento de equipamentos públicos e programas de incentivo ao esporte; dentre outras. A integração do planejamento dos diversos setores do Estado, assim como o diálogo com a sociedade, e a educação são fundamentais para a otimização dos recursos e a gestão pública de qualidade.

III. OBJETIVOS E INDICADORES PROPOSTOS PARA O EIXO BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA

OBJETIVO GERAL

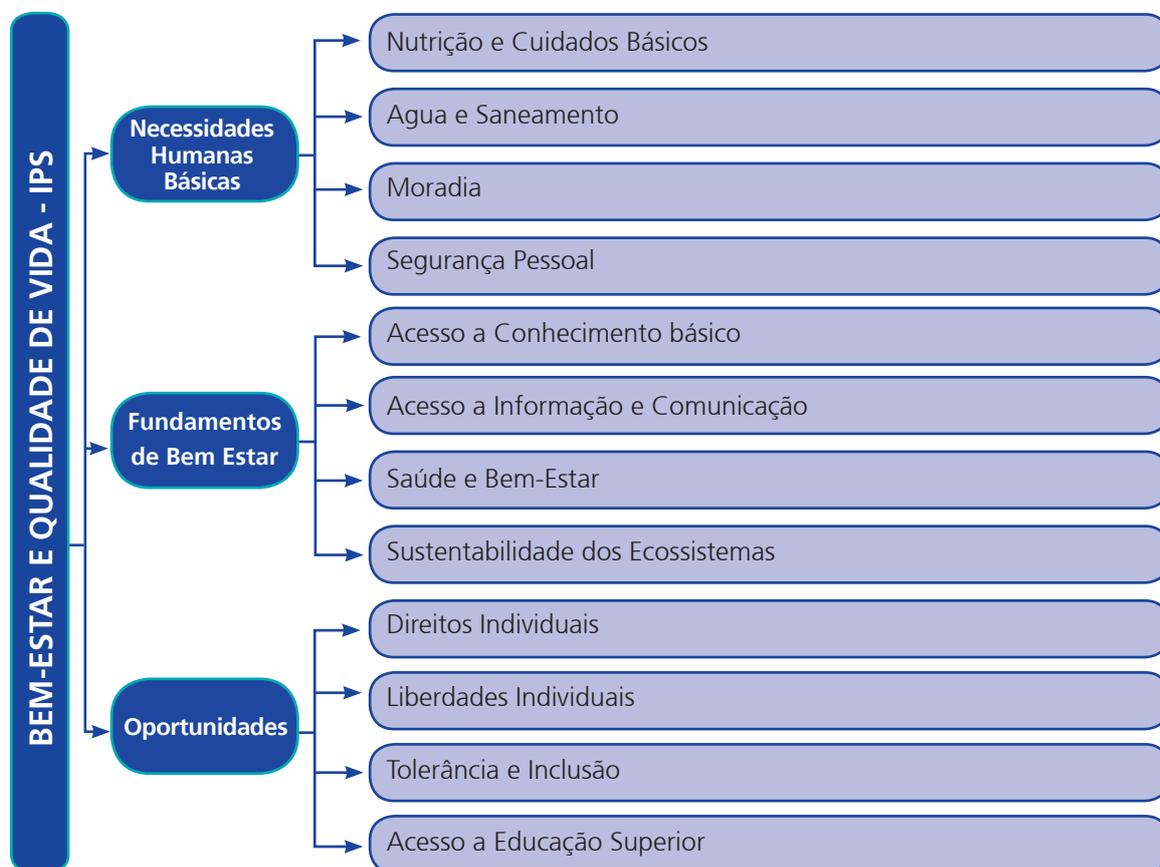
Contribuir no diagnóstico, planejamento e monitoramento para a melhoria do Bem-Estar e a Qualidade de Vida do País.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Facilitar o acompanhamento e o impacto no Bem-Estar, e as condições de Vida oferecidas pelos programas de Governo;
2. Promover a Participação popular na definição de prioridades;
3. Aproveitar as Boas Práticas dos países melhor qualificados, e procurar alianças estratégicas para o desenvolvimento Sustentável.

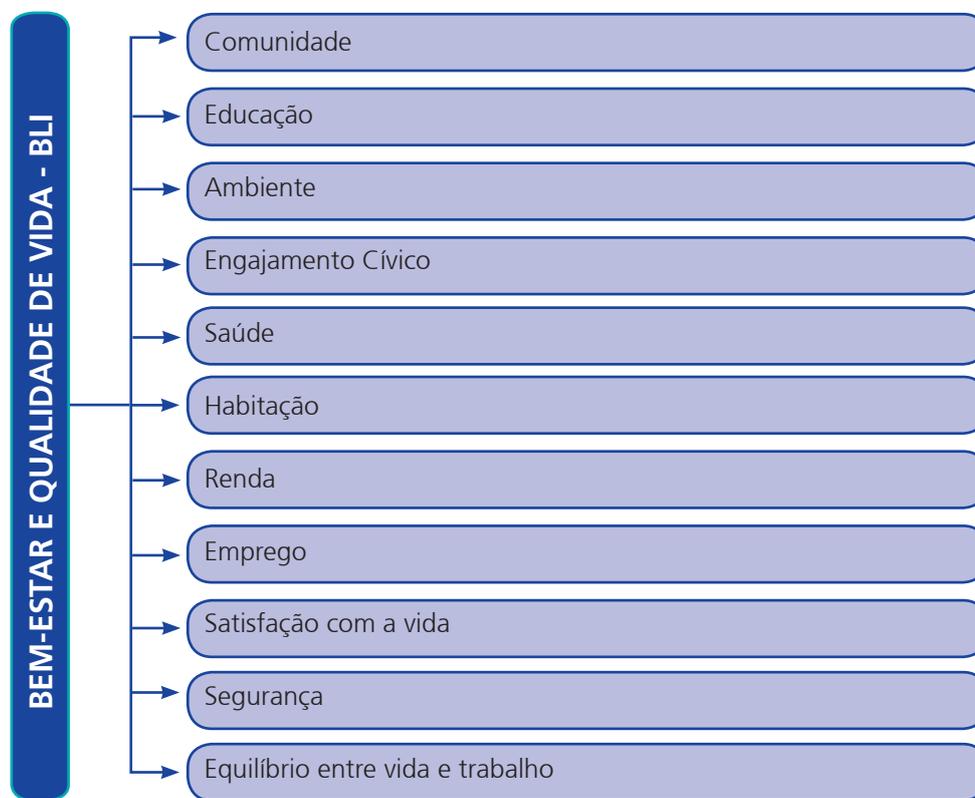
INDICADORES REFERENTES AO EIXO BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA

O Índice de Progresso Social - IPS está baseado em três dimensões cada uma com 4 temas:



INDICADORES REFERENTES AO EIXO BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA

O Better Life Index BLI trabalha com 11 dimensões nas quais é possível indicar pesos relativos conforme o contexto, e permite através do seu portal fazer estudos comparativos ao longo do tempo e/ou do espaço.



BENEFÍCIOS DOS INDICADORES

Os indicadores propostos para mensurar bem estar e qualidade de vida nos países do RIBER são essencialmente medidas que aferem diagnósticos relacionados com as características do Quadro 1, e que estão em conformidade com o marco normativo utilizado pelo PNUD desde o início dos anos noventa. Neste grau de análise, naturalmente, propomos uma estrutura simples de mensuração baseada nas dimensões de necessidades humanas básicas, fundações do bem-estar e na dimensão oportunidades do Índice de Progresso Social (IPS), que podem ser adaptados à realidade dos Estados Ibero-Americanos por meio da escolha de indicadores e modos de ponderação que melhor reflitam a realidade social de cada país e seus distintos ambientes culturais. Similarmente é importante aproveitar a oportunidade e utilizar os avanços do Better Life index (BLI) da OECD, que favorece a participação na elaboração dos indicadores por parte da população.

DICAS DE GESTÃO

Universalização da Educação: prover a todos - crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos - oportunidades de educação e profissionalização, através de programas sociais e políticas públicas, para o desenvolvimento individual, a inclusão social e a qualidade de vida.

Acesso equitativo aos recursos básicos: o Estado deve assegurar a todos os cidadãos, por meio de programas, linhas de crédito e políticas, o acesso equitativo aos serviços e equipamentos públicos, água potável, saneamento, ar puro, alimentação e moradia.

Vida Sustentável: desenvolver um conjunto de ações integradas (participação de diferentes áreas do governo em ações comuns) com o intuito de promover um estilo de vida sustentável, valorizando a saúde preventiva, o comportamento ético e solidário, a preservação ambiental, a realização de atividades físicas e uma alimentação saudável, ampliando a expectativa de vida e o bem-estar da população.

Utilizar os exemplos do como fazer para implementar no respectivo país.

IV. COMO FAZER?

ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia brasileira é conformada por nove estados: (Acre-AC, Amazonas-AM, Amapá-AP, Maranhão-MA, Mato Grosso-MT, Pará-PA, Rondônia-RO, Roraima-RR e Tocantins-TO) e 773 municípios, representando em sua totalidade o 59% do território brasileiro, o qual é conhecido internacionalmente por sua importância ambiental para o país e o mundo. Nesta região moram mais de 24 milhões de pessoas, com a maior situação de vulnerabilidade e falta de oportunidades devido aos conflitos sociais, precariedade da infraestrutura e o alto desmatamento dos recursos naturais.

A necessidade de identificar indicadores que permitam reconhecer os riscos e fragilidades em matéria social e ambiental da região permitiu a criação do “Índice de Progresso Social (IPS) na Amazônia Brasileira – IPS Amazônia 2014”, gerado a partir da colaboração propiciada pela rede Progresso Social Brasil, com realização do instituto de pesquisa Imazon, em parceria com a instituição global sem fins lucrativos Social Progress Imperative (SPI) e a Fundación Avina.

O resultado foi um diagnóstico detalhado do progresso social e ambiental da região, mostrando informação e análises para os aspectos de maior incidência para a Amazônia, por exemplo, doenças como a malária e problemas como o desmatamento, e dados de comparação da realidade desta população frente ao resto do país, “a Amazônia tem um IPS (57,31) inferior à média nacional (67,73). De fato, a região apresenta resultados inferiores à média do Brasil para todas as dimensões e quase todos os componentes do IPS”.

Os resultados evidenciados no relatório permitiram dar atenção a os problemas mais

urgentes em função de aprimorar o bem-estar dos moradores da Amazônia, e também para discutir e orientar as políticas públicas, sociais e ambientais. Para maior informação o detalhe dos 43 indicadores utilizados e os resultados estão disponíveis no site. (Ver: <http://www.ipsamazonia.org.br>).

BLI NO MÉXICO

O Instituto Nacional de Estatística Geografía Informática de México INEGI decidiu iniciar o processo para elaboração do seu BLI seguindo três passos : Primeiro, promoveu um debate e discussão sobre o tema através de seminários e conferencias entre especialistas ao nível nacional e regional; Segundo, montou um site com as informações sobre Bem-Estar já disponíveis e outros novos indicadores que foram surgindo como resultado de novas perguntas em novos surveys ; Terceiro, promoveu a utilização deste novo conjunto de indicadores de bem-estar nas políticas públicas. (Ver: http://www.inegi.org.mx/RDE/rde_13/rde_13_art6.html e

http://www.inegi.org.mx/RDE/rde_13/doctos/rde_13_opt.pdf).

IPS NO PARAGUAI

No ano 2013 o Paraguai converteu-se no primeiro país do mundo em adotar oficialmente o Índice de Progresso Social, com o objetivo de ajudar a criar uma mudança no desenvolvimento humano e social da sua população. Usando a informação do índice o governo pode avaliar as necessidades sociais dos indivíduos e monitorar as decisões de gasto e investimento social, por exemplo, para melhorar a pontuação do SPI. O governo, empresários e líderes da sociedade civil, conseguiram dar foco às 120 aldeias pior

pontuadas, e às favelas urbanas do país, dando início a uma iniciativa de mudança das condições de vida que pode ser mensurada e realmente avaliada.

Com grandes desafios por atingir, o governo está interessado em medir a realidade do país, e aprimorar aspectos fundamentais como as necessidades humanas básicas do índice da escala, dando maior atenção em tópicos como água e saneamento, distribuição de energia elétrica, as taxas de abandono do ensino médio, e gravidez na adolescência. Segundo Martin Burt, ex-ministro do governo no Paraguai, “Adotamos o SPI porque incide diretamente na melhoria das coisas que mais importam para as pessoas - as necessidades humanas básicas, as fundações de bem-estar e oportunidade”. (Ver: <http://www.avina.net/eng/5850/move-over-gdp-the-spi-is-the-way-to-measure-progress/>).

LONDRES

Cidade amiga do idoso

Em Londres, muitas ações têm proporcionado uma melhor qualidade de vida dos idosos da cidade. A adoção do quadro de igualdade “Equal Life Chances for All” (Oportunidades de Vida Iguais para Todos) inclui um compromisso de melhorar a cidade para todos os cidadãos, o que inclui os mais velhos, os quais têm grande contribuição para a cidade. A autoridade local segue as diretrizes do “Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas” criado pela OMS, e envolve ativamente os idosos no processo de desenvolvimento estratégico da cidade e nos processos de tomadas de decisão, de forma a considerar suas necessidades e aspirações.

Assim, o processo de formação de políticas públicas para os idosos contempla oito áreas da vida urbana, que envolvem diretamente o desempenho da cidade quanto às suas adaptações para a qualidade de vida dos mais

velhos: espaços exteriores e edifícios; transportes; habitação; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; apoio comunitário e serviços de saúde.

O maior desafio da cidade é garantir a segurança pessoal do idoso, principalmente à noite, de modo a assegurar a sua participação social nas atividades da cidade.

PARAGUAI PROMOVE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

Construindo cidadania, democracia e paz

Desde 2003, no âmbito de Acordos de Cooperação estabelecidos entre municípios de diferentes Departamentos do Paraguai e o INECIP (Instituto de Estudos Comparados em Ciências Penais e Sociais do Paraguai), no contexto do Programa Paraguaio de Mediação, avançou-se na institucionalização da mediação na área dos Conselhos Municipais pelo Direito da Criança e do Adolescente (CODENI); foram criados os Centros de Mediação Vicinal (CEMEVE) como provedores de serviços de mediação de acordo com a filosofia dos CODENI e dentro do âmbito comunitário (bairro, meio-ambiente, heranças e afins).

Do ponto de vista qualitativo, os CODENI e os Conselhos de Mediação Vicinal, mencionados acima, têm gradualmente conseguido gerir casos cada vez mais complexos e de maior impacto na comunidade ou com mais partes implicadas, derivadas do Escritório Fiscal do Distrito. Os casos podem ter queixa formal já registrada ou a partir de denúncias de terceiros (atores comunitários de diversas naturezas, desde a família até o âmbito da comunidade).

PESQUISA IRBEM DA REDE NOSSA SÃO PAULO

O IRBEM (Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município) foi criado baixo a liderança da Rede Nossa São Paulo para orientar empresas, organizações, governos e toda a sociedade em geral em matéria de bem-estar social da população do município de São Paulo, com o objetivo de “levantar e monitorar indicadores sobre a satisfação com a qualidade de vida na cidade, condições de moradia, avaliação de serviços e de instituições públicas”, conseguindo avaliar 169 aspectos subjetivos da vida dos paulistanos, divididos em 25 áreas, abrangendo tópicos como relações com parentes ou amigos, religiosidade ou relacionados com a carreira profissional, transparência e participação política na cidade, consumo, cultura, saúde, entre outros. A construção destas informações começou no ano 2009, e quatro anos depois de passar por diferentes etapas de aperfeiçoamento

do instrumento, é possível comparar o período e incluir outros aspectos de desempenho para o aprimoramento da pesquisa, por exemplo, adicionalmente às avaliações de bem-estar, o IBOPE incluiu o Índice de Confiança da população nas instituições, a satisfação com os serviços públicos e a administração municipal, assim como a percepção sobre a segurança na cidade.

Com periodicidade anual, a seriedade desta informação é de alta confiança e de vital importância, os procedimentos estão em conformidade com a Norma Internacional de Qualidade em Pesquisa de Mercado e Opinião – ISO 20252 e a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISO 9001, e conta com a aprovação da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP) e da World Research Association (ESOMAR).

V. REFERÊNCIAS

WEBSITES

FUNDAÇÃO AVINA

<http://www.avina.net/esp/10486/paises-latinoamericanos-superan-expectativas-de-progreso-social/>

MASLOW'S HIERARCHY OF NEEDS

<http://www.edpsycinteractive.org/topics/conation/maslow.html>

<http://www.buscadorerrante.com/wp/2009/a-hierarquia-de-necessidades-de-maslow/>

NEW ECONOMIC FOUNDATION (NEF) – Happy Planet Index

<http://www.happyplanetindex.org/>

<http://www.happyplanetindex.org/data/>

OECD BLI - BETTER LIFE INDEX

<http://www.oecdbetterlifeindex.org/>

http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/economics/oecd-guidelines-on-measuring-subjective-well-being_9789264191655-en#page1

<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/3013031e.pdf?expires=1421684406&id=id&accname=guest&checksum=F69F1368A141D1853A446D76B0E4A9DB>

<http://www.oecd.org/statistics/measuring-economic-social-progress/Takeaways%20HLEG%20Subjective%20Well-Being%20Workshop%20Turin%20October%202014.pdf>

<http://www.oecd.org/newsroom/38883774.pdf>

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

<http://www.undp.org/content/undp/en/home.html>

PNUD - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH

PNUD - Objetivos del Milenio ODM

http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/spanish/UNDP_MDGReport_SP_2014Final1.pdf

IFs – International Futures Model

<http://pardee.du.edu/>

IRBEM RNSP – Rede Nossa São Paulo

<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/irbem>
http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/Pesquisa_IRBEM_lbope_2013.pdf
<http://nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/irbem/irbem2015-resumido.pdf>
<http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/>

SPI SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE.

<http://www.socialprogressimperative.org/pt/data/spi>
<http://www.socialprogressimperative.org/pt/data/spi>

UNSDSN – World Happiness Report, 2013

http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2014/02/WorldHappinessReport2013_online.pdf

WHOQOL – INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA DA OMS

http://www.who.int/mental_health/publications/whoqol/en/#

http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/77774/1/WHO_MSD_MER_Rev.2012.01_eng.pdf?ua=1

http://www.who.int/substance_abuse/research_tools/whoqolbrief/en/

WVS- WORLD VALUES SURVEY

<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>

<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp>

FONTES BIBLIOGRAFICAS

DAY, H.; JANKEY, S.G. Lessons from the literature: toward a holistic model of quality of life. In: RENWICK, R.; BRO- WN, I.; NAGLER, M. (Eds.). **Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications**. Thousand Oaks: Sage, 1996.

DURAND, M., SMITH, C. **The OECD Better Life Initiative: How's Life? and the Measurement of Well-being**. OECD, 2013 <http://www.iairw.org/papers/2013/DurandPaper.pdf>

FLECK, M. **O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas**. Ciênc. saúde coletiva vol.5 no.1 Rio de Janeiro 2000 (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100004)

PEREIRA, E.; TEIXEIRA, C.; SANTOS, A. **Qualidade de Vida: Abordagens, Conceitos e Avaliação** in Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. Vol. 26 No. 2. São Paulo – Apr-June, 2012. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092012000200007&script=sci_arttext

RATH, T., HARTER, J. Wellbeing: **The Five Essential Elements**, Gallup Press, 2010

SANTOS, D. et al. **Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira**. IPS Amazonia, 2014. <http://www.socialprogressimperative.org/system/resources/>

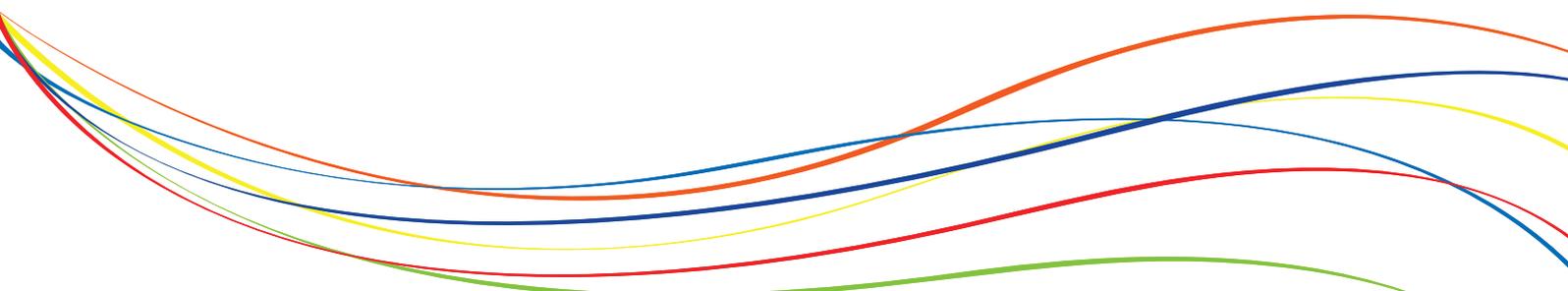
SHISHITO, F; REZENDE, M. **Análise do Conceito de Desenvolvimento Humano Utilizado pelo PNUD/ONU: Raízes e Desdobramentos**. IX Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas – SEPECH. Universidade Estadual de Londrina – UEL. 20 a 22 de Maio de 2014. http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/analise_do_conceito_de_desenvolvimento_humano_utilizado_pelo_pnud_onu_raizes_e_desdobramentos.pdf .

STIGLITZ et al. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2009. http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf

STONE, A. MACKIE, C. editors. **Subjective Well-Being: Measuring Happiness, Suffering, and Other Dimensions of Experience**, The National Academies Press, 2013. http://www.nap.edu/download.php?record_id=18548

ANEXOS

Recursos Básicos: Água, Alimento e Energia.....	175
Segurança e Paz.....	178
Desigualdade e Inclusão Social de Gênero	180
O Futuro da Educação e do Trabalho.....	182
Biodiversidade: Capital Natural e Social	184
Resiliência.....	186
Governança e Empoderamento Cidadão.....	188
Bem-Estar e Qualidade de Vida	189



RECURSOS BÁSICOS ÁGUA, ALIMENTO E ENERGIA

Dimensão	Indicador	Descrição
Água saneamento	1. O acesso à água encanada (% da população)	A percentagem da população com serviço de água e esgoto em suas moradias
Água Saneamento	2. Acesso da população urbana e rural a fonte de água (diferença absoluta entre % da população)	O valor absoluto da diferença entre o acesso rural e urbano para a melhoria da água potável, que é definida como a percentagem da população com água canalizada para sua habitação.
Água Saneamento	3. O acesso a instalações sanitárias melhoradas (% da população)	O percentual da população com melhores condições de saneamento, esgoto tratado em suas residências.
Água	4. Índice de melhoria da fonte de água rural (% da população rural com acesso)	Refere-se um percentual da população que usa fonte melhorada de água potável, incluindo água canalizada nas instalações, no interior da habitação, casa, terreno ou quintal, e outras fontes de água potável melhorada (torneiras públicas, poços protegidos, nascentes protegidas e recolha de águas pluviais)
Água	5. Índice anual de retirada de água doce, total (milhões de metros cúbicos)	As retiradas de água doce anuais referem-se ao levantamento total de água, sem contar as perdas por evaporação de bacias de armazenagem. Retiradas também incluem água das plantas de dessalinização em países onde eles são fonte significativa. O levantamento pode ultrapassar 100 por cento do total de recursos renováveis em que a extração de aquíferos não renováveis ou plantas de dessalinização é considerável ou há reuso de água significativo. As retiradas para agricultura e a indústria são retiradas totais para a irrigação e a produção de gado e para o uso industrial direto (incluindo retiradas para resfriamento de usinas termelétricas). As retiradas para o uso doméstico incluem água potável, uso municipal ou fornecimento para serviços públicos, estabelecimentos comerciais e residências.
Água	6. Índice de retirada de água doce, indústria (% da retirada total de água doce)	As retiradas de água doce anuais referem-se ao levantamento total de água, sem contar as perdas por evaporação de bacias de armazenagem. Retiradas também incluem água das plantas de dessalinização em países onde eles são fonte significativa. O levantamento pode ultrapassar 100 por cento do total de recursos renováveis em que a extração de aquíferos não renováveis ou plantas de dessalinização é considerável ou há reuso de água significativo. As retiradas para a Indústria são retiradas totais para uso industrial direto (incluindo retiradas para resfriamento de usinas termelétricas).
Água	7. Índice de retiradas anuais de água doce, agricultura	As retiradas para a agricultura são retiradas totais para a irrigação e a produção de gado e para o uso industrial direto (incluindo retiradas para resfriamento de usinas termelétricas).

SEGURANÇA E PAZ

Indicador	Descrição	Método de Cálculo	Fontes para os indicadores	Meta referência
População	Quantidade da população vítima de violência.	Número total de vítimas.	Censos	-
Faixa-etária predominante	Levantamento da população economicamente ativa	Número total de vítimas.	Censos	-
Nível de escolaridade	Levantamento dos níveis escolares em diálogo com a "educação na idade certa" .	Número total de pessoas vitimas de violência entre 15 e 40 anos.	Censos	O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL) é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. A partir desta meta serão calculadas as idades subsequentes e os respetivos níveis educacionais.
Empregabilidade	Levantamento sobre as vitimas de violência. Possuem trabalho formal ou informal.	Número total de vitimas .	Dados das Secretárias de Segurança Pública dos países Ibero Americanos	-
Movimentos da Sociedade Civil	Quantidade de Movimentos sociais relacionados à Segurança e Paz e quantidade de participantes por movimento.	Número total de participantes.	Mapeamento através da internet ou contato pessoal	-
Índice de escolas que adotam a segurança e paz em seus currículos	Quantidade de escolas que adotam a segurança e paz em seus currículos pela quantidade total de escolas congêneres	Total de escolas que adotam a segurança e paz em seus currículos dividido pelo total de escolas congêneres, numa localidade, região ou país	Ministérios e secretarias de educação	100%
Quantidade de cursos sobre percepção de risco social, segurança e paz voltados para a população adulta e à terceira idade	Quantidade total de cursos sobre percepção de risco social, segurança e paz voltados para a população adulta e à terceira idade	Quantidade total de cursos sobre percepção de risco social, segurança e paz voltados para a população adulta e à terceira idade, num determinado período de tempo, numa localidade, região ou país.	Entidades que pesquisem esta modalidade de capacitação	A ser fixada conforme a quantidade de pessoas na faixa etária-alvo

Índice de produção acadêmica voltada ao tema segurança e paz.	Quantidade de dissertações e teses de doutorado voltadas ao tema segurança e paz pelo total de dissertações e teses de doutorado sobre temas de interesse social, num dado período	Total de dissertações e teses de doutorado voltadas ao tema segurança e paz dividido pelo total de dissertações e teses de doutorado sobre temas de interesse social, num dado período, numa localidade, região ou país	Instituições que possuem cursos de pós-graduação	Não se justifica uma meta, mas sim o acompanhamento dos índices
Índice de produção artística voltada à segurança e paz	Quantidade de filmes, peças de teatro e outras formas de manifestação artística que abordam a segurança e paz	Contagem de filmes, peças de teatro e outras formas de manifestação artística que abordam a segurança e paz, num dado período, num local, região ou país.	ONGs, ministérios e secretarias de cultura	Não se justifica uma meta, mas sim o acompanhamento dos índices
Quantidade de prêmios oferecidos por trabalhos escolares infanto-juvenis sobre segurança e paz	Quantidade de prêmios oferecidos por trabalhos escolares infanto-juvenis sobre segurança e paz	Número de prêmios oferecidos por diversas instituições voltados para crianças e adolescentes, num determinado período, numa localidade, região ou país	Entidades que pesquisem esta modalidade de premiação	Não há como fixar.
Quantidade de empresas que praticam programas de responsabilidade social sobre a segurança e paz	Quantidade de empresas que praticam programas de responsabilidade social sobre a segurança e paz pela quantidade total de empresas pesquisadas	Total de empresas que praticam programas de responsabilidade social sobre a segurança e paz dividido pelo total de empresas pesquisadas	Entidades de classe e institutos de promoção social	50%
Quantidade de comerciais/peças publicitárias que abordam o tema da segurança e paz	Quantidade de comerciais/peças publicitárias que abordam o tema da segurança e paz pelo total de comerciais/peças publicitárias veiculadas num determinado período	Total de comerciais/peças publicitárias que abordam o tema da segurança e paz dividido pelo total de comerciais/peças publicitárias veiculadas num determinado período	Entidades voltadas à publicidade e marketing	Não há como fixar.
Quantidade anual de eventos públicos locais, regionais e nacionais voltados para a promoção da segurança e da paz	Quantidade anual de eventos públicos locais, regionais e nacionais voltados para a promoção da segurança e da paz	Contagem de eventos públicos locais, regionais e nacionais voltados para a promoção da segurança e da paz	Entidades responsáveis pela organização de eventos desta natureza	Não há como fixar
Quantidade anual de eventos de intercâmbio cultural entre países da América Latina	Quantidade de eventos de intercâmbio cultural entre países da América Latina	Contagem de eventos de intercâmbio cultural entre países da América Latina	Ministérios de relações exteriores	5 por ano
Índice de crimes ambientais	Quantidade de crimes ambientais registrados a cada ano, em localidades, regiões e países	Contagem de crimes ambientais registrados a cada ano, em localidades, regiões e países	Delegacias que registrem crimes ambientais	Meta inicial a ser fixada com base em estatísticas disponíveis, com redução fixada.

DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL DE GÊNERO

Indicador	Descrição	Método de Cálculo	Fontes para os indicadores	Meta referência
População	Quantidade da população feminina.	Número total de mulheres.	Censos	-
Faixa-etária predominante	Levantamento da população economicamente ativa, em idade escolar e atendida por sistemas de previdência.	Número total de mulheres.	Censos	- População Economicamente Ativa (PEA) - pessoas de 10 a 65 anos de idade. - Idade escolar (MEC): 04 a 17 anos. - Sistemas de previdência: de acordo com a legislação de cada país.
Nível de escolaridade	Levantamento dos níveis escolares em diálogo com a "educação na idade certa".	Número total de mulheres entre 15 e 40 anos.	Censos	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, MEC): assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. A partir desta meta serão calculadas as idades subsequentes e os respectivos níveis educacionais.
Cargos públicos executivos	Quantidade de mulheres nos governos executivos Municipais, Estaduais e Federais.	Número total de mulheres entre 35 e 70 anos.	Sites dos órgãos executivos	-
Cargos públicos legislativos	Levantamento da bancada feminina no Congresso Nacional	Número total de mulheres entre 18 e 70 anos.	Sites dos órgãos legislativos.	Lei de Cotas (BRASIL): cota mínima de 30% e máxima de 70% para qualquer um dos sexos. Entretanto, esta política não obriga o preenchimento dos referidos percentuais e mesmo se o partido não preencher o número de vagas destinado às mulheres pode lançar as candidaturas sem problema. De todo modo, esta meta será utilizada nesta pesquisa.
Movimento da Sociedade Civil	Quantidade de Movimentos sociais relacionados à Igualdade de Gênero e quantidade de participantes por movimento.	Número total de mulheres a partir dos 18 anos.	Mapeamento através da internet.	-

O FUTURO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO

Indicador	Descrição	Método de cálculo	Fontes para os indicadores	Meta de referência
Índice de pessoas não alfabetizadas no Brasil	Percentual da população analfabeta com 15 anos ou mais, em relação à população nesta faixa etária.	Percentual da população analfabeta com 15 anos ou mais, em relação à população nesta faixa etária no país (x 100).	IBGE – Censo demográfico do Brasil	Erradicar o analfabetismo no Brasil até 2050
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano	Índice de Desenvolvimento Humano desenvolvido pelo PNUD – que mede o desenvolvimento a partir da combinação de variáveis que incluem a esperança de vida, os níveis de educação e o acesso a ela.		Relatórios do PNUD – IDH	Aumentar o desempenho no IDH dos países da Ibero América até ???????
IPG – Índice de Potencialidades de Gênero	Índice Desenvolvido pelo PNUD- indicador social que mede o nível de oportunidades das mulheres. Mede também as desigualdades sociais em três dimensões de participação: participação política e poder de decisão; participação econômica e controle sobre os recursos econômicos.		Relatórios do PNUD – IPG.	Promover a equidade de gênero na Ibero América.
IPH-1 – Índice de Pobreza Humana	IPH-1 – criado pela ONU em 1997 para medir a pobreza nos países, a partir de 3 dimensões: longevidade, medindo percentual de pessoal que morrem antes dos 40 anos; conhecimento, apresentado pelo número de pessoal adultos analfabetas e nível de vida: mede acesso à serviços de saúde, acesso à água potável e crianças subnutridas.		Relatórios da ONU	Erradicar a pobreza nos países ideroamericanos
PISA – Programme for International Student Assessment	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – desenvolvido pela OCDE.		Relatórios da OCDE	Melhorar o desempenho dos estudantes no PISA.

BIODIVERSIDADE: CAPITAL NATURAL E SOCIAL

Indicador	Descrição	Método de Cálculo	Fontes para os Indicadores	Meta de Referência
Desmatamento Anual por Bioma.	Avalia o avanço anual do desmatamento (taxa média de superfície desflorestada) nos 6 biomas brasileiros. Considera as taxas médias anuais para a Amazônia Legal, a partir dos dados do PRODES, e RA as taxas médias anuais para os demais biomas, a partir das imagens dos satélites Landsat e CBERS.	Unidade / % (esp. ameaçadas / esp. avaliadas)	JBRJ / CNCFlora (Centro Nacional de Conservação da Flora).	Referencial inicial: mapa-zero do PROBIO (2002).
Área Protegida. Cobertura Territorial das Unidades de Conservação da Natureza.	Verifica a evolução anual dos espaços legalmente protegidos de cada bioma, na forma de unidades de conservação da natureza (% da superfície protegida, em relação à sua área total), pelos governos federal, estaduais e municipais, com detalhes sobre a tipologia das UC. Base: poligonais georeferenciadas com cadastro validado no CNUC.	Km2 / % (área das UCs / área dos biomas)	· Fonte: SBF / CNUC (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação).	Considerar um ano (p.ex. 2002) como referência inicial.
Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção	Avalia a proporção de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção, em relação ao total de espécies identificadas/avaliadas	Unidade / % (esp. ameaçadas / esp. avaliadas)	JBRJ / CNCFlora (Centro Nacional de Conservação da Flora).	Considerar um ano (p.ex. 2002) como referência inicial.
Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.	Avalia a proporção de espécies da fauna brasileira (todos os vertebrados e seletivamente os invertebrados) ameaçadas de extinção, em relação ao total dessas espécies identificadas/avaliadas	Unidade / % (esp. ameaçadas / esp. avaliadas)	ICMBio / Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade.	Considerar um ano (p.ex. 2002) como referência inicial.
Cobertura Vegetal Nativa Remanescente.	Monitora o estado de conservação dos 6 biomas continentais brasileiros (predominantemente das áreas de vegetação nativa remanescente, incluindo florestas e áreas de vegetação secundária em estado avançado de desenvolvimento), a partir da análise de imagens de satélite(Landsat CBERS). Esse indicador relaciona a cobertura vegetal nativa remanescente com a área total dos biomas, segundo o mapa-zero do Projeto PROBIO.	Km2 / % (área de vegetação nativa / área total)	IBGE, MMA / PROBIO (Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade), INPE / PRODES (Projeto de Monitoramento da Floresta Brasileira por Satélite) e Ibama / CSR (Centro de Sensoriamento Remoto).	Considerar um ano (p.ex. 2002) como referência inicial.

RESILÊNCIA

Indicador	Descrição	Método de Cálculo	Fontes para os Indicadores	Metas de Referência
Índice de pessoas que se recuperam de vícios através de tratamentos formais. (incluindo o vício digital)	Total de pessoas que permaneceram livres do vício pelo total de pessoas que tiveram alta de tratamento, no período de um ano.	Total de pessoas que se recuperam de vícios dividido pelo total de pessoas que receberam tratamentos em instituições formais.	Instituições de tratamento e acompanhamento de pessoas portadoras de vícios.	A serem fixadas por cada modalidade de vício, incluindo o vício digital.
Índice de ex-apeados que conseguem ingressar no mercado de trabalho	Total de ex-apeados que conseguem colocação no mercado de tratado pelo total de detentos libertados num dado período.	Total de ex-apeados que conseguem colocação no mercado de tratado dividido pelo total de detentos libertados no mesmo período de tempo.	Presídios e instituições de apoio a ex-apeados e de recolocação no mercado de trabalho	A serem fixadas segundo as condições de cada região.
Índice de crianças que sofreram violências e conseguem se tornar jovens e adultos de sucesso	Quantidade de pessoas que sofreram violência na infância e são bem sucedidas nos estudos ou emprego pela quantidade de pessoas que sofreram violência na infância, aos vinte e cinco anos.	Total de pessoas com vinte e cinco anos que sofreram violência na infância e são bem sucedidas nos estudos ou emprego dividido pelo total de pessoas com vinte e cinco anos que sofreram violência na infância.	Instituições de apoio a ex-vítimas de violência infantil	A ser fixado com base no sucesso dos tratamentos praticados em locais de apoio a vítimas de violência infantil.
Índice de empresas que se recuperam economicamente após a recuperação judicial	Total de empresas que apresentam superávit no 1º ano após a recuperação judicial pela quantidade de empresas que saíram da recuperação judicial há um ano.	Total de empresas que apresentam superávit no 1º ano após a recuperação judicial dividido pelo total de empresas que saíram da recuperação judicial há um ano.	Fisco	A ser fixado com base em dados históricos.
Índices de excelência na administração de orfanatos e asilos de idosos	Quantidade de asilos e orfanatos aprovados em avaliações formais pela quantidade total de asilos e orfanatos avaliados formalmente, num dado período.	Total de asilos e orfanatos aprovados em avaliações formais, dividido pelo total de asilos e orfanatos avaliados formalmente.	Instituições de avaliação de orfanatos e asilos	A ser fixado com base em dados históricos
Índice de tratamento de encostas consideradas perigosas	Quantidade de encostas perigosas tratadas pela quantidade de encostas cadastradas como perigosas, num dado período.	Total de encostas que receberam tratamento dividido pelo total de encostas consideradas perigosas numa dada localidade, num dado período	Defesa Civil	Conforme capacidade técnica e econômica das localidades estudadas
Índice de áreas sujeitas a inundações e habitadas	Quantidade de áreas sujeitas a inundações e habitadas	Quantidade de áreas sujeitas a inundações e habitadas num determinado mês, antes do período das chuvas	Defesa Civil	Próximo a zero
Índice de recuperação de matas ciliares e de margens de rios e lagos	Área de margem de rios com cobertura florestal pela área total de margens de rios e lagos	Total de área de margens de rios e lagos com cobertura vegetal dividido pela área total de margens de rios e lagos de uma região	Instituição/órgão público responsável	100%

